ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na Freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9,30 horas, do dia 2014/02/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Atas nº 26/2013, da reunião de câmara de 2013/12/27, nº 1/2014, da reunião de câmara de 2014/01/08 e nº 2/2014, da reunião de câmara de 2014/01/22			Aprovação
2	Acordo Coletivo de Trabalho de Entidade Empregadora Pública a celebrar e outorgar com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (STAL)			Aprovação
3	Acordo Coletivo de Trabalho de Entidade Empregadora Pública a celebrar e outorgar com a Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP)			Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
4	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
5	Auto de vistoria - Rua dos Loureiros, nºs 19, 21 e 23, tornejando para a calçada do Quebra Costas, nº 2	Vítor Joaquim de Oliveira	Vila Franca de Xira	Aprovação
6	Loteamento do Pardieiro II - Receção definitiva das obras de urbanização e libertação de caução	TNS - Construções, SA	Sobralinho	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
7	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde	Cordivias - Engenharia, Ldª	Forte da Casa	Aprovação
8	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Alteração da data da conclusão da obra	Cordivias - Engenharia, Ldª	Forte da Casa	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na Freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9,30 horas, do dia 2014/02/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
9	Adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural - Alteração da data da conclusão da obra	Consórcio Constrope-Congevia, SA/ Gigabeira - Instalações Especiais	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
10	Requalificação e ampliação da EB 2,3 Dr. Vasco Moniz - Revisão de preços definitiva	Luseca, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
11	Construção do novo bloco para o 1º ciclo na EB 2,3 D. António de Ataíde - Liberação parcial da caução	Novopca - Construtores Associados, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
12	Prestação de serviços de fiscalização e coordenação e segurança da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Parecer prévio vinculativo		Forte da Casa	Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
13	Relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no uso da delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente			Conhecimento
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
14	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
15	Legislação síntese			Conhecimento
16	Pagamentos autorizados			Conhecimento

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na Freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9,30 horas, do dia 2014/02/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
17	Balancetes			Conhecimento
18	Autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo - Listagem de contratos - Dezembro 2013			Conhecimento
19	Procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente operacional - Fiel de armazém - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final			Aprovação
20	Procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Técnico Superior - Engenheiro Civil - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final			Aprovação
21	Procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado - Assistente Operacional - Auxiliar de Serviços Gerais - Prorrogação do prazo para homologação da lista de classificação final			Aprovação
22	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Rosa Maria Pacheco		Aprovação
23	Prestação de serviços por avença - Consultoria e direção científica do Museu do Neo-Realismo - Parecer prévio vinculativo e abertura de procedimento			Aprovação
24	Aquisição de mobiliário para a nova biblioteca municipal de Vila Franca de Xira - Aprovação do relatório final, adjudicação e minuta do contrato	Culturalis & Borgeaud - Equipamentos de Biblioteca, Ldª	Vila Franca de Xira	Aprovação
~~25~~	~~Aluguer operacional (AOV) de 2 viaturas ligeiras de passageiros Toyota Prius - Remessa à assembleia municipal para aprovação do compromisso plurianual~~		Retirado	~~Aprovação~~
26	Contratação de serviços de impressão e acabamento de catálogos associados às exposições agendadas para o ano de 2014 no Museu Municipal de Vila Franca de Xira e no Museu do Neo-Realismo - Parecer prévio vinculativo			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, na Freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, pelas 9,30 horas, do dia 2014/02/05

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
27	Restituição de renda paga indevidamente	Ludovina Mendes Rosa		Aprovação
28	RIFFEST - Concurso de bandas jovens do concelho - Normas de participação			Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
29	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/02/05

Aos cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, pelas 9h30, nas instalações da ex-sede da Junta de Freguesia do Forte da Casa, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:--

. Nuno Miguel Marques Libório; ----------

. Fernando Paulo Ferreira; ----------

. Ana Lídia Alves Cardoso; ----------

. Marina Estevão Tiago;----------

. António José Sequeira Félix;----------

. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues;----------

. José António da Silva de Oliveira;----------

Esteve ausente o Sr. Vereador: Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituído pela Srª Vereadora Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus.----------

---

Entraram no decurso da reunião o Sr. Vereador Aurélio dos Santos Marques, pelas 9h33, a Srª Vereadora Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, pelas 9h35, e o Sr. Vereador João Manuel Correia Pires de Carvalho, pelas 9h40, no decorrer do período antes da ordem do dia.----------

---

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-------

---

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:----------

---

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS----------

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA----------

. Adjuntos----------

Mário Nuno Duarte ----------

Jorge Zacarias----------

. Técnico Superior----------

Dr. Renato Gonçalves ----------

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO ----------

. Adjuntos----------

Dr. Alexandre Sargento ----------

Adão Conde----------

. Secretária----------

Fernanda Gomes----------

. Assessoria ----------

Drª Susana Santos----------

Bruno Oliveira----------

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS----------

. Coordenadora ----------

Drª Filomena Serrazina ----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA ----------

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental----------

Dr. Rui Galhardo----------

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA----------

. Diretor ----------

Arqtº Nuno Santos ----------

. Técnica Superior----------

Engª Carla Alcobia ----------

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS ----------

. Diretora----------

Engª Rosário Ferrão ----------

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA----------

. Diretora----------

Drª Maria de Fátima Faria Roque ----------

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL----------

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público ----------

Arqtª Catarina Conde ----------

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social----------

Drª Ana Carla Costa ----------

. Coordenador do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude ----------

Dr. Pedro Montes----------

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA----------

. Chefe da Equipa ----------

Urbª Luís Matas de Sousa ----------

OUTRAS PRESENÇAS----------

. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ENTREGA DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 02/2014, DA AUGI DA ZONA ALTA DE ARCENA – ALVERCA DO RIBATEJO----------

Interveio o Sr. Presidente, dando início à reunião de câmara, cumprimentando todos os presentes, designadamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, começando com a entrega do alvará de licença de loteamento urbano nº 02/2014, referente à AUGI da Zona Alta de Arcena, em Alverca do Ribatejo.----------

De seguida, solicitou aos seus representantes que se aproximassem da mesa para a entrega do alvará, terminando desta forma um processo, ou pelo menos uma etapa importante do processo.----------

Referiu que se está perante uma pequena AUGI, com 12 lotes para construção de moradias unifamiliares, estando certo que com este passo que se acabou de dar as pessoas vão concretizar um sonho antigo.----------

Terminou, desejando muitas felicidades a todos. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA ----------

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, Sr. Jorge Ribeiro, cumprimentando todos os presentes, saudando a vinda do executivo municipal à freguesia da Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa para esta reunião de câmara, desejando, naturalmente, um bom e profícuo trabalho em prol das populações, e também, como é hábito e tradição, deixar algumas notas que lhe parecem importantes, não só para se refletir sobre elas, e tentar encontrar soluções no sentido de se resolverem alguns problemas que existem nesta freguesia.----------

Começou, desde logo, com a necessidade de se olhar para a zona da Verdelha, para o cruzamento de quem desce a Verdelha e quer virar para o lado de Vila Franca de Xira, que tem um problema complicado. Julga ser importante olhar para aquela entrada, para que a entrada na estrada se possa fazer, efetivamente, com a máxima segurança. ----------

Depois, deixa para análise da câmara municipal a necessidade de se fazer um passeio sobrelevado, entre a entrada da freguesia, na zona da Verdelha, e a rotunda da Abrunheira. É uma zona onde passam muitas pessoas, que vêm a pé de Alverca para o Forte da Casa e vice-versa, e o caminho ao longo da estrada nacional é muito perigoso. À noite tem um problema acrescido, que é o facto de não ter qualquer tipo de iluminação. Toda aquela extensão, a não ser na zona das bombas da Prio, praticamente não tem luz, acrescendo um problema de segurança bastante complicado.----------

Houve há bem pouco tempo, e não é a primeira vez que acontece, um acidente bastante complicado na zona das bombas de gasolina. Quem vem do lado sul e quer entrar para as bombas tem de parar no meio da estrada, e era importante olhar-se para aquela situação de forma a criar uma solução que impeça, de alguma forma, a viragem à esquerda, porque muitas vezes as pessoas vêm, provavelmente menos atentas, não estão a contar com paragens no meio da via, e acabam por acontecer alguns acidentes, sendo que o último que aconteceu teve alguma gravidade.----------

Gostaria também de perceber qual o ponto de situação da requalificação do Largo do Forte, alertando para uma questão urgente, que carece de uma intervenção rápida, que tem a ver com o muro do lado norte, que está praticamente a cair. A junta de freguesia já colocou fitas sinalizadoras, as pessoas retiraram-nas, ir-se-á reforçar com um comunicado junto da população que mora na zona, no sentido de não estacionar junto ao muro, porque a qualquer momento, com as intempéries que se têm registado, com o peso da chuva no terreno pode eventualmente cair. ---
Alerta ainda para uma questão de segurança, a construção da rotunda do Moinho, na avenida Dom Vicente Afonso Valente, dizendo que esta semana foi atropelado um animal, não foi atropelada uma criança porque não calhou, e efetivamente urge poder resolver também esta situação. ----------
Depois, gostaria de saber o ponto de situação relativamente às obras da passagem superior à EN10, no Forte da Casa, dando ainda uma nota para a requalificação do património histórico da Quinta Municipal da Piedade.----------
Uma última nota é sobre o acesso à praia dos pescadores, que está neste momento praticamente intransitável, e seria importante fazer-se ali uma intervenção rapidamente, para que as pessoas possam chegar àquele equipamento, que teve um investimento muito grande por parte da câmara municipal, da melhor forma. ----------
Terminou, reportando-se a um conjunto de matérias que se estão a ver neste momento com a câmara municipal, como pavimentações, que são trabalhos que estão a ser preparados, e situações do dia a dia para as quais se tenta, efetivamente, dar a melhor resposta.----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo que responderá depois da intervenção dos Srs. Vereadores neste período antes da ordem do dia, se bem que considera que o Sr. Presidente da junta facilitou bastante a vida a algumas das matérias que certamente alguns Srs. Vereadores iriam colocar.----------
Tomou de novo a palavra mais tarde, respondendo, quanto à zona da Verdelha, que para além da questão que o Sr. Presidente colocou, de se encontrar uma solução para melhor acesso àquela zona habitacional, necessita, no seu todo, no interior, de requalificação. ----------
Está um pouco escondida, passa-se por ela na EN10, de facto o próprio tem lá

passado num ou outro momento, tem-se feito uma ou outra intervenção, mas em termos de requalificação do espaço urbano há algum trabalho a fazer, sendo que a questão colocada é uma situação que se tem de encontrar, apesar de que o terreno disponível na zona é relativamente escasso. De qualquer modo tem que se encontrar uma solução.----------

Quanto ao passeio, vai-se tentar fazer, mas aquela barreira desde a bomba da Prio até à rotunda da Abrunheira é um talude complicado, e tem que se encontrar uma solução que não instabilize o talude para se construir o passeio. Quando se começar a mexer na base do talude provavelmente vai haver ali escorregamentos, e por isso já pediu aos serviços que encontrassem uma solução que evite ao mínimo esse problema.----------

Relativamente à viragem à esquerda para a bomba, de facto também já lhe tinha chegado a informação de que há problemas a nível da viragem, vai-se ver se se encontra uma solução de "stockagem" para que as pessoas esperem no eixo da via para virar, mas há também um problema de falta de espaço. Contudo, vai-se tentar verificar se há condições de minorar a questão.----------

No que respeita à rotunda do Moinho, a câmara municipal está a pensar lançar o concurso em finais de março e concluir toda aquela zona, que era onde estava previsto construir várias rotundas. Falta esta, e vai-se também avançar com ela.----

Quanto às obras da passagem superior do Forte da Casa, pede ao Sr. Vereador António Oliveira que faça o ponto da situação, bem assim como pede ao Sr. Vice-Presidente que faça o ponto da situação relativamente ao património histórico, sendo que, segundo a informação que tem, alguns estudos ou mesmo projetos já foram enviados à Direção-Geral do Património, estando-se a aguardar informação. De qualquer modo o Sr. Vice-Presidente dará mais informação.----------

Relativamente ao acesso à praia dos pescadores, há ali um problema de verão e de inverno. Num ou outro momento considerou-se que toda aquela zona deveria ser o mais naturalizada possível, mas reconhece que naquele acesso, daquela estrada, provavelmente vai-se ter de optar, quando o tempo permitir, por pavimentar toda a zona, porque, como já falou, é muito complicado, tanto de inverno como de verão, passar naquele acesso. ----------

Referiu, posteriormente, que dará a palavra ao Sr. Vereador António Oliveira para

falar sobre o ponto de situação da passagem superior, aproveitando para falar de uma questão que não referiu, ou seja, vai-se analisar a questão que preocupa o Sr. Presidente da junta, que preocupa também a câmara municipal, do muro no Largo do Forte. ----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando os presentes, dizendo, em relação à passagem superior do Forte da Casa, face à questão colocada pelo Sr. Presidente da união de freguesias, que vem à reunião de câmara a alteração do prazo da obra para 10 de abril, derivado a algo que não é visível.----------

A obra encontra-se neste momento em "velocidade cruzeiro", e é visível, estando-se a entrar numa zona crítica de construção, que são os pilares 8 e 9 na zona da Refer, onde vai levar todo um passadiço metálico que já está em construção na zona norte, conforme disse noutra reunião de câmara. Foi dada indicação aos serviços, e pela segunda vez deslocaram-se à zona de fabrico do vigamento, que se está a desenrolar na zona de Viseu, sendo que vai ser um transporte feito em período noturno. ----------

Neste momento já se encontra construída a viga principal sobre a estrada nacional, que pesa 100 toneladas em 23 metros, portanto vai-se ver o que é a operação de engenharia de colocação de toda esta estrutura, sendo que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues sabe bem ajuizar a responsabilidade que está em causa.----------

Todo o outro vigamento está em construção, e pela segunda vez os serviços, conforme indicação, foram lá mais uma vez, porque é uma obra que tem de ser devidamente acompanhada.----------

O que vem à reunião de câmara, nesse ponto, é pois o alargamento do prazo derivado aos condicionalismos, não só por condições de tempo, e como os Srs. Vereadores estão recordados aqueles processos arrastaram-se um pouco, não por responsabilidades da câmara municipal, com a Refer e as questões dos seguros.----

Uma outra questão colocada foi relativa à avenida Dom Vicente Afonso Valente, e dará um esclarecimento no âmbito dos SMAS. ----------

Após a elevada pluviosidade que se fez sentir, em que a proteção civil também mandou fazer a fiscalização a todas as condutas desta avenida, entre o cruzamento da Dan Cake e a rotunda da escola, em baixo, os maus augúrios que o próprio tinha confirmaram-se.----------

Os SMAS vão ter que fazer uma intervenção naquele troço, que é muito grande, e tentar-se-á estudar com os serviços o menor impacto possível na vida das pessoas, estando-se perante um problema que se tem de resolver, que é a drenagem e saneamento de toda aquela área. ----------

Preferia ter-se enganado, mas não se enganou ao mandar fazer aqueles trabalhos. -

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
ENTRONCAMENTO DA RUA DOS LUSÍADAS COM A RUA ALVES REDOL E A RUA JOÃO LOPES - BAIRRO DA BOLONHA - PÓVOA DE SANTA IRIA ----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, cumprimentando todos os presentes, e referindo que o Sr. Presidente da junta já facilitou bastante nalgumas coisas, mas os membros da CDU, como é lógico, têm outras questões para acrescentar ao rol que o mesmo já apresentou.----------

Em primeiro lugar, um problema que surge já há algum tempo, no entroncamento da rua dos Lusíadas com a rua Alves Redol e a rua João Lopes, no Bairro da Bolonha, na Póvoa de Santa Iria. Trata-se de um cruzamento enorme, onde não existe qualquer ordenamento do tráfego, as entradas e saídas são feitas sem qualquer tipo de segurança, o estacionamento automóvel, infelizmente, é feito exatamente no meio do cruzamento, cruzamento esse que apresenta uma fraca visibilidade para peões e automobilistas.----------

Não há passadeiras nenhumas no local, não há sinalização vertical ou horizontal que faça o ordenamento do trânsito e estacionamento, e aquilo que seria, se calhar, o mais curial, mas os técnicos da câmara municipal propô-lo-ão, era a construção de uma rotunda neste cruzamento, ou similar, algo que ordene e discipline o tráfego, uma vez que no passado já houve vários acidentes neste local.

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que se tomou boa nota, e vão-se tentar encontrar soluções. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PAVIMENTAÇÃO DA RUA DOS MARINHEIROS E RUA ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS - PÓVOA DE SANTA IRIA ----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se ao pavimento que existe na rua dos Marinheiros e na rua Almirante Cândido dos Reis, junto à estação de caminho de ferro, na Póvoa de Santa Iria.----------

Estas ruas foram alvo de uma intervenção há uns anos atrás, mas foram projetadas, como todos sabem, para uso exclusivo de peões, excetuado as cargas e descargas para o comércio existente nas ruas, mas a verdade é que são artérias que hoje em dia estão dedicadas à circulação automóvel, já têm sinalização rodoviária e tudo.----------

Desta forma, o que interessa é que o piso não está preparado para receber as cargas que está a receber neste momento, e o que acontece é que todas aquelas lajetas tipo "Soplacas", para quem conhece, estão completamente partidas, fruto da circulação automóvel, e há um desordenamento no que diz respeito ao estacionamento, uma colisão entre aquilo que é a circulação pedonal e a rodoviária, porque não há delimitação de passeios de espécie rigorosamente nenhuma, e a zona da praça de táxis está pura e simplesmente caótica no que diz respeito ao seu piso.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que é difícil não dar conta daquilo que o Sr. Vereador referiu, porque é tão evidente que era difícil não verificar, e pediu aos serviços que encontrassem uma solução para melhorar a capacidade de carga dum outro pavimento.----------

Há situações em que nalgumas das zonas que são requalificadas, como é o caso, não estava previsto que passassem veículos, mas entretanto começou-se a verificar, por parte dos profissionais ligados aos táxis, que seria mais vantajoso estarem na zona onde estão, e também para os próprios utentes. Por isso, os carros foram passando, bem assim como passam, virando para o lado esquerdo, que também não estava preparado para o efeito.----------

Porque também aquilo que deve ser a atuação de vigilância de quem tem obrigação de verificar as contraordenações relativamente ao trânsito não é feito com a regularidade necessária, o que é um facto é que hoje os carros apropriaram-

se do espaço. ----------

Assim sendo, parece-lhe que se tem de encontrar uma situação de compromisso entre os veículos e as pessoas, como referiu o Sr. Vereador. Por isso, de acordo com uma reunião no local, que não foi propriamente uma reunião, foi uma conversa com alguns profissionais ligados à atividade dos táxis, é necessário, para além de reparar o piso, colocar um abrigo para as pessoas que estão à espera dos táxis, porque não há condições, quando estão à espera dos táxis, estão ali sem nenhum abrigo. ----------

Desta forma, neste momento está à espera do estudo que pediu internamente, para se encontrar uma melhor solução.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

AVENIDA PROFESSOR EGAS MONIZ – BAIRRO DA BOLONHA - PÓVOA DE SANTA IRIA

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, reportando-se à avenida Professor Egas Moniz, no Bairro da Bolonha, na Póvoa de Santa Iria, dizendo, principalmente no sentido descendente, que é um local onde se ganham infelizmente grandes velocidades no que diz respeito à circulação automóvel. ----------

Há uma situação muito preocupante, que se prende com uma passadeira que está imediatamente a seguir a uma curva, que não oferece visibilidade aos peões e aos automobilistas. O Sr. Presidente da junta conhece bem esta passadeira, e a proposta dos membros da CDU é que, das duas uma, ou a passadeira é relocalizada, retirando-se daquele local de forma a possibilitar uma maior visibilidade a quem atravessa a estrada, ou simplesmente terá que se arranjar outro tipo de sinalização, quer horizontal, quer vertical, que reduza as velocidades que são praticadas nesta artéria. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que se tomou boa nota, e vai-se tentar encontrar uma solução para a passadeira, que provavelmente está mal localizada. -

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
PAINEL DE AZULEJOS DA FACHADA DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS - PÓVOA DE SANTA IRIA. ----------

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo-se à fachada do antigo quartel dos bombeiros da Póvoa de Santa Iria, dizendo que a degradação, para quem lá passa, é visível a olho nu.----------

Com a não construção do terminal rodoferroviário que estava previsto, devido às vicissitudes económicas já muitas vezes faladas em reunião de câmara, que, segundo se lembra, previa a adaptação ou integração da fachada do quartel no seu projeto arquitetónico, e daí a recuperação da mesma, como é que se irá salvaguardar a fachada do antigo quartel dos bombeiros, principalmente salvaguardar o importante painel azulejar que está neste momento, nessa fachada, que está coberto e bem coberto para não sofrer danos. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que no projeto inicial, efetivamente, a fachada estava prevista ser integrada no edifício. Porém, com o tempo que passou está muito degradada, e provavelmente é pouco provável que se consiga integrar. Pode-se encontrar depois uma solução, através do levantamento fotográfico que se tem hoje, da nova fachada ter alguns elementos que mostrem aquilo que foi o quartel dos bombeiros, principalmente na sua fachada. ----------

No entanto, deixa um esclarecimento, o painel de azulejos já foi retirado, foi recuperado, e está na posse da câmara municipal devidamente embalado, para um dia poder ser novamente colocado na zona. Foi um trabalho feito já há uns meses atrás, e foi muito bem recuperado. ----------

Pede à Engª Rosário Ferrão que faça chegar aos Srs. Vereadores algumas fotos do que foi já o painel de azulejos recuperado, porque encontraram-se ali questões curiosas. Havia tinta em cima do painel, e a recuperação final mostrou uma outra imagem que não estava visível. Portanto, há um histórico dessa recuperação que lhe parece interessante, que fará chegar à CDU, principalmente ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues, e também à Coligação Novo Rumo, para mostrar o que foram os vários momentos da recuperação daquele painel de azulejos. ----------

É um trabalho minucioso, de caráter científico, que valeu a pena, pois a câmara municipal ficou com um painel que pode ser mais tarde recolocado naquela zona.

Interveio no final da reunião o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que não quis deixar de se congratular, pois nem tudo é mau, há coisas que têm de ser ditas quando são bem-feitas. Foi uma luta muito grande, e o Sr. Presidente já perceberá porquê, a recuperação dos azulejos de que se teve oportunidade de falar do antigo quartel dos bombeiros. Felizmente ao longo destes anos foi uma luta que também acompanhou, e ficou muito contente que tenha acontecido agora, só tem é que se encontrar um sítio para ficarem expostos. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que eventualmente será de ver com o Sr. Presidente da junta o sítio adequado. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que na sequência da intervenção do Sr. Vereador João de Carvalho gostava de perguntar ao Sr. Presidente, quando falou no Oratório de São Jerónimo e na questão do património religioso, se há uma preocupação idêntica em relação ao metro quadrado que se esqueceram de roubar na capela da Flamenga, porque de facto também era muito importante salvaguardar a questão da memória naquele espaço. ----------

Interveio o Sr. Presidente, solicitando ao Sr. Vice-Presidente, relativamente à Capela da Quinta da Flamenga, para ver de que forma se poderá pelo menos ficar com uma memória futura dos azulejos que ainda existem, e alguns elementos. Se o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, IP, nada disser, avançará a câmara municipal por sua conta e risco. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
PATRIMÓNIO RELIGIOSO - PÓVOA DE SANTA IRIA----------
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que o Sr. Presidente da junta já falou do património religioso, e os membros da CDU têm que falar dele, reforçando ainda mais aquilo que o Sr. Presidente da junta disse, é lamentável que ano após ano se ande nestas andanças há quase uma década, e o património da Póvoa de Santa Iria, em particular, continua num estado absolutamente lastimável.----------
Falam do Oratório de São Gerónimo, que já esteve emparedado com uns taipais, os taipais "foram-se embora", já serviu de abrigo, já deixou de ser, é um património que está ali esquecido, completamente "ao Deus dará", e é algo que tem urgentemente, independentemente daquilo que sejam as posições do IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, e as suas opiniões para os processos de recuperação do oratório, de dar um salto qualitativo nesta matéria.----------
Quem fala do Oratório de São Gerónimo, fala, como é lógico, da Lapa do Senhor Morto, por exemplo, das próprias figuras que já não estão nesse local há bastante tempo, e tudo o que está em torno do património religioso da Póvoa de Santa Iria.--
Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo-se a dois aspetos em particular do património da Quinta da Piedade, que são diferentes, a Lapa do Senhor Morto, por um lado, e o Oratório de São Gerónimo, por outro. ----------
A câmara municipal esteve recentemente com a Direção-Geral do Património e com os técnicos da autarquia, quer do património, quer os engenheiros, e fez-se uma visita técnica a ambos os espaços, na perspetiva de sistematizar com a direção-geral uma intervenção que parece, de facto, urgente. ----------
Conseguiu-se, assim pensa, organizar o pensamento de ambas as entidades, no sentido de intervir com a seguinte estratégia:----------
Em primeiro lugar, quanto à Lapa do Senhor Morto, haver uma pequena intervenção, e mais rápida, sobretudo no que toca à questão da envolvente e do telheiro, relativamente ao qual havia também um conjunto de reflexões sobre o ponto de vista patrimonial, porque entretanto, talvez na década de 70 ou 80, houve uma intervenção na aplicação de uns materiais que não são os originais. Havia ali uma questão de restauradores que era preciso fixar, e haverá pois uma

primeira intervenção na zona exterior, que abrange a questão do telheiro. ----------
Depois, haverá uma intervenção, essa sim mais profunda, na infraestrutura interna do próprio oratório que simula, como o Sr. Vereador sabe, uma gruta. Essa é uma intervenção para uma segunda fase mais cuidada, mas também é tecnicamente a mais complexa de se fazer, sob o ponto de vista do restauro patrimonial propriamente dito. ----------
Foi já enviada comunicação para a direção-geral, que solicitou mais um relatório, sobre o qual já se tinha enviado no sentido de afinar a primeira intervenção, esperando-se que este ano essa fique pronta, pelo menos é essa a expectativa da câmara municipal;----------
Relativamente ao Oratório de São Gerónimo, foram também dados passos interessantes, na perspetiva da câmara municipal, que dizem respeito a uma filosofia de abordagem diferente da que estava inicialmente pensada, ou a direção que estava a ser tomada. ----------
Durante algum tempo a ideia, relativamente ao oratório, era a manutenção daquele equipamento enquanto ruína, ficando uma memória do que já tinha sido, sem uma intervenção de sustentação daquela infraestrutura. ----------
Na visita que foi realizada, e sem embargo de haver algumas expressões técnicas que não sejam absolutamente corretas, o que ficou definido foi uma intervenção de primeira fase, de desvio da drenagem que conflui para aquela zona da quinta municipal. ----------
Esse processo já se encontra nos serviços técnicos, há também verba em plano, e o IGESPAR pediu um estudo de drenagem um pouco mais amplo daquela zona da Quinta Municipal da Piedade, para depois permitir uma intervenção, no fundo, à volta do Oratório de São Gerónimo, de maneira a criar uma espécie de ilha, em termos de segurança, sob o ponto de vista da drenagem dos terrenos, que consolide de alguma forma a base daquele edifício.----------
Depois, a perspetiva da câmara municipal é conseguir reforçar com uma cobertura, e que se consiga fazer uma intervenção mais efetiva, sob o ponto de vista de quem passa, de ter uma noção do que era, e não propriamente da situação em que hoje se encontra, que era uma filosofia patrimonial que estava no Estado, que é quem tutela estas matérias, mas que estava mais cimentada. ----------

Isso foi possível, e houve também abertura da direção-geral, tendo a prioridade da câmara municipal, neste momento, a ver com a questão da drenagem, e depois também irá dando conta do desenvolvimento destes processos. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
JARDIM-PARQUE DA 2ª FASE DA QUINTA DA PIEDADE - PÓVOA DE SANTA IRIA---------
Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, cumprimentando todos os presentes, em particular o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, colocando algumas questões que têm a ver com as duas freguesias. --------
A primeira diz respeito ao jardim-parque, na 2ª fase da Quinta da Piedade, sendo que em março de 2007, por proposta da CDU, foi aprovado, por unanimidade, na câmara municipal, a construção de um jardim-parque na 2ª fase da Quinta da Piedade, inclusivamente foi atribuído à rua junto a este local o topónimo de "rua do Parque", uma vez que teoricamente seria feito um parque à frente desta mesma rua. ----------
O terreno foi sendo ocupado, primeiro pela EB 1 JI norte, depois pela esquadra da PSP, e foi sendo cada vez mais diminuto. Aquando da construção e inauguração da esquadra da PSP foi feita uma espécie de área ajardinada, para embelezar aquilo que era a inauguração da esquadra, mas os membros da CDU continuaram a pressionar e insistir que tinha sido aprovada, por unanimidade, de facto, a construção ali de um jardim-parque, um equipamento que consideram fundamental para melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam naquela área.----------
Não existe, na 2ª fase, um parque infantil, um ringue, ou uma área de lazer que seja propícia para as crianças da zona, e portanto ouviram e foram ouvindo falar que ali se iria construir uma série de infraestruturas, e a própria junta de freguesia tentou improvisar um parque de estacionamento. ----------
O certo é que passados 7 anos da proposta dos membros da CDU não há nenhum avanço. O orçamento da câmara municipal foi contemplando algumas verbas para a construção deste parque, e neste orçamento não há qualquer tipo de verba para esta obra.----------
Assim, perguntam se a câmara municipal, o Partido Socialista, deixou de querer construir naquela zona um jardim parque.----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que se optou por fazer o projeto internamente, sendo que, quanto ao projeto que se tinha, por mais instruções dadas para balizar financeiramente, as coisas podem ser feitas com dignidade, com qualidade, sem ir para preços absolutamente excessivos.----------

Fizeram-se três tentativas para que o projetista que fez já uma recuperação na zona também avançasse com o projeto da zona que falta requalificar, mas entendeu que o valor da obra era excessivo, e nesse sentido internamente está-se a fazer o projeto, para que vá ao encontro daquilo que a Srª Vereadora referiu, um espaço de lazer com estacionamento, que é muito necessário na zona.----------
Espera proximamente, daqui a 1 ou 2 meses, ter esse estudo, para poder mostrar à Srª Vereadora e a toda a vereação. ----------
No final da reunião interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que gostava de colocar duas questões que julga que não ficaram perfeitamente esclarecidas na intervenção inicial dos membros da CDU, principalmente nas respostas que o Sr. Presidente deu.----------
Relativamente ao jardim-parque da 2ª fase da Quinta da Piedade, o Sr. Presidente referiu que neste momento está a ser objeto de projeto interno e que estará em condições de dentro de 2 ou 3 meses apresentar o projeto, que será de espaço verde e estacionamento.----------
Lembra-se que aquele jardim-parque já teve projeto, inclusivamente julga que já teve um projeto inicial, que depois foi reformulado porque o terreno foi amputado na altura pela construção da esquadra da PSP. ----------
Gostava de saber se esse projeto interno que se está a desenvolver é uma nova formulação daquele que já tinha sido reformulado a primeira vez, porque lembra-se que esse projeto, na altura, contemplava tudo aquilo que era considerado o essencial para aquela zona, nomeadamente a colocação de um minicampo de basquete, a colocação de um parque infantil, de uma zona de recreio com mesas e cadeiras, tudo em patamares, numa parte, e depois noutra parte a intenção era fazer uma espécie de circuito em prado seco para as pessoas poderem circular. -----
Neste caso, julga que seria pacífico, e já foi na altura pacífica esta intenção, mas os membros da CDU gostariam de saber de que projeto interno, e vão ficar a aguardar esta nova reconfiguração. ----------
---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

VIADUTO DOS CANIÇOS - 3ª E 4ª FASES DO FORTE DA CASA----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, perguntando, porque é de todos conhecida a história, para quando a efetiva demolição do viaduto dos Caniços, dizendo que os membros da CDU também gostariam de saber o ponto de situação da 3ª e 4ª fases do Forte da Casa. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que já se falou na 3ª e 4ª fases, tendo ficado algumas infraestruturas sem estar concluídas e lotes sem reserva. A câmara municipal também deixou de vender os lotes, e os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber um pouco qual é o ponto de situação em relação a esta matéria. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que não sabe responder para quando a demolição do viaduto. Se agora dissesse qualquer coisa para além disto não estava a ser rigoroso, na medida em que a câmara municipal tem também uma questão que tem a ver com a 3ª e 4ª fases, e as coisas estão interligadas, porque a situação, se no passado não era fácil, neste momento é mais complicada. ----------

Tendo em vista a renúncia da herança dos herdeiros de José Maria Duarte Júnior, neste momento os interlocutores que a câmara municipal tem são os grandes proprietários de lotes. Nesse sentido, tem vindo a falar com o advogado da autarquia, e também com alguns desses proprietários, para que se possam associar como comissão de proprietários, para que, junto da câmara municipal, mas isto tem que ser analisado juridicamente, possam requerer a alteração do loteamento.----------

É um loteamento muito antigo, tendo-se referido já numa outra ocasião que foi feito num determinado contexto, com determinadas tipologias, que já não estão de acordo com as necessidades dos tempos de hoje. Por outro lado, é um loteamento cuja área comercial e de serviços nem sequer tinha grande expressão, o que quer dizer que para um loteamento com aquela dimensão são necessários serviços que não estavam contemplados. ----------

Também aí o loteamento tem de ser reformulado, e a questão do viaduto prende-se exatamente com a das infraestruturas da urbanização. Algumas foram feitas, muitas ainda faltam fazer, e portanto há uma dificuldade acrescida, porque a

câmara municipal decidiu, por unanimidade, anular o alvará, e não sabe se hoje foi uma boa decisão, mas foi o que foi decidido, e decidiu-se em consciência, naturalmente, entendendo-se na altura que era a melhor decisão. ----------

Há questões de caráter de registo predial onde os lotes lá se mantêm, e tudo isto é uma situação difícil, que não é fácil de deslindar. ----------

Por isso, e para concluir, a demolição do viaduto do Forte da Casa só avançará quando, de facto, estas questões estiverem todas resolvidas, e as infraestruturas também passarem para a posse da câmara municipal. Aí então ter-se-ão todas as condições de o poder demolir. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
RECARGA DE PAVIMENTOS NA FREGUESIA DE PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que o Sr. Presidente da junta falou da necessidade da recarga de pavimentação e, de facto, é um problema que atinge todas as freguesias do concelho de Vila Franca de Xira. A Póvoa de Santa Iria não é exceção, e os membros da CDU vão também insistindo para que se faça a recarga de pavimentos. ----------

Por exemplo, a avenida Dom Vicente Afonso Valente não faz justiça à hierarquia viária, muito menos ao topónimo que tem, e tem de haver certamente um olhar atento para as duas freguesias, no que diz respeito à recarga de pavimentos. --------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que com a pluviosidade que tem caído não é só nesta zona que há problemas, há problemas um pouco por todo o concelho, e já tinha pedido aos Srs. Presidentes de junta que fizessem chegar à câmara municipal as suas propostas de reparação de vias. Há também já algumas informações que se estão a tratar, no sentido de ver a estimativa de custos, e como é que se irá avançar. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PARQUE DE ESTACIONAMENTO JUNTO À APAC - PÓVOA DE SANTA IRIA ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, reportando-se ao parque de estacionamento junto à APAC – Associação Popular de Apoio à Criança, o terreno da ex-CERCI, dizendo que os membros da CDU perguntam quais os desenvolvimentos havidos desde que colocaram a questão na última reunião de câmara, porque, de facto, faz falta mais uma bolsa de estacionamento na zona. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que, ao fim ao cabo, vai repetir-se à sua última intervenção sobre a matéria, ou seja, a câmara municipal tem de ter algum cuidado naquilo que vai ali fazer, na medida em que também por parte do IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, quando se quis avançar com um parque de estacionamento com todas as condições enquanto tal, o instituto não deixou, por causa do espaço de proteção às muralhas da Quinta da Piedade.----------

De qualquer modo, aquilo que se pretende fazer é colocar resíduos, provavelmente de fresagem, para as pessoas terem melhores condições para estacionar, bem assim como ver a questão da iluminação, que é também ali necessária.----------

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, no final da reunião, reportando-se ao parque de estacionamento, referindo que o Sr. Presidente, no fundo, limitou-se a responder àquilo que já tinha respondido na última reunião de câmara, e compreende-se, mas aquilo que os membros da CDU colocaram foi se já houve desenvolvimentos desde essa última reunião de câmara, nomeadamente no que diz respeito à iluminação pública, porque passaram lá e já lá viram mais um monte de gravilha para ser colocado no parque de estacionamento, de forma a tentar alisar a área e desaparecer com as poças de água que existem neste momento. ----

Foi-lhes dada a informação de que já haveria contactos com a EDP para solicitar a colocação de iluminação pública no parque de estacionamento, e queriam saber qual o ponto de situação relativamente a esses contactos, e também se está ou não a ser equacionada a melhoria da acessibilidade ao próprio parque de estacionamento, que como todos sabem hoje em dia é feita atravessando-se um passeio. Há entradas e saídas que são feitas por um passeio pedonal, onde as pessoas passam sem visibilidade, na maior parte dos casos para quem entra e sai

do parque de estacionamento, porque aquilo fica numa espécie de rampa em direção ao passeio, e gostariam e saber se toda a intervenção será originária nessa matéria.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo, como disse, que a câmara municipal vai espalhando os resíduos na zona do estacionamento junto da APAC, e a iluminação pública já foi pedida. Não sabe em que ponto está, e solicita à Engª Rosário Ferrão que depois o informe, sendo que também é preciso, no quadro do projeto que a câmara municipal fez há uns anos, recuperá-lo, e verificar de que forma se poderá ter uma acessibilidade mais segura para este estacionamento.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
APROVEITAMENTO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS – ECOBAIRROS - PÓVOA DE SANTA IRIA ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo ter algumas questões referentes à freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, cumprimentando antes de mais o Sr. Presidente da junta, e percebendo a sua dificuldade em colocar os problemas referentes a esta união de freguesias.----------

Provavelmente os membros da CDU esperavam um pouco mais do mesmo, porque de facto há muitos problemas nesta freguesia, mas vão colocá-los, apesar de terem inicialmente a expectativa de que pudessem ser falados diretamente pelo Sr. Presidente de junta. Não o fez, mas também percebem por que é que assim tomou essa decisão. ----------

Uma das questões que pretende colocar foi muito discutida, aliás suscitada pelo PSD, que os membros da CDU acompanharam nalgumas questões, mas por motivos de objeção de princípio votaram contra. Fala do aproveitamento de fundos comunitários para a freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, no que diz respeito às intervenções dos Ecobairros. ----------

Fizeram também, há bastantes dias, um levantamento das questões de incorreção da obra, e parece-lhes desde já possível concluir que é absurdamente inaceitável a fiscalização feita para uma obra que deveria cumprir todos os requisitos como obra pública, por um lado, e por outro deveria garantir condições de sustentabilidade, uma vez que até é apoiada por fundos comunitários. ----------

Não será muito exaustivo, porque muitas dessas situações já foram identificadas na última reunião de câmara, mas dirá alguns apontamentos. No momento em que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira tanto fala, e enche o peito, em relação à sua suposta política de remoção de barreiras arquitetónicas, é vê-las e contá-las, são às dezenas as que os membros da CDU encontraram nesta obra que tem inclusivamente direito a acesso a fundos comunitários, no âmbito de uma parceria supostamente para resolver esse tipo de problemas. ----------

Há problemas muito significativos de circulação automóvel; criação de mais obstáculos através da introdução e instalação de passeios sem o mínimo de condições, independentemente da capacidade de mobilidade das pessoas;

estrangulamentos de drenagem e materiais à entrada de uma escola primária; mas não acaba aqui, a fixação em querer gastar o dinheiro, custe o que custar, levou a que até a câmara municipal instalasse cadeiras, ou bancos de jardim, que dão para um muro de betão com mais de metro e meio de altura. ----------

Para não ser mesmo muito exaustivo, refere que de facto os membros da CDU não têm a consciência pesada, e ao contrário do que alguém para aí escreveu ou disse, pensa que fizeram muito bem em ter chumbado a proposta do PS de receção provisória daquela obra, porque será absolutamente inaceitável se se receber a obra tal como se recebeu, e, pior do que isso, se não se fizer a autoanálise ou não existir humildade suficiente para perceber que a câmara municipal desligou-se por completo em relação a esta obra, e à garantia de que a mesma, com o dinheiro que representou, deveria ter sido devidamente e corretamente acompanhada.-------

Uma última nota é para que a câmara municipal tome a iniciativa de falar com os moradores, pois encontrará da parte deles muita revolta. Neste momento os moradores de toda esta envolvente sentem-se absolutamente indignados pelo tratamento discriminatório que foi feito em relação aos seus bens e pertences, sendo que aquele sítio, que deveria hoje ser bonito e aprazível, tornou-se um espaço degradado, que precisa de ser rapidamente corrigido.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que as obras, todas elas, têm problemas, como o Sr. Vereador saberá, e pode haver pessoas que lhe tenham manifestado alguma irritação, mas o próprio tem o contraponto, tem recebido manifestações, quer verbalmente, quer através de e-mail, de congratulação com as obras que foram construídas, porque vieram requalificar uma zona que há muito estava degradada, apontando, o que também é verdade, algumas sugestões, não só de reparação, mas de melhorar um ou outro aspeto. ----------

Portanto, prefere uma opinião construtiva, reconhecendo no entanto o esforço que foi feito e o trabalho que está a ser feito, sendo que o Sr. Vereador referiu-se aos ecos que lhe chegavam, que eram de grande exasperação.----------

Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que podem lá ir falar com os moradores, se o Sr. Presidente assim o quiser.----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, referindo ter todo o gosto em ir com o Sr. Vereador aos sítios que forem necessários, e poderão marcar uma visita, mas não hoje,

porque já tem a agenda preenchida.----------

O Sr. Vereador Nuno Libório tomou a palavra, dizendo que ficará a aguardar. ---------

O Sr. Presidente retomou a palavra, referindo que tem recebido, de facto, muitas questões, a primeira das quais aquando do arranque das obras, por parte dos pais das crianças, mas acha que também não é justo dizer que a obra que está a ser feita, por um ou outro aspeto, põe em causa o todo.----------

A câmara municipal está sempre disponível, naturalmente, para encontrar e melhorar aspetos, reconhecendo que a obra deve ter as reparações necessárias.----

Respondendo também ao Sr. Vereador João de Carvalho sobre a matéria, o que diz é que a mesma foi sobejamente falada e comentada, até jornalisticamente, sendo que a receção provisória parcial é uma questão que está prevista na lei e não tem nada a ver com a receção total ou definitiva da obra.----------

São coisas absolutamente diferentes, e aquilo que veio a reunião de câmara é o que habitualmente vem. Naturalmente que houve uma ou outra visão das coisas, tanto de uma bancada como da outra, que fez com que essa receção provisória parcial não fosse aprovada, e está a falar de uma pequena parte, de uma percentagem relativamente pequena da obra, que não punha em nada em causa todas as questões que foram colocadas. ----------

A decisão foi outra, e a democracia é isso mesmo, não há grande questão, de qualquer modo, apesar de correr algum risco, decidiu não fechar o parque, pois as pessoas não conseguiriam perceber por que é que um parque que está pronto, com todas as condições, não estava aberto ao público. ----------

Por isso mesmo, e correndo algum risco, não fechou o parque como inicialmente pensou fazer. As reparações vão ser feitas, o ponto virá novamente a reunião de câmara, e naturalmente que nessa altura voltar-se-á a conversar sobre a matéria.--

Mais tarde, no final da reunião, interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a estas obras dos Ecobairros, dizendo que os membros da CDU estão de acordo, sempre estiverem, e aliás até criticaram muito a câmara municipal por não ter utilizado os fundos comunitários para resolver efetivos problemas em relação às verdadeiras e efetivas necessidades das populações. ----------

Vão deixar ao Sr. Presidente a memória fotográfica que têm, porque não estão a falar apenas "de cor e salteado", estão a falar de situações onde efetivamente

foram instaladas barreiras arquitetónicas que não existiam pura e simplesmente.---
Se aquele será um sítio para usufruto público, nomeadamente do mercado, não se percebem nem concebem situações desta natureza, muito menos se admitem.------
Os membros da CDU consideram que a câmara municipal não acompanhou minimamente e corretamente esta obra, porque doutra maneira não admitiria, nem estaria a pôr em causa problemas que efetivamente existem em termos dos materiais empregues, da instalação desses mesmos materiais, para além de erros grosseiros que podem pôr em causa, por exemplo, a segurança de todos aqueles que utilizam o parque de estacionamento. É caso para ir ao local e ver a quantidade de lancil que já foi destruído porque, por exemplo, não existe marcação correta e ordenada para que as pessoas saibam onde se entra e por onde se circula, ou por onde se sai. São coisas tão simples, desta natureza, que os levam a acreditar como é que é possível, depois de tantos anos de gestão de obras públicas, a câmara municipal "pôr-se a jeito" de ser novamente reprovada a receção provisória, e da parte dos membros da CDU não haverá dúvidas sobre essa matéria. Se estes problemas não forem resolvidos, continuará a não estar em condições para ser resolvida, como é óbvio. ----------
Interveio o Sr. Presidente, referindo-se, quanto ao mercado de levante, à reportagem que os Srs. Vereadores fizeram o favor de entregar, dizendo que vai ser analisada, e vai-se tentar resolver o que houver condições de resolver e que se ache ajustado, ou no âmbito da obra, ou fora dela, na medida em que a obra está subjacente a um projeto que veio a reunião de câmara, mas em que naturalmente na altura não se teve a perceção de algumas destas dificuldades. Às vezes só em obra é que se dá conta, de qualquer modo o próprio também esteve no local, uma ou outra vez, e chamou a atenção para questões de acessibilidade que não estavam garantidas.----------
Por último, é com profunda tristeza que se verifica que algumas reparações que já foram efetuadas no imediato, em termos de piso, foram completamente vandalizadas, pisadas, com escritos no material que foi posto, que ainda estava muito fresco. Às vezes são situações que constrangem o executivo municipal, porque não se percebe por que é que as pessoas reagem desta forma.----------
Está-se a tentar melhorar, evidentemente com algumas questões que tanto a

bancada da CDU como a da Coligação Novo Rumo já colocaram, e o facto é que estão todos imbuídos do mesmo espírito, que é o de melhorar as condições para as pessoas, e depois são confrontados com estes atos de vandalismo gratuitos que não se percebem.----------

De qualquer modo, como disse, tem a reportagem fotográfica que os Srs. Vereadores da CDU fizeram chegar, que vai ser analisada, e vai-se ver o que se pode fazer no quadro da empreitada, ou fora dela. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PROTOCOLO SOCIAL DA CIMPOR DESTINADO À JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo-se a uma questão muito simples, que não é sobre a freguesia onde decorre a reunião. ----------

Chegou aos membros da CDU uma informação, relativamente à qual gostariam, se não fosse hoje, que o Sr. Presidente pudesse fazer chegar a resposta por escrito, e, sem qualquer tipo de ironia, que não demorasse tanto tempo como está a demorar a câmara municipal a responder a todos os requerimentos da CDU. Gostariam de saber se se confirma que o dinheiro, 10 000,00€ ou 12 000,00€, ao abrigo do compromisso do protocolo social da Cimpor, que no final do mandato anterior estava destinado para a Junta de Freguesia de Alhandra, na altura, se mantém ou não disponível.----------

A informação que têm é que não se encontra disponível, porque, ao contrário do que se decidiu em reunião de câmara, como recomendação para o anterior executivo, o dinheiro foi gasto para arranjos florais na avenida Dr. Sousa Martins. Se assim foi é absolutamente inaceitável, alguém decidiu ao contrário daquilo que os membros da CDU tinham assumido, e recorda que se tinha decidido que esse dinheiro serviria para reforçar os meios de higiene e varrição ao serviço da respetiva junta de freguesia.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma matéria que vai aprofundar. De qualquer modo, lembra que já neste mandato foi aprovada por unanimidade a transferência de 4 900,00€ para a Junta de Freguesia de Alhandra, hoje já não é só isso, para a requalificação do canteiro central da avenida Sousa Martins. ----------

É verdade, e recorda-se perfeitamente de ter sido aprovado este valor, crê que por unanimidade, não tendo a certeza de quanto, mas pensa que sejam 12 000,00€, que deveria ser disponibilizado para um fim muito concreto, e portanto vai recuperar a questão na área dos serviços financeiros, pedindo ao Sr. Vereador António Félix para tomar boa nota, no sentido de perceber o aconteceu a esta tomada de decisão na câmara municipal, que não teve sequência. Por que é que não aconteceu? Não sabe responder, vai procurar saber, e depois informará. ---------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PATRIMÓNIO SOCIAL, DESPORTIVO E CULTURAL DA CIMPOR ----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que chegou aos membros da CDU informação de que a Cimpor se prepara para entregar o seu património social, desportivo e cultural à Sociedade Euterpe Alhandrense. ----------

Se assim é, não acreditam que a câmara municipal não tenha conhecimento desta situação. Nada os move em relação à Sociedade Euterpe, mas gostariam de ser informados para poderem dar a sua opinião, e para perceber se esta é uma solução viável e corresponde aos sentimentos da freguesia, à luz da programação de equipamentos do município de Vila Franca de Xira. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que, de facto, teve informação que a Cimpor pretende disponibilizar, não sabe em que figura, algumas instalações de caráter desportivo, e sabe que efetivamente houve uma reunião entre a Cimpor e a Sociedade Euterpe Alhandrense, mas também pode acrescentar que vai ser agendada uma reunião, a pedido do próprio, e também o Engº Luís Fernandes mostrou interesse nesse sentido, para se falar sobre o assunto. ----------

Na sua opinião, naturalmente que se a Cimpor quiser disponibilizar, e não sabe de que forma, instalações desportivas, algumas que estão a ser já há muitos anos a esta parte utilizadas pela câmara municipal, nomeadamente o antigo campo de futebol e a atual pista de atletismo, com isso a autarquia poderia melhorar, requalificar e encontrar outras situações mais sólidas para a prática desportiva informal. ----------

Vai ouvir, para saber o que é que a Cimpor tem a dizer, sendo que aqueles equipamentos desportivos devem ser rentabilizados, não podem ser fechados, têm que estar ao serviço da população. ----------

Quanto à Sociedade Euterpe Alhandrense, aquilo que pode dizer é que a câmara municipal vai ter que ter uma palavra a dizer sobre a matéria, não vendo, em princípio, que neste protocolo, acordo ou seja o que for, haja algum impedimento, pois permitiria, na sua opinião, desenvolver as atividades de caráter desportivo num outro local, já que a Sociedade Euterpe Alhandrense, por mais que queira, não tem mais condições de espaço para desenvolver essa atividade. ----------

De qualquer modo, convirá ver com a Cimpor o que pretende fazer. ----------

No final da reunião interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo, a propósito desta questão da Cimpor e do Sr. Presidente lhe confirmar que de facto por parte dessa empresa existe disponibilidade ou intenção de ceder parte do seu património social, cultural ou desportivo à Sociedade Euterpe Alhandrense, que pensa que a câmara municipal deverá ter alguma prudência, não levantando a CDU nenhuma objeção de princípio em relação a toda e qualquer decisão que possa ser tomada sobre a matéria.----------

Em primeiro lugar, pede autorização para dar uma sugestão ao Sr. Presidente, considera que deveria ouvir a junta de freguesia e os legítimos representantes dessa freguesia sobre o que pensam sobre a matéria, e depois ouvir também o movimento associativo, para que a câmara municipal, mesmo podendo estar movida de boas intenções, não tome nenhuma situação que se possa revelar injusta. ----------

A autarquia assumiu por escrito, e do ponto de vista político assume como compromisso deste mandato, resolver os problemas de outras coletividades, designadamente da inaceitável degradação do campo desportivo do Hortinha, do Alhandra Sporting Club. Portanto, há problemas mais do que suficientes para exigirem que da parte da câmara municipal haja uma atitude prudente sobre essa matéria.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo não poder pronunciar-se em profundidade sobre a matéria porque ainda não se realizou a reunião que referiu, com o Engº Luís Fernandes, que será em breve, e depois saberá de facto o que é que a Cimpor pretende fazer. ----------

Tem conhecimento de uma pretensão de disponibilização de instalações à Sociedade Euterpe Alhandrense, mas também não sabe muitos pormenores. ---------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

BAIRRO DO PER - PÓVOA DE SANTA IRIA ----------

Interveio o Sr. Presidente, respondendo a uma chamada de atenção do Sr. Vereador Aurélio Marques para o facto de ser a ele que deveria dar a palavra, pedindo para o Sr. Vereador não levantar fantasmas onde não existem. Normalmente começa a dar a palavra numa ponta e acaba na outra, relativamente às intervenções, é aquilo que é costume, e não o fez agora porque o Sr. Vereador não chegou à hora, chegou um pouco atrasado.----------

Contudo dar-lhe-á já a palavra, ninguém lha vai tirar, sendo que o Sr. Vereador fica com essa incomodidade toda quando não existe. Se o próprio passasse de seguida a palavra à Coligação Novo Rumo, e depois passasse a palavra ao Sr. Vereador, qual era o problema? Não está nervoso, o Sr. Vereador é que levanta logo estas questões, mas dar-lhe-á seguidamente a palavra. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, bem como o Sr. Presidente da união das freguesias, a quem envia uma saudação de amizade. ----------

De seguida, referiu estar provado que assim que fala o Sr. Presidente fica nervoso, e não sabe porquê, pois só o chamou à atenção que estava para falar de seguida. --

Respondeu o Sr. Presidente que não é assim, o Sr. Vereador é que tem uma espécie de "Calimero", que não lhe fica bem, e por qualquer coisa que aconteça é um "ai Jesus, que vai cair o céu". ----------

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, referindo não ter dito nada, só chamou a atenção do Sr. Presidente de que estava para falar, e pensa que o Sr. Presidente anda muito suscetível. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que é impressão do Sr. Vereador.----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se ao bairro do PER, na Póvoa de Santa Iria, que está muito degradado. É um espaço de propriedade da autarquia, e os membros da CDU entendem que é de toda a necessidade a sua requalificação e manutenção. ----------

O ringue está desativado, estando lá até uma indicação que é polidesportivo municipal, o centro comunitário está abandonado, o quiosque está obsoleto no meio do bairro, o parque infantil desapareceu, por não ter condições de segurança,

até agora não foi reposto, e também, na zona envolvente ao CAD – Clube Académico de Desportos, falta consolidar os taludes lá existentes. Nas hortas urbanas detetou-se que não há encaminhamento e escoamento das águas da chuva, o que, como é evidente, poderá trazer sérios problemas até aos próprios terrenos. ----------

Constataram também, embora não seja muito importante, o peso das tampas dos caixotes que lá se encontram, que realmente são pesados, o que leva a alguma dificuldade das pessoas as levantarem.----------

Por fim, nas zonas envolventes do parque infantil há sinais de inundações nas suas estruturas e no seu interior, o que, como é evidente, continua a provocar a degradação do parque. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo-se ao escoamento da água, dizendo que era bom que se conseguisse perceber se há alguma perspetiva de melhorar a situação.----------

Respondeu o Sr. Presidente, relativamente às hortas urbanas, que há um problema de drenagem e vai-se verificar o que se passa no sentido de melhorar. ----------

Havia também uma situação de escorregamento de terras que está a ser resolvida com a construção do muro, bem assim como uma dificuldade que foi também colocada, de uma vedação a tardoz de uns edifícios, que a câmara municipal também está a fazer.----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

NOTÍCIA NO JORNAL "O MIRANTE" SOBRE UM BURACO NA ESTRADA EM ALVERCA DO RIBATEJO ----------

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, cumprimentando todos os presentes, em especial o Sr. Presidente da junta, fazendo também um agradecimento aos Srs. Jornalistas, pela caricatura que consta na segunda página de "O Mirante", mas que não resolveu nada. Desta forma, vão ter que fazer segunda vez, agora com um carro um pouco maior, porque o buraco continua lá ao fim de 15 dias. Não resultou, por isso se calhar tem que ser em página inteira. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que pensava que o buraco já estava tapado, afinal não está, de maneira que o Sr. Vereador terá de continuar a ter muito cuidado para o seu veículo não cair no buraco. Já são duas rotundas, o próprio buraco e a rotunda. Pensa que foi tapado, mas com os resíduos que lá foram colocados e a chuva que caiu de certeza que se destapou novamente. ---------

De qualquer modo irá ver o que se passa. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

PASSEIO JUNTO À ESCOLA SECUNDÁRIA – FORTE DA CASA ----------

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, reportando-se a questões relativas ao Forte da Casa, dizendo que existe um passeio por arranjar junto à escola secundária desde há 3 anos, aquando da remoção de um poste elétrico efetuada pela EDP no âmbito da construção entre escolas. O poste foi arrancado, mas o passeio continua por arranjar.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que irá ver, mas é uma questão do dia a dia, que não se sabe, de facto, como se irá resolver.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ABRIGO DE PARAGEM DE AUTOCARRO JUNTO À ESCOLA SECUNDÁRIA – FORTE DA CASA ----------

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo-se ao abrigo da paragem dos autocarros junto à escola secundária, no Forte da Casa, que tem os vidros partidos e os bancos arrancados. Em princípio dever-se-ia o que se pode fazer, e não quer dizer que não possa acontecer novamente, mas infelizmente já se está habituado a alguma destruição.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que irá ver, mas é uma questão do dia a dia, que não se sabe, de facto, como se irá resolver.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

ILUMINAÇÃO NO ACESSO AO VIADUTO DA LINHA FÉRREA – PÓVOA DE SANTA IRIA---

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo-se a alguma falta de iluminação, que provavelmente não estava prevista, no acesso ao viaduto da linha férrea, no sentido da estação da CP, por cima, mesmo na Póvoa de Santa Iria. Passando o viaduto, não existe nenhuma iluminação, para o lado direito vê-se depois, quando normalmente se fazem as festas da Póvoa, por baixo, e questiona se é possível colmatar, mas não sabe se terá de ter o acordo da REFER. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que irá ver esta situação. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS DO INSTITUTO DE APOIO À COMUNIDADE - FORTE DA CASA ----------

Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, referindo que é preocupante para algumas pessoas saber o que se pensa fazer em relação à unidade de cuidados continuados feita pelo IAC – Instituto de Apoio à Comunidade, sabendo-se que, neste momento, o próprio IAC e a nova direção não reconheceram as dívidas e o problema. Qual é o ponto de situação, se é que há alguma coisa que a câmara municipal possa fazer em relação a este ponto? ----------

Não é por causa do "mamarracho", é porque ficaram ali coisas tiradas, o que é complicado. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que, de uma ou outra reunião que teve com o IAC, enaltece que esta nova direção está a fazer um esforço imenso no sentido de sanear as finanças do IAC, e tem conseguido, com a ajuda de todos, dos trabalhadores e de um esforço tremendo da direção. ----------

Através desse saneamento financeiro pretende, pelo menos foi o que lhe foi informado, e permite-se repetir o que lhe foi dito, recuperar o projeto inicial da unidade de cuidados continuados. Não a que estava a evoluir, que era o projeto inicial mais uma ampliação bastante superior ao que estava previsto, mas circunscrever-se àquilo que era o projeto inicial, para o qual inclusivamente havia já perspetivas de acordo com a Segurança Social. ----------

Com os problemas financeiros que estão a começar a ser resolvidos crê que o IAC poderá finalmente avançar para um equipamento que lhe permitirá também não estar disperso em várias zonas, porque, só em rendas, paga um valor muito avultado mensalmente. ----------

Portanto, é aquilo que pode dizer do que sabe sobre a matéria. ----------

---

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------
SINALIZAÇÃO DO ANTIGO HOSPITAL EM VILA FRANCA DE XIRA----------
Interveio o Sr. Vereador João de Carvalho, dizendo que tem uma questão para colocar que provavelmente não será matéria da câmara municipal, será da Brisa, mas existem ainda, no caminho de Vila Franca de Xira, tanto na entrada norte, como na entrada sul, sinaléticas a indicarem o antigo hospital. ----------
Desta forma, no fundo será provavelmente de pedir a quem colocou aquela sinalética que a retire, pois o hospital já está na zona norte de Vila Franca de Xira, e pode induzir em erro. ----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que se a sinalização do antigo hospital não foi tirada, deveria já ter sido, vai-se tratar disso, e mesmo que seja da Brisa, vai-se fazer.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

RECOLHA DO LIXO EM VILA FRANCA DE XIRA ----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, cumprimentado todos os presentes e referindo ter apenas duas questões para colocar, uma delas relacionada com a recolha do lixo.----------

Os membros da Coligação Novo Rumo têm recebido algumas informações de que a recolha do lixo não se está a fazer de modo frequente em Vila Franca de Xira, nomeadamente a do vidro. De facto, a própria constatou que em Vila Franca de Xira, na rua que passa em frente ao prédio Varandas da Lezíria e ao CBEI – Centro de Bem Estar Infantil de Vila Franca de Xira, numa segunda-feira, por volta das 16h45, estava-se a despejar o vidrão com um trânsito que ia com uma fila até cerca da "Electro Martins". ----------

Efetivamente demorou muito tempo a despejar o vidrão, e entretanto foram-se despejando os vidrões ao longo da cidade, com o trânsito todo a aguardar que o despejo se fizesse. ----------

Desta forma, gostariam de saber o que se passa com a recolha do lixo e, por outro lado, por que é que está a ser feita a meio da tarde, quando as pessoas, ou estão a ir buscar os filhos à escola, ou a sair do trabalho, com o trânsito mais denso do que a outra hora do dia. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando todos os presentes, referindo que houve, e ainda se estão a analisar os números de 2013, ao contrário do que tem sido a tendência habitual no restante país, um acréscimo da recolha dos indiferenciados. Há várias causas, nomeadamente o facto de se ter alargado a rede de recolha com ilhas ecológicas, o que facilita a vida às pessoas nessa colocação e separação dos lixos, para além, claro, das atividades todas que são conhecidas, de educação ambiental. ----------

Existem percursos de recolha, quer de dia, quer de noite, tendo em conta a quantidade de resíduos que se recolhe, de qualquer das maneiras, quanto à questão que a Srª Vereadora colocou muito especificamente, respeitante ao vidro, há um esforço e até uma indicação de que seja feita durante o dia, porque é muitíssimo ruidosa. ----------

Efetivamente é a mais ruidosa delas todas, praticamente, quer os indiferenciados,

quer o papel, quer o plástico, são recolhidos tendencialmente à noite, embora haja também percursos diurnos nos locais onde durante o dia há menos viaturas estacionadas. ----------

Uma das dificuldades que se coloca à noite é o número de viaturas estacionadas à volta dos contentores, o que às vezes dificulta o acesso, mas essa é a razão fundamental para a recolha do vidro ser durante o dia. Nem sempre calha à mesma hora no mesmo sítio, depende dos percursos que são feitos, de qualquer forma tomou nota da preocupação, que é também uma preocupação de quem organiza os percursos. ----------

Contudo, e de facto, a recolha do vidro é tendencialmente de dia. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

MOBILIDADE INTERCARREIRAS----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, reportando-se à mobilidade intercarreiras, referindo que o Sr. Presidente disse na última reunião que até ao dia 4 de fevereiro reanalisaria a situação e diria algo aos vereadores. ----------

Chegou a informação aos membros da Coligação Novo Rumo que, eventualmente, já tinha sido feita uma reanálise da situação, mas desconhecem, e querem saber se efetivamente o Sr. Presidente a fez, se não a fez, e se lhes vai fazer chegar essa reanálise.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que fez aquilo com que se comprometeu, ou seja, uma análise aprofundada de todas as situações, tendo pedido aos serviços e vereadores para analisarem caso a caso, para que, de facto, houvesse equidade e justiça na atribuição da mobilidade intercarreiras.----------

Das 28 situações a câmara municipal recuperou 25, e para além disso havia pedidos que estavam na direção dos recursos humanos, que também foram contemplados nesta análise. Nesse sentido, foram deferidas mais 15 mobilidades intercarreiras.----------

Não foram todos contemplados, uns porque, de acordo com a informação prestada pelos serviços, as pessoas não estavam efetivamente a desenvolver funções de acordo com a mobilidade que lhe tinha sido concedida, e relativamente àqueles que tinham feito pedidos e não tinham tido desenvolvimento, alguns ficarão eventualmente para uma segunda fase.----------

A câmara municipal pretende fazer semestralmente a avaliação dos pedidos que chegam, com critérios muitos percetíveis e transparentes, para que ninguém fique com dúvidas, crendo que assim todos ficarão conscientes daquilo que se está a fazer.----------

Desta forma, vai fazer chegar, tanto a uma bancada, como a outra, toda a avaliação que foi feita, o nome das pessoas que foram contempladas e as que não foram, sendo que não é propriamente "contempladas", pois não se trata de nenhum prémio, trata-se de um estímulo para que as pessoas desenvolvam o seu trabalho ainda com mais brio profissional e maior entusiasmo.----------

Crê que este estímulo também se faz desta forma, porque às vezes está-se a falar

de alterações remuneratórias muito simbólicas. ----------

Terminou, aproveitando para dizer à Srª Vereadora que a questão nunca foi de caráter orçamental, se bem que se está a falar de um valor bastante acentuado, mas sim de tentar encontrar critérios de justiça na atribuição destas mobilidades intercarreiras. ----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

CONTINUAÇÃO DO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

Quanto faltavam 5 minutos para o final do período antes da ordem do dia, às 10h25, interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, apelando à compreensão do Sr. Presidente para dar oportunidade à CDU de colocar mais uma ou outra questão.-----

Respondeu o Sr. Presidente que a compreensão é total, e que, conforme disse noutras ocasiões, tem tido a preocupação de trazer ordens do dia relativamente pequenas, o que permite que sobre tempo, estando convicto que ainda haverá muito tempo, depois da ordem do dia terminar, e é uma boa metodologia.----------

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

QUESTÕES RELATIVAS À ORDEM DO DIA ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que, como disse, certamente haverá ocasião de reservar mais meia hora para uma segunda volta, entrando assim no período da ordem do dia. ----------

Há pedidos de intervenção para os pontos 4, 5, 6, 8, 9, 12, 14, 18, 19, 22, 23, 24, 25 e 28, portanto todos os outros pontos estão aprovados por unanimidade. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, antes de se entrar na discussão dos pontos, que tem duas questões para colocar em relação à ordem do dia. ----------

Na reunião passada os membros da CDU disseram que iam apresentar uma proposta sobre a cessação de mobilidades internas, intercarreiras ou categorias, depois concretizaram-na com uma proposta escrita, e gostariam de indagar o Sr. Presidente sobre a razão de não estar contemplada nesta ordem de trabalhos. Não sabe se poderão falar nela, pensa que não, que deveria estar contemplada no ponto 14. ----------

A outra situação tem a ver com os acordos de execução e contratos interadministrativos. Como o Sr. Presidente sabe, a evolução deste processo foi faseada em datas, na RIA colocaram a pertinência de serem ouvidos, quando o Sr. Presidente apresentou essa proposta às juntas de freguesia, e o que ficou foi que os vereadores da CDU, até dia 5, falariam sobre estas questões. ----------

Como não está também contemplado, e entendem que os meios financeiros disponibilizados pelo PS nesta delegação de competências são muito insuficientes, a CDU não vai abdicar de tentar inverter a situação destas propostas. Consideram que isto terá que ser discutido, e gostariam de saber do Sr. Presidente se será hoje, ou depois numa RIA, sendo que querem realmente dar os seus contributos. Assim sendo, gostariam de ouvir o Sr. Presidente sobre estas duas questões. ---------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, sobre o agendamento ou não da questão da mobilidade intercarreiras, que teve ocasião de dizer que ia fazer o que fez, ou seja, a análise, e tem a dizer aos membros da CDU, com todo o respeito e consideração, que é muito, que essa é uma competência do presidente da câmara, o que quer dizer que se fosse analisada em reunião de câmara, e eventualmente houvesse

uma decisão, ela não era consequente, porque o presidente da câmara tem competências, neste caso na área dos recursos humanos, que as desenvolve. --------
Por estas razões esse agendamento não tinha sentido, e não é por outra razão absolutamente nenhuma, porque, inclusivamente, este presidente, para além de ter competências nesta área, também tem esse pelouro distribuído. Foi só por essas razões, inclusivamente comprometeu-se que até terça-feira tinha o assunto analisado. Foi esse o compromisso que assumiu, e esse trabalho está resolvido. -----
Considera que não tem sentido os Srs. Vereadores da CDU agendarem uma matéria que é da competência do presidente da câmara, nem tinha validade caso viesse à reunião de câmara para ser aprovada, num sentido ou noutro. ----------
Relativamente aos acordos de execução, também lembra que este prazo foi prorrogado, porque entendeu que se deveria alargar, na sequência de pedidos que lhe chegaram nesse sentido. Aquilo que ficou foi que se alargava o prazo, no sentido de todos poderem dar contributos a estes acordos de execução e também aos contratos intermunicipais, estando-se a aguardar. ----------
Termina hoje o prazo, até à meia-noite, e naturalmente que depois seguir-se-ão conversas com as juntas de freguesia e com os Srs. Vereadores, mas refere já que a lei se alterou, e que os itens de descentralização financeira estão bem definidos. Por um lado têm de estar bem definidas as competências que são descentralizadas e o modo do cálculo de como a distribuição financeira é feita. Depois, as juntas de freguesia têm que fazer relatórios justificando os valores que foram empregues numa ou noutra tarefa, sendo assim que a nova lei determina. ----------
Por último, se se entender que o esforço financeiro que a câmara municipal está a fazer é insuficiente, as juntas de freguesia podem sempre dizer que não têm condições para o fazer, e não aceitam as tarefas que se pretendem descentralizar. É tão simples quanto isto, mas dizer que quase 3 300 000,00€ é insuficiente, se calhar se fosse o orçamento todo da câmara municipal era melhor, mas não pode ser. Em câmaras com a dimensão de Vila Franca de Xira, quais são as que disponibilizam uma fatia tão grande do seu orçamento às juntas de freguesia? Pensa que é só ir à Área Metropolitana de Lisboa, e ver.----------
Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório quantas o Sr. Presidente quer.----------
Respondeu o Sr. Presidente que são mais de 3 300 000,00€, e não acredita, porque

sabe, sendo que essas descentralizações de competências são para cemitérios e coisas muito poucas, ficando o resto na posse da câmara municipal. É o que acontece, e o Sr. Vereador Nuno Libório sabe muito bem que esta câmara municipal tem uma tradição, desde há muitos anos, de ser das poucas que tem esta capacidade de descentralização. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que não está a discutir, os membros da CDU só querem saber quando é que o assunto vai ser discutido, foi essa a pergunta que colocaram.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai ser discutido, conforme se combinou, e os membros da CDU irão discutir no momento em que a RIA acontecer. O que foi combinado é que até ao dia de hoje, tanto da parte da vereação, como da parte das juntas de freguesia, receberia contributos, e está à espera. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que é isso mesmo que o Sr. Vereador Aurélio Marques quer fazer. ----------

Prosseguiu o Sr. Presidente, pedindo então que sejam enviados os contributos. Já falou com o Sr. Vereador sobre esta matéria, e não percebe qual é a falta de interpretação do mesmo. ----------

Quanto àquilo que o Sr. Vereador diz a seu respeito, pede-lhe para não se preocupar, e a situação é muito clara, conforme o próprio disse, não só publicamente, na última reunião de câmara, como também ao Sr. Vereador, está à espera que a CDU faça chegar os seus contributos à volta desta matéria. Depois far-se-á uma RIA, e há de encontrar-se uma solução, que se sabe de antemão que não é fácil, mas uma solução de compromisso, que nunca será consensual, que tem de ser o mais consensual possível.----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, muito rapidamente, sobre a questão da mobilidade, que o Sr. Presidente fala da sua competência, e é evidente que ainda se lembra que o Sr. Presidente dizia que trazia às reuniões de câmara mesmo as coisas da sua competência. Não lhe quer tirar nenhuma competência, nem a CDU, mas relembra, na sua ótica, e pode estar engando, que nenhuma competência se sobrepõe à do órgão coletivo, que é a câmara municipal. ----------

Sobre aquilo que o Sr. Presidente disse que ia fazer, já evoluiu, pois apresentou alguma resolução, o que é importante, mas deveria tê-lo comunicado à vereação

da CDU, e pensa que também não o comunicou à Coligação Novo Rumo. Infelizmente, sobre esta questão da mobilidade os membros da CDU continuam a saber pela comunicação social. Souberam pela comunicação social, e não entrará em pormenores, mas foi assim que souberam, o que é estranho e deselegante.------
Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que o executivo não tem culpa nenhuma dessa questão, e se foi para a comunicação social não foi através da câmara municipal. Foi como? Através do próprio não foi, através dos vereadores não foi, mas a comunicação social tem muitas fontes, e é a única coisa que pode dizer.------
Retomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que os membros da CDU colocaram várias questões, por isso entregaram requerimentos, no período antes da ordem do dia. O Sr. Presidente até disse que não se podia calar quando a comunicação social lhe perguntava, sendo que as respostas, e já se lamentaram disso em reunião de câmara, não foram dadas em local próprio, mas depois o Sr. Presidente deu-as à comunicação social.----------
Contudo, respeitam o que o Sr. Presidente disse, e o próprio compreende, uma vez que a comunicação social perguntou, e era deselegante o Sr. Presidente não ter respondido. Aqui não está em causa a comunicação social, e ainda bem que às vezes tem "furos" e sabe as coisas.----------
Sobre a outra situação, o Sr. Presidente falou em valores, e era isso que a CDU queria discutir, mas já viu que o Sr. Presidente quer que seja por escrito, ou então discutir-se-á nas RIA. O Sr. Presidente falou já em valores, e tem que lhe dizer, como todos sabem, que no anterior protocolo as situações eram no pressuposto de 15% dos impostos diretos do ano anterior à elaboração do orçamento. ----------
Pode dizer que para 2012, considerando os impostos diretos de 2010, no valor de 27 081 070,53€, 15% dariam 4 062 016,00€. O Sr. Presidente falou em números, e pensa que também tem o direito de o fazer, porque o Sr. Presidente transmitiu para a plateia que é muito dinheiro, e o que lhe diz é que seguindo o pressuposto do protocolo em 2012 foram 488 000,00€ a menos distribuídos pelas juntas de freguesia. Depois, em 2013, é evidente que foram só cerca de 34 000,00€.----------
O Sr. Presidente gosta de falar em números, para dizer que os 3 573 096,00€, que foram nos 2 anos anteriores são muito dinheiro, mas agora, e pede desculpa por falar mais alto, que é só para ver se se faz ouvir, porque o Sr. Presidente está

sempre a interrompê-lo, vai-se discutir, e só gostaria de contrapor a situação. Agora o valor que se retira às juntas de freguesia é quase 200 000,00€, só queria dizer isto, e falou porque o Sr. Presidente falou em números, estando o próprio a mostrar que já não se cumpriu o protocolo anterior, e não se está a cumprir.----------

Corrobora a opinião do Sr. Presidente, que se devem dar passos para chegar a um entendimento, sendo que já viu que o Sr. Presidente reage "epidermicamente" quando o próprio fala, e não sabe porquê.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador também tem que ter respeito por quem está a conduzir a reunião, e não está.----------

Perguntou o Sr. Vereador Aurélio Marques a que respeito faltou ao Sr. Presidente, respondendo este que já disse várias vezes que esta é uma matéria que será discutida, e o Sr. Vereador continua a argumentar.----------

Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que apenas quis contrapor os valores.---

Continuou o Sr. Presidente, dizendo, sobre a questão dos contratos de execução e contratos intermunicipais, que haverá ocasião de falar com pormenor, e naturalmente que se vai encontrar uma solução.----------

A Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso interveio, perguntando se pode colocar uma questão, ao que o Sr. Presidente perguntou se é sobre este assunto.----------

Respondeu a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso que sim, e que tem estado calada, contrapondo o Sr. Presidente que o seu colega vereador já falou por ela e por todos, e pensa que sobre a matéria já estão todos sintonizados. ----------

Referiu ainda a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso que seriam só 30 segundos.---------

O Sr. Presidente interveio, pedindo desculpa, mas dizendo que no fim, se sobrar tempo, a Srª Vereadora falará o que entender, mas agora vai prosseguir, porque senão nunca mais se sai da discussão.----------

Interveio, no final da reunião, o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o tempo já não permite, e pensa que os seus camaradas, certamente por causa da pressão do tempo, também não colocaram uma questão, mas gostava de dizer que o contributo dos membros da CDU em relação aos protocolos com as juntas de freguesia é aquilo que o Sr. Vereador Aurélio Marques disse. ----------

Consideram que tem de haver da parte da câmara municipal sensibilidade e disponibilidade para reforço dos meios, sendo que o plano de trabalho que está

neste momento em discussão é um trabalho com o qual se reveem.----------
Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador passividade. ----------
Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório se não se pode discutir o assunto hoje, e terminou, dizendo que os membros da CDU assumiram com o Sr. Presidente o compromisso de que toda e qualquer opinião que tivessem que ter sobre essa matéria a diriam hoje, e assim fizeram. Agora, aguardam que por parte da câmara municipal se tomem as devidas iniciativas, ou com os próprios, ou com os presidentes de junta, no sentido de se encontrarem rapidamente soluções. Alerta só para a urgência de se tomarem decisões, tendo presente o quadro legal que é apertado e os prazos legais que estão a ele associados.----------
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo estar absolutamente consciente disso e só prorrogou o prazo porque acedeu a questões que lhe foram colocadas.----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que o Sr. Presidente não cumpriu o compromisso com os membros da CDU, tendo tomado a iniciativa de enviar as minutas às juntas de freguesia sem o seu conhecimento, quando não foi isso que foi combinado.----------
Respondeu o Sr. Presidente que escorregou 2 dias, mas o Sr. Vereador tem consciência da dificuldade que é estar-se a trabalhar em documentos novos, difíceis e, ainda mais difícil, tentar através dos mesmos haver algum consenso com os Srs. Vereadores. Já houve alguns presidentes de junta que colocaram dúvidas e pediram esclarecimentos, que naturalmente foram dados. Há com certeza questões que querem melhor clarificar, pelo que nada melhor que façam chegar as sugestões e contributos, que podem ser muito úteis para se poder ir o mais longe possível. Mais claro que isto não consegue ser. ----------
O presidente da câmara é o primeiro a querer que estas matérias constituam uma negociação e uma concertação o mais justa e próxima possível, mas, como já disse, é quase impossível encontrar um consenso absoluto, não se vai conseguir. Também é verdade que as juntas de freguesia têm todas a possibilidade de querer ou não determinado tipo de competências. Há uma matriz comum, e o que for para uma junta não quer dizer que seja exatamente igual para outra. Há várias nuances, há juntas que por dificuldades e questões diversas poderão dizer, "este item não nos interessa, nós não queremos esta atribuição de competências".----------

Terminou, dizendo ficar a aguardar que lhe cheguem os contributos para se marcar a reunião interautarquias. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo julgar que se o Sr. Presidente estiver munido destas informações poderá certamente ter um maior avanço naquilo que possa ser a discussão com os Srs. Presidentes de junta.----------

Independentemente da junta a que se estão a referir os membros da CDU, há valores que foram encontrados pelos serviços da câmara municipal em que pensam que convinha perceber como é que se chega àqueles valores. ----------

Por exemplo, quando no protocolo de 2008 eram incluidas as manutenções dos espaços verdes, e nunca foi estipulado, pelo menos nos protocolos aos quais tiveram acesso, o valor que era pago por metro quadrado, e diga-se que foram umas zonas mais ou menos entregues, o que está mal.----------

Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo à Srª Vereadora que fique por aqui na sua intervenção, porque o que lhe pode dizer não o vai dizer publicamente, dirá à própria.----------

Prosseguiu a Srª Vereadora, anuindo, mas pedindo ao Sr. Presidente que a deixe só sugerir, quando se chega a um determinado valor, que seria bom que os técnicos que fizeram o protocolo fizessem um esclarecimento de como se chega ao mesmo, neste valor ou noutros que são ali estipulados. ----------

Interveio o Sr. Presidente, solicitando que os Srs. Vereadores lhe enviem as questões para se poder avançar.----------

Respondeu a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso que disse de uma forma muito clara, mas pode fazê-lo por escrito. ----------

O Sr. Presidente argumentou que isso pode não ser geral para todos os itens. --------

Prosseguiu a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, voltando a referir que pode fazer por escrito, mas estas são as opiniões dos membros da CDU, e quando colocam a questão dos valores não podem esquecer que em 2010 houve uma diminuição muito considerável naquilo que foi transferido para as juntas de freguesia, que foi de alguma forma colmatado com o protocolo da Cimpor, que já não vai existir, pelo que tem que haver alguma sensibilidade.----------

O Sr. Presidente referiu que há sensibilidade, condições absolutas provavelmente não há. Há compreensão, e por isso os documentos foram enviados, e aquilo que

pede, tantos aos presidentes de junta, estando presente apenas um, e de certeza absoluta que estas matérias são analisadas de uma forma mais alargada, como aos Srs. Vereadores, é que rapidamente façam chegar as suas dúvidas, para o executivo PS tentar responder, dando-se um prazo para depois se poder reunir. -----
Interveio de novo a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que os membros da CDU tiveram a preocupação de fazer o seu trabalho, que foi cumprir com aquilo que foi estipulado, ou seja, ler os protocolos, analisar o que continham, e dar a sua opinião. A opinião está dada, e estão a sugerir outras coisas e outros avanços. -------
O Sr. Presidente interveio, referindo já ter percebido, os Srs. Vereadores querem saber, pelos vistos em todos os itens, a explicação de como se chegou àqueles valores, e vai-se fazer isso. ----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU pediram para a câmara municipal ter em linha de conta as questões financeiras, e o montante que está disponibilizado. ----------
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que os Srs. Vereadores têm os documentos, voltando a pedir que lhe enviem os contributos e as sugestões de alteração. ----------
Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que os contributos estão dados. ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que na sua intervenção já deu alguns valores, e se o Sr. Presidente ouvir a gravação para a ata estão lá, perguntando ainda como é que foram criados os índices unitários de cada serviço. Nos documentos, em vários itens, como as regas e outros, as contas estão erradas. Da análise que fez de todos os documentos, salvo erro e omissão, há diferenças em três freguesias, Póvoa de Santa Iria, Castanheira do Ribatejo, salvo erro, e Alhandra. Inclusivamente há verbas, por exemplo para Alhandra, em que o total não corresponde ao desenvolvimento dos documentos, deixando apenas o alerta. --
A questão de fundo dos membros da CDU é a que já focou no início, dos valores, em que a câmara municipal não cumpriu com os 15%, e continua a não cumprir. Já não dizem que dê mais, embora devesse dar mais, mas não chega aos valores, comparado com o protocolo anterior. ----------
---

Assunto: ATAS NºS 26/2013, 1/2014 E 2/2014 DAS REUNIÕES DE CÂMARA DE 2013/12/27, 2014/01/08 E 2014/01/22 ----------

Presente para aprovação as atas das reuniões de câmara de 2013/12/27, 2014/01/08 e 2014/02/05, com dispensa da sua leitura, por terem sido previamente distribuídas a todos os membros.----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar as atas das reuniões de câmara de 2013/12/27, de 2014/01/08, e de 2014/01/22.----------

Assunto: ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DE ENTIDADE EMPREGADORA PÚBLICA A CELEBRAR E OUTORGAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA E O SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, REGIONAL, EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS (STAL)----------

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/01/30, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da celebração e outorga do acordo coletivo de trabalho de entidade empregadora pública, a estabelecer entre o município e a associação sindical designada por Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins (STAL), com esteio e fundamento no disposto no artigo 347º, números 3, alínea b) e 9, do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas.----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se conseguiram fazer dois acordos coletivos com duas estruturas sindicais, o STAL e o SINTAP, que lhe parecem um marco bastante importante naquilo que é a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores do município, e também encontrar uma ferramenta de trabalho que melhor caracterize e identifique todas as questões que têm a ver com horários de trabalho, matérias sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, e outras matérias bastante importantes.----------

Estes acordos coletivos foram aprovados, por si assinavam-se já hoje ou amanhã, e é uma questão de fazer chegar as estruturas sindicais para o fazer. ----------

Prosseguiu, pedindo permissão, pois tanto o STAL e o FESAP estão de acordo, que estes dois documentos sejam um só, subscritos por 3 outorgantes, câmara municipal, FESAP e STAL, porque foi uma negociação em que se tentou concertar e consensualizar a redação. Havia matérias da parte do STAL que não eram possíveis de aceitar, foi possível também, junto do SINTAP, deixar cair algumas dessas matérias, também o STAL consensualizou sobre outras questões que eram importantes para o FESAP, e neste sentido há dois documentos exatamente iguais, a única coisa que muda é o texto da estrutura sindical.----------

Como a estrutura sindical, e outras, estão de acordo, e consideram que isso pode reforçar numa outra fase negocial, eventualmente junto do Governo, por causa da questão das 35 horas, aquilo que pede é que se aprove a possibilidade de ser um

único documento subscrito pelas duas estruturas sindicais. ----------
Se os Srs. Vereadores estiverem de acordo, transmitirá, tanto ao STAL, como à FESAP, que se vão transformar estes dois documentos num só.----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que se o Sr. Presidente garante que as estruturas respetivas estão de acordo com essa metodologia, os membros da CDU não têm nada a obstar. De qualquer forma, não é muito normal que assim seja, mas está tudo bem, os objetivos são rigorosamente os mesmos. Tiveram o cuidado de ler e reler para perceberem que o alcance e dimensão objetiva das iniciativas são rigorosamente os mesmos, pelo que tudo o que tenha que ver com o beneficiar dos trabalhadores do município, como é óbvio contará sempre com o apoio dos vereadores da CDU. ----------
Fazem um último apelo, que esta câmara municipal tome como urgente a outorga destes acordos, e que os remeta rapidamente para a Imprensa Nacional Casa da Moeda, para publicação junto da direção-geral respetiva.----------
Respondeu o Sr. Presidente que é o que se pretende fazer. ----------
Deliberado, por unanimidade, aprovar a celebração e outorga do acordo coletivo de trabalho, nos termos propostos pelo Sr. Presidente.----------
---

Assunto: ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DE ENTIDADE EMPREGADORA PÚBLICA A CELEBRAR E OUTORGAR ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA E A FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS (FESAP)----------

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/01/30, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da celebração e outorga do acordo coletivo de trabalho de entidade empregadora pública, a estabelecer entre o município e a Federação de Sindicatos da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (FESAP), com esteio e fundamento no disposto no artigo 347º, números 3, alínea b) e 9, do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas. ----------

Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 2 da ordem do dia. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a celebração e outorga do acordo coletivo de trabalho, nos termos propostos pelo Sr. Presidente.----------

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 138/14, de 29/01, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2013/01/15 e 2014/01/28, respeitantes a licenciamentos de obras particulares "construção/utilização". ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 138/14, de 29/01, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo ter umas questões dos membros da CDU para apresentar, e o seu camarada, Sr. Vereador Paulo Rodrigues, depois também terá outras. ----------
Em primeiro lugar foram, e aliás todos os que são utilizadores da EN10, confrontados com obras de alguma envergadura na zona envolvente mais próxima ao estabelecimento comercial ALDI, em Alverca, parecendo-lhes que resulta dessa obra a parceria de que falaram na reunião de câmara para reabilitação das condições de acesso, quer para serviço próprio desse estabelecimento comercial, quer, na sequência dessa beneficiação, melhorar o entroncamento com a localidade mais poente de Alverca, que é a Quinta do Forno. ----------
Perguntam se é mesmo assim, de qualquer forma estranham, pela dimensão e movimento de máquinas, que não haja nenhuma informação suficientemente eficaz, quer junto das populações, quer junto dos utilizadores desta via, até para prevenir e acautelar situações de insegurança rodoviária. ----------
Por outro lado estranharam que houvesse também alguma modificação daquele espaço verde existente, pois estava ali uma rotunda onde cabia a instalação de

uma antiga máquina da Previdente, estavam algumas espécies arbóreas que foram abatidas, e gostavam de saber um pouco mais sobre isso. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, aproveitando para questionar sobre o silo automóvel, na Póvoa de Santa Iria, agora que a rotunda está já praticamente em fase de conclusão, dizendo que os membros da CDU gostavam de saber se já há previsão de conclusão da obra, mas principalmente, e mais importante, se já há previsão de quando é que a praça superior vai ser colocada ao serviço da população. ----------

Interveio o Sr. Presidente, começando pela última questão, dizendo que as obras, finalmente, estão a terminar, sendo que, quanto ao parque de estacionamento, já poderia estar em serviço, como uma ou outra vez foi falado, mas há uma questão que se está a tentar resolver rapidamente, que é a da iluminação pública. Não se gostava de pôr aquele parque de estacionamento em serviço sem a iluminação pública, e é uma matéria que se está a tentar resolver, assim que a iluminação pública estiver ligada e a obra no seu todo estiver concluída.----------

Um dia poderá falar da relocalização do quiosque, que foi uma "odisseia", de qualquer forma houve outros problemas associados para que aquela obra tivesse demorado tanto tempo. De acordo com a informação que tem a obra terminará no final deste mês, estando-se a tentar que a iluminação rapidamente esteja em funcionamento.----------

Quanto à questão colocada pelo Sr. Vereador Nuno Libório, crê que já numa outra altura se referiu a este assunto. Entre o jardim-parque de Alverca e a zona da rotunda da Pifertubos, como é conhecida, estão assinalados alguns problemas graves, identificados pela própria Estradas de Portugal, e um era justamente aquele, melhorar todos os movimentos rodoviários que se fazem ali diariamente, com muitos veículos. ----------

Aproveitou-se então a construção daquela superfície comercial do ALDI para que a rotunda pudesse ser construída, e é uma rotunda que teve, naturalmente, a aprovação, e está a ter o seguimento técnico da Estradas de Portugal, porque o troço é da sua responsabilidade de jurisdição, tendo toda a garantia a esse nível. ---

Depois, permitirá melhorar aquela azinhaga que existe, que se pretende alargar o mais possível, e desta forma encontrar uma outra alternativa rodoviária. ----------

Diz-lhe o Sr. Vereador que a população não tem grande informação, e vai tentar que seja melhor disponibilizada, mas, por um lado, das informações que deu na câmara municipal, e por outro, da informação que também já teve ocasião de referir à junta de freguesia, julgou que era suficiente. Como o Sr. Vereador refere que há pouco conhecimento do que se pretende ali fazer, vai ver de que forma se pode informar, principalmente as pessoas que ali residem.----------

Crê que a relocalização daquele engenho que lá existia vai ser para a zona da rotunda da Silveira, para uma daquelas zonas arborizadas, que será melhorada para o efeito, e algumas das espécies arbóreas vão ter que ser iluminadas, mas julga que a melhoria de funcionamento daquele troço justifica plenamente. ----------

Há uma outra situação que tem a ver com o cruzamento junto à Casa de São Pedro, e também a questão relativa à estrada da estação, que exigiriam, tanto uma, como noutra, que se construíssem rotundas para melhorar a segurança e fluidez rodoviária na zona, na medida em que os semáforos, por vezes, criam alguma dificuldade de circulação.----------

É aquilo que pode referir, pensa que se fez aquilo que se devia fazer, e só se licenciou e autorizou a obra do ALDI com a perspetiva deste melhorar das condições de circulação na zona.----------

Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que é preciso não esquecer que a construção de um estabelecimento comercial dessa natureza gerará fluxos pedonais muito significativos, e a zona em apreço é de muito elevada sinistralidade para peões, demasiado perigosa para ser utilizada para peões, pelo que pergunta se a questão também foi tida em linha de conta, porque será de admitir que nem todos têm de ter automóvel próprio para utilizarem superfícies comerciais.----------

Se se pensar sempre com base nesse tipo de premissa estar-se-á a ver muito mal a construção das cidades, recordando que sobre essa matéria os membros da CDU têm vindo a chamar à atenção da câmara municipal para, de duas, uma, ou junto da Estradas de Portugal, ou de quem a represente, dizer de uma vez por todas o que faz e quando faz, no que diz respeito à melhoria das condições de tráfego da EN10, ou terá que avaliar se não tem mesmo que intervir, e por muito que isso custe ter de haver uma substituição direta para a administração central, em

situações que são verdadeiros conflitos, que promovem a sinistralidade, quer rodoviária, quer pedonal. ----------

Está-se a falar de uma área que enferma desse tipo de problema, e chama também à atenção para a questão das rotundas, sabendo todos do que se está a falar. Significam investimento financeiro muito significativo, mas também recordam que é preciso tomar decisões sobre estas matérias, porque a câmara municipal há 10 anos que fala sobre a necessidade de rotundas, e já tanta coisa foi construída neste concelho com intervenção direta do município, ou em parceria com outros, nomeadamente com a administração central, que não conseguem perceber, e isso não tem nada a ver com uma apreciação por "toma lá, dá cá esta palha", por que é que algumas destas questões ainda não foram resolvidas. ----------

No entendimento que os membros da CDU têm, e o Sr. Presidente deve desculpar a franqueza, é mesmo por uma questão de não opção, pois o que está em causa é a segurança das pessoas. Para além dos incómodos que geram na fluidez do tráfego na EN10, que é uma "procissão" pegada a qualquer hora do dia, de uma ponta à outra do concelho, é a elevada sinistralidade que acontece de uma ponta à outra, com prejuízo para as vidas humanas, e é disto mesmo que se está a falar.----

Respondeu o Sr. Presidente que efetivamente se tenta sempre querer mais, e todos querem mais. Esta matéria das questões de segurança pedonal não se vai conseguir resolver em toda a sua plenitude naquela zona, mas o próprio projeto prevê melhores zonas de passeio na zona. ----------

As questões que o Sr. Vereador refere são de fundo, tem de haver condições de caráter financeiro para resolver, e pede neste sentido ao Sr. Vice-Presidente que também possa explanar um pouco sobre a matéria, no que respeita ao próximo quadro de apoio de fundos comunitários, porque segundo parece, mas não há certezas, na medida em que o processo está bastante atrasado, é uma área a que se poderá vir a recorrer, para resolver grande parte de uma zona como é aquela da EN10, em Alverca.----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que se cingirá a esta questão da mobilidade, dizendo que o Partido Socialista tem defendido já há muitos anos que a abordagem relativa à estrada nacional, sobretudo nas zonas urbanas, deve ser uma abordagem que a transforme numa verdadeira avenida, com espaço para os

peões, com arborização linear e outras intervenções desse género, uma vez que de facto, ao atravessar núcleos importantes do concelho, é necessária uma abordagem global sobre estas intervenções, e é essa a posição de princípio do PS relativamente a esse processo. ----------

O Sr. Vereador levanta uma questão que se insere perfeitamente nesta estratégia do PS, e como o Sr. Presidente disse, neste momento ainda há uma grande indecisão e indefinição por parte das autoridades nacionais quanto ao que será o futuro figurino do quadro de apoio financeiro europeu.----------

De qualquer das maneiras uma das áreas que parece estar a ser defendida, quer por Bruxelas, quer por Portugal, diz exatamente respeito a esta questão da mobilidade, nomeadamente pedonal, uma vez que se insere também numa perspetiva de combate às alterações climáticas, que constitui um dos grandes eixos de intervenção para o futuro quadro comunitário de apoio, sendo das poucas informações que o Governo tem vindo a dar sobre a matéria. ----------

A situação que foi colocada insere-se pois exatamente nessa perspetiva, seria interessante que a administração central se disponibilizasse, com a administração local, e no caso de Vila Franca de Xira é conhecida e histórica a disponibilidade da câmara municipal para estabelecer contratos-programa com os diversos governos que foram governando o país, no sentido de poder fazer uma intervenção de fundo nessa e noutras zonas. Contudo, é um investimento de vulto, e era interessante que a Estradas de Portugal pudesse pegar nele, estando a autarquia disponível para ser parte ativa no processo, uma vez que a estrada nacional atravessa o coração de parte importante do tecido urbano do concelho. ----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – RUA DOS LOUREIROS NºS 19, 21 E 23, TORNEJANDO PARA A CALÇADA DO QUEBRA COSTAS Nº 2 – VILA FRANCA DE XIRA----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 11/14, de 14/01, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na rua dos Loureiros nºs 19, 21 e 23, tornejando para a calçada do Quebra Costas nº 2, freguesia de Vila Franca de Xira, solicitada por Vítor Joaquim de Oliveira. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 11/14, de 14/01, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria técnica, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que o Sr. Presidente não deve pensar que a própria tem uma embirração por autos de vistoria, até porque efetivamente o ponto 11 da ordem do dia, que se reporta à vistoria para a liberação parcial de caução da EB 2,3 D. António de Ataíde, está perfeito. ----------
Contudo, e neste ponto em concreto, é suposto para quem o está a ler visualizar a situação, mas quando se começa a analisar lê-se que no alçado a parede encontra-se um pouco deformada, com algum do revestimento em reboco desagregado, bem como apresenta algumas fissuras, só que quando os membros da Coligação Novo Rumo chegaram ao local viram uma casa perfeitamente em ruínas. ----------
Têm as fotografias, que o Sr. Presidente conhece, com árvores a crescer, e quando no auto de vistoria se diz que tem alguma vegetação, viram árvores por dentro a crescer, e mais uma vez esta vistoria não reflete a realidade do que lá se passa. ----
Por outro lado, leram que foi iniciativa dos serviços a realização da vistoria, mas questionam se foi uma iniciativa própria, pelo facto da fiscalização andar na rua,

com o que se congratulam, ou se foi devido a queixas apresentadas por vizinhos ou residentes na zona. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que se trata de um processo longo, em que os herdeiros do proprietário foram notificados no sentido de demolirem o edifício, tendo em vista as patologias graves que tinha e tem. ----------

O edifício foi parcialmente demolido para obviar algum problema decorrente de um elemento que pudesse cair para a via pública, e desta forma as dificuldades de segurança, tanto mais que os vãos foram entaipados, aparentemente ficaram resolvidas. No entanto aquele piso térreo, como ao longo dos anos não foi limpo, apresenta neste momento um estado de insalubridade bastante acentuado. ----------

Desta forma, recebeu-se efetivamente uma queixa, e na sequência dessa queixa fez-se a vistoria, o que quer dizer que este auto de vistoria permitirá dar sequência, no sentido de se tomar a posse administrativa do espaço, e fazer-se coercivamente a sua demolição e limpeza. ----------

Terminou, solicitando à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus condições para aprovar este auto, sendo que, quanto àquilo que efetivamente já foi dito mais do que uma vez, e dirigindo-se ao diretor do departamento, Arqtº Nuno Santos, espera que o mesmo não lhe envie processos destes, pois faltam fotografias e uma redação mais cuidada. ----------

Por acaso conhece o processo, e pode despender algumas ideias sobre o mesmo, mas naturalmente que os Srs. Vereadores não têm o mesmo grau de informação, e por isso o auto tem de estar perfeitamente percetível, não só com um registo fotográfico, mas sobretudo com uma redação que evidencie claramente a situação deste imóvel. ----------

De qualquer modo, espera que a Srª Vereadora, com as informações que o próprio prestou, possa estar em condições de votar favoravelmente o ponto. ----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo estão de acordo que a conclusão seja a realização das obras descritas no auto, mas o problema que têm é que os proprietários ou o proprietário vão ser notificados deste auto de vistoria, que diz, por exemplo, que a parede encontra-se um pouco deformada. No entanto, quando olharam, não foi isso de todo que viram. ----------

Não têm qualquer problema em aprovar, mas não sabem se haveria possibilidade de se refazer a redação, porque lhe parece, não sendo engenheira nem arquiteta, que uma coisa não teria a ver com a outra. Sabem que é, mas para quem lê a redação, e pretendendo a câmara municipal tomar posse administrativa, parece muito pouco face ao que lá está, e é só essa a questão. ----------

O Sr. Presidente interveio, referindo que o que se pode fazer, a seu ver, é recuperar, na notificação que se vai fazer ao proprietário, da ata que vai ser elaborada, aquilo que se acabou de dizer. Não deve seguir a notificação, não só para recuperar os termos técnicos que estão na vistoria, mas sobretudo recuperar aquilo que disseram, tanto a Srª Vereadora, como o próprio, e que isso seja referido na notificação. ----------

Julga que assim se conseguirá ultrapassar, porque não é uma ligeira deformação, é uma grande deformação, e depende do ângulo de visão que se observou o edifício.

A Srª Vereadora tem razão, e aquilo que tem de ser referido na notificação é que o edifício está em risco de colapso, sendo isso que justificará efetivamente avançar-se com o processo de posse administrativa, doutro modo não se justificaria. Há questões de insalubridade, e de derrocada aparentemente iminente, e isso tem de ser referido na notificação. ----------

Desta forma, se a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus estiver de acordo, notificar-se-á o titular da propriedade nestes termos.----------

O Arqtº Nuno Santos tomou boa nota, e deverá recuperar esta parte da ata, para que a notificação refira aquilo que foi dito. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, considerando as recomendações quanto ao teor da notificação. ----------

---

---

1. Assunto: LOTEAMENTO DO PARDIEIRO II – SOBRALINHO – RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 9/14, de 27/01, do DGUPRU, para aprovação da receção definitiva das obras de urbanização do loteamento do Pardieiro II, no Sobralinho, bem como da libertação da caução, com extinção da garantia bancária nº 125-02-0456463, de 2003/10/17, emitida pelo BCP - Banco Comercial Português, SA, no valor de 28 030,00€, solicitada pelo promotor TNS 3, Construções, SA. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 9/14, de 27/01, do DGUPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que o seu camarada, Sr. Vereador Nuno Libório, tem algumas questões sobre o Pardieiro, e a própria gostava de aproveitar este ponto para pedir, mais uma vez, que o Sr. Presidente informe, à CDU e aos moradores da urbanização Encosta do Moinho, o que é feito das garantias bancárias, e quando é que a câmara municipal pretende acionar as mesmas, no sentido de verem esta urbanização acabada. ----------

   Está a falar de zonas verdes, de prédios que estão por terminar e que são alvo de vandalismo com muita frequência, sendo que já em reuniões anteriores se colocou uma hipótese de emparedar os referidos prédios, algo de que a câmara municipal depois desistiu, tendo em conta o valor que esse trabalho traria, mas o certo é que muitas das pessoas continuam a viver numa situação que não é digna, quando se está a falar de uma urbanização com alguma qualidade, pela qual as pessoas pagaram valores, de alguma forma, avultados. ----------

Durante a campanha eleitoral todos os partidos políticos estiveram no local, todos ouviram as reclamações das pessoas que vivem na Encosta do Moinho, todos se comprometeram em resolver rapidamente o problema, mas o certo é que a junta de freguesia, mesmo sem protocolo de descentralização, faz a varrição da zona, tenta de alguma forma colmatar e dar alguma qualidade de vida aos habitantes, mas há situações que são graves, e que urge resolver rapidamente.----------

Quais são as garantias bancárias? Onde é que elas estão? Quando é que a câmara municipal vai acioná-las, para que o problema seja resolvido?----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU gostariam de aproveitar a ocasião para colocar uma questão. Por intermédio do Sr. Presidente, na altura vereador do pelouro do urbanismo, foram informados de que os terrenos que estavam indicados no Plano Diretor Municipal para a construção do futuro nó de acesso à autoestrada estavam parcialmente condicionados ou construídos, pelo que perguntam ao Sr. Presidente, muito diretamente, como é que se resolve este problema. ----------

Esta urbanização, pelo seu perfil rodoviário, terá naturalmente que encaminhar-se, em termos do prolongamento da sua via de acesso, para esse nó, e gostariam de saber se ela está projetada e tem características para esse efeito, e por outro, em relação às AUGI imediatamente seguintes, nomeadamente a dos Baltares e outras, se a câmara municipal diligenciou o que tinha de diligenciar no sentido de libertar os terrenos para a construção do nó de acesso à A1, e recorda que estão perfeitamente identificados, à escala, como é óbvio, no âmbito do PDM. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que a questão de fundo é fazer o nó e encontrar meios financeiros para o efeito. Mais que isso, é ter autorização da Estradas de Portugal ou da Brisa, neste caso da Brisa e do InIR. Já lhe disseram, há mais de 2 anos, que tinha acabado, mas o facto é que ainda lá está, apesar de não saber bem a fazer o quê, muitas vezes só a atrapalhar, mas essa é outra questão. Já lá teve muitas reuniões, algumas das quais às vezes não são fáceis, e nem se percebe bem porquê.----------

Prosseguiu, dizendo que a Brisa, em primeiro lugar, tem que dar autorização para que o nó se construa. Há questões que são colocadas, do nó ter de estar pelo menos a 2,5 km de outro, e por isso há uma situação, que tem a ver com o nó de

Alverca e o do Sobralinho. No entanto, há muitos anos que todos defendem, e continuam a defender, que hoje aquele troço entre Vila Franca de Xira e Lisboa já não é propriamente uma autoestrada, é uma via rápida, e se assim fosse era desclassificado enquanto troço da autoestrada, e as coisas seriam certamente um pouco mais fáceis.----------

De qualquer modo, como os Srs. Vereadores se recordam, no âmbito da revisão do PDM foi possível, apesar de tudo, consagrar um ponto no Sobralinho como uma zona de entrada e saída da autoestrada, o chamado nó do Sobralinho, mas o mesmo não aconteceu, porque não houve possibilidade de convencer a Brisa nesse sentido, e o InIR, com o nó dos Caniços.----------

Assim sendo há algumas dificuldades, mas há condições de encontrar soluções para o nó se resolver. Há ali duas ou três AUGI, elas interligam-se, sendo que, relativamente ao Pardieiro, não entra naquilo que é a geometria do novo nó, e quando muito as dificuldades prendem-se, isso sim, com a proximidade às AUGI e aos lotes que estão ali previstos.----------

Aquilo que pode dizer é que, apesar do espaço ser relativamente exíguo, tendo em conta a avaliação técnica que já foi feita é possível implantar o nó. Por isso, esta questão do loteamento do Pardieiro não interfere, na medida em que nunca entrou na geometria do nó. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que os membros da CDU gostariam de ter uma resposta ainda hoje. ----------

Retomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que a resposta que pode dar à Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, em primeiro, lugar, é que a zona que está habitada está completa, e tem boa qualidade. Esteve lá há pouco tempo, com o Sr. Presidente da junta, que solicitou, e a câmara municipal vai fazer, que uma zona de cedência fosse transformada numa bolsa de estacionamento. Muitas das vezes há ali um grande afluxo de veículos, por causa da atividade que existe no pavilhão do Olival de Fora, e aquele espaço é ótimo para obviar a dificuldades de estacionamento. Contudo, este é um aparte da discussão de fundo que a Srª Vereadora colocou.----------

Como se sabe, a empresa entrou em insolvência, neste momento tem-se vindo a conversar com o administrador da insolvência, do fundo imobiliário que está

também a tratar deste assunto, no sentido de encontrar uma solução relativamente à questão das garantias bancárias, que ainda não está vista e consagrada entre os advogados das partes, quer da câmara municipal e, não só do fundo, mas com o administrador de insolvência. ----------

Assim, quando houver alguma evolução da questão irá transmitir à Srª Vereadora, no sentido de tentar resolver aqueles problemas que a mesma colocou, sendo que não lhe parece que tão depressa a questão se possa resolver. ----------

Está-se perante uma situação grave, que acontece um pouco por todo o país, e nomeadamente também no concelho, de urbanizações que começaram e ficaram a meio. Não há muitos casos, mas há alguns que são de facto preocupantes, que agora têm de ser resolvidos através de recurso a ações em tribunal, pois de outra forma não está a ver, ou pelo menos é aquilo que o advogado da autarquia diz.------

Os prédios, na sua opinião, não terminam tão depressa, a não ser que a economia comece a florescer de uma forma que não se está a prever, e possam ser terminados, sendo que com os prédios terminados naturalmente que toda a urbanização ficava terminada. Reconhece o incómodo que tudo representa para os moradores que ali estão, mas confessa que neste momento não tem muito mais para poder dizer.----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo que as garantias bancárias devem estar do lado da câmara municipal, a não ser que o processo tenha sido mal conduzido pela mesma, e que tenha acontecido na Encosta do Moinho o mesmo que aconteceu nos Enxofrais da Granja, que foi o facto de se terem dado como garantias terrenos, que o dono vendeu, porque a câmara municipal se esqueceu de escriturar. ----------

Portanto, o Sr. Presidente dizer aos membros da CDU que não tem resposta para lhes dar, é muito grave, pois pode estar aqui um problema de um trabalho mal conduzido relativamente às garantias bancárias, em todo o concelho. Uma coisa, e concorda com o Sr. Presidente, é o facto de ser muito difícil neste momento terminar os prédios e pô-los à venda, para se resolver o problema dos prédios que estão por acabar. Outro assunto totalmente distinto é o dos prédios que estão terminados estarem habitados, existindo situações que o Sr. Presidente diz que estão resolvidas, mas não estão, cabendo à câmara municipal acionar as garantias

bancárias e resolver o problema.----------
Sobre as zonas verdes, que é um problema de menor, se a câmara municipal as terminar vai ter que ser ela a pagá-las, quando não devia ser. Quando se passa um alvará há pressupostos de entendimento, que obrigam as partes, neste caso o urbanizador, a fazer o que é da sua competência. Desta forma, deve-se ser sério, e é evidente que todos o querem ser, até porque várias vezes as pessoas vieram à câmara municipal, inclusivamente numa das reuniões foram encaminhadas para o diretor do departamento, Arqtº Nuno Santos, que ficou também de dar informação relativamente às garantias bancárias, e aquilo que lhes é dito é que até hoje não sabem absolutamente nada do que se passa com as garantias. ----------
O Sr. Presidente irá portanto fazer um favor aos membros da CDU, que é perceber onde é que estão as garantias bancárias, porque não tem nada a ver com massa de insolvência, não tem nada a ver com o facto de a empresa ter falido ou não. Antes de se começar uma obra as garantias têm de estar no banco, e se a obra não é terminada, a câmara municipal aciona a garantia bancária, pensando a própria que seja assim que funciona. ----------
Terminou, solicitando ao Sr. Presidente para ver se não se está perante mais um caso idêntico aos Enxofrais.----------
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que será dada essa informação, vai fazer chegar a informação que tem por escrito, para que a Srª Vereadora a possa depois transmitir a quem bem entender.----------
Retomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que não são os vereadores da CDU que têm de informar, são os Srs. Vereadores do executivo que têm de informar, porque foram os mesmos que aprovaram aquela urbanização e libertaram as garantias bancárias antes do tempo, até porque crê que estiveram no local, e o Sr. Presidente também, aquando da campanha eleitoral.----------
Assim, quando é na campanha eleitoral vão todos lá e resolvem, mas quando ganham, esquecem, e vão ver o que é que se pode fazer. ----------
Respondeu o Sr. Presidente que estas são observações da Srª Vereadora, o próprio não se mete na campanha eleitoral da mesma, e a Srª Vereadora não tem que se meter na sua, pelo que aquilo que disse ou deixou de dizer é irrelevante agora para a questão, é absolutamente irrelevante, sendo que não costuma fazer

promessas desmesuradas, que não pode cumprir. Não é por ser uma campanha eleitoral que vai dizer coisas que não deve dizer, isso não faz, nunca fez, nem nunca fará, de qualquer modo os Srs. Vereadores da CDU fizeram a campanha que bem entenderam, os membros do PS fizeram a sua, e o resultado foi o que foi.-------
Quanto à questão em apreço, vai circunstanciar uma informação para que, de uma vez por todas, esta matéria, quando vier a reunião de câmara, já esteja numa base de maior solidez em termos de informação.----------
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, aproveitando a intervenção da sua camarada, Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, para dizer que espera bem que não esteja nesta situação um caso idêntico àquele que o Sr. Presidente patrocinou em relação à Malva Rosa, pois é o interesse das populações que fica sempre prejudicado no que toca aos problemas dos promotores imobiliários, no concelho de Vila Franca de Xira, sendo esta uma crítica muito objetiva.----------
Prosseguiu, referindo que se o Sr. Presidente lhe der oportunidade gostava de falar outra vez do loteamento do Pardieiro.----------
Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que não é possível, à volta de um ponto da ordem do dia, o Sr. Vereador vir buscar mais 10 pontos. Não é possível, não é admissível, não é aceitável.----------
Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que isso é porque o Sr. Presidente tenta limitar o espaço de intervenção dos vereadores da oposição, mas deve desenganar-se, porque não vai conseguir obter esse efeito.----------
O Sr. Presidente interveio, mencionando que os Srs. Vereadores é que são muito criativos.----------
O Sr. Vereador Nuno Libório respondeu que são isso e são outra coisa mais, são uma força política responsável, capaz de assumir responsabilidades, e muito gostariam que o Sr. Presidente e o seu partido reconhecessem que da parte dos membros da CDU assiste sempre boa-fé e, acima de tudo, capacidade para mostrar que tudo poderia ser diferente, sendo que é um problema do Sr. Presidente não querer reconhecer o que se passa à sua volta.----------
Interveio de novo o Sr. Presidente, dizendo que em termos de urbanismo os Srs. Vereadores também têm uma herança interessante.----------
Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que o Sr. Presidente conviveu tão bem com

ela durante tantos anos, que não sabe por que é que agora está a achar estranha essa situação. Contudo, está tudo bem, não é uma questão de diferença de idades, o próprio ainda tem muita coisa para ver à frente da vida, como o Sr. Presidente também, e espera que o mesmo não se arrependa daquilo que acabou de dizer.-----

Continuou, pedindo autorização para falar sobre o loteamento do Pardieiro, dizendo que a antecessora do Sr. Presidente deu-lhe uma ordem de serviço, e o próprio é prova disso, pois transitou do anterior mandato. ----------

Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que é justamente sobre este ponto que gostava que o Sr. Vereador se pronunciasse. ----------

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, pedindo então para o Sr. Presidente deixar os membros da CDU falarem, pois interrompe muito. A anterior presidente já não está na câmara municipal para se poder defender, mas as diferenças entre o Sr. Presidente e a Srª Presidente, na altura, são muitas, no que a essa parte diz respeito. Já percebeu a estratégia do Sr. Presidente há bastante tempo, mas o mesmo deu-se mal. ----------

O Sr. Presidente interveio, dizendo que há uma diferença de género, e as comparações só o Sr. Vereador é que as tem. O Sr. Vereador que fale do ponto, mas depois vai acrescentar mais um ponto, e isso não lhe vai permitir.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, recordando ao Sr. Presidente que a antecessora do Sr. Presidente, numa data anterior, deu-lhe uma ordem de serviço, pelo menos o próprio entendeu-a como tal, recomendando ao Sr. Vereador do urbanismo de então, que é o Sr. Presidente, para verificar se estavam emitidas licenças de construção dentro das áreas de reserva de solos para a construção do nó de acesso à autoestrada. ----------

Neste sentido, pergunta se esse trabalho foi feito, e se não estiver em condições de poder dar hoje e agora essa informação, pede que faça o favor de lhes entregar essa mesma informação.----------

Depois, e deixa só uma preocupação, não é uma recomendação, porque a urbanização já está feita, ao contrário do que o Sr. Presidente disse a urbanização do Pardieiro tem uma configuração rodoviária que é concomitante com a futura construção do nó de acesso à autoestrada. Portanto, arriscaria a dizer que é dependente, mas não vale a pena estar agora a falar, porque já está construído. ----

Pede, por fim, que o Sr. Presidente tome em linha de conta a grande preocupação dos membros da CDU, se os terrenos estão ou não já comprometidos do ponto de vista urbanístico.----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA – DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 101/14, de 22/01, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do documento correspondente ao desenvolvimento do plano de segurança e saúde da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, adjudicada à Oliveiras – Engenharia e Construção, SA, com cedência da posição contratual à Cordivias – Engenharia, Lda.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 101/14, de 22/01, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------
---

---

1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA – ALTERAÇÃO DA DATA DA CONCLUSÃO DA OBRA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 102/14, de 23/01, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, até ao dia 10/04/2014, de acordo com o plano de trabalhos e cronograma financeiro ajustados em conformidade com o referido prazo, apresentados pelo empreiteiro, Cordivias – Engenharia, Ldª, sem aplicação da sanção prevista no contrato, ficando o mesmo vinculado aos novos documentos. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 102/14, de 23/01, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   Interveio o Sr. Presidente, dizendo não saber se durante o período antes da ordem do dia já se falou sobre esta matéria, de qualquer modo dá a palavra aos membros da CDU e da Coligação Novo Rumo, que solicitaram intervenção. ----------
   O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, aproveitando, e tentando ser um pouco criativo, para colocar basicamente três questões, que vão entroncar também com os pontos 9 e 12 da ordem do dia, por uma questão de economia de tempo, e sem prejuízo da discussão destes 2 últimos pontos por quem a quiser fazer. ----------
   Relativamente ao ponto 8 em si, tendo em conta que o seguro de responsabilidade civil e a caução a favor da REFER foram aprovados na reunião de câmara de 27 de novembro do ano passado, parte do princípio que esse seguro já foi feito, partindo também do princípio que foi feito durante um determinado período de tempo que

cobre o período de execução da obra, dos pilares, dos maciços e outros.----------
A questão, que também é uma dúvida, e que gostaria de colocar, é se esses seguros foram feitos e pagos, abrangendo um período que entretanto já decorreu sem que a obra estivesse a ser executada, e se assim foi, e a obra não se fez, gostava de saber se no final do período do seguro que foi contratado vai ter que se estender novamente o seguro, e se isso vai obrigar a um novo seguro e a um novo pagamento, ou se está contemplado que o seguro seja autoextensível, sem acréscimos financeiros até ao fim da execução da obra.----------
Gostava ainda de colocar outra questão, que entronca com o ponto 12, sendo que entre os pontos 8 e 12 há uma semelhança nessa questão que vai colocar. ----------
As alterações de datas que surgem frequentemente em reunião de câmara para conclusão das obras normalmente nunca são da responsabilidade dos empreiteiros, há sempre uma justificação e o empreiteiro nunca é responsável., Sejam as justificações por causa do tempo, dos atrasos nas licenças, condições atmosféricas, falta de meios, ou deslocalização de meios dos empreiteiros de umas obras para as outras, os empreiteiros normalmente têm sempre justificações para procederem ao atraso das obras, e normalmente as mesmas, ao abrigo daquilo que é a Lei nº 18/2013, o Código dos Contratos Públicos, nunca dão penalizações aos empreiteiros, são sempre, passa a expressão, a "custo zero".----------
O problema está naquilo que entronca com o ponto 12 da ordem do dia, é que este "custo zero" para o empreiteiro no atraso das obras não significa "custo zero" para a câmara municipal, porque aquilo que se vai ver em relação ao ponto 12 é que a autarquia é obrigada a fazer um prolongamento da fiscalização da própria obra, que vai ter de pagar. ----------
É uma nova adjudicação, porque há um atraso na conclusão da obra, a câmara municipal vai ter que fazer uma nova adjudicação de serviços para fiscalização dessa mesma obra, e é ela que vai pagar essa fiscalização. Portanto, o empreiteiro não é responsabilizado pelo atraso das obras, não paga esse atraso, mas a câmara municipal tem obrigatoriamente que pagar a fiscalização devido àquele atraso.------
Assim, há qualquer coisa que julga que se deveria ter em atenção e, se calhar, fruto daquilo que os membros da CDU já várias vezes afirmaram em reunião de câmara, partir de uma vez por todas para deixar de se terceirizarem estes serviços

de fiscalização e colocá-los no seio da câmara municipal, isto é, nos técnicos da autarquia. ----------

Gostava de colocar outra questão, que entronca com o ponto 9, com o financiamento destas obras e esta questão da ultrapassagem, sim ou não, dos prazos de conclusão em função dos contratos de financiamento do QREN, no caso concreto.----------

Na última reunião de câmara esta questão foi levantada pelo Sr. Vereador João de Carvalho, relativamente à obra do espaço cultural na Póvoa de Santa Iria, e foi transmitido pelo Sr. Presidente que não havia problema, uma vez que "o correspondente ao financiamento da obra já estava cumprido". Isto foi dito, e até prova em contrário, é lógico que os membros da CDU têm que ir acreditando naquilo que lhes vai sendo dito, mas o próprio julga que ficavam todos muito mais confortáveis se os membros da CDU fossem recetores de uma espécie de cronograma financeiro, que acompanhe a parte financeira com a parte construtiva, para que todos percebam de uma vez por todas onde é que termina e acaba a responsabilidade financeira de cada uma das entidades, câmara municipal, QREN, Estado central, ou outras, no sentido de perceberem quais são os "timings" certos. Se uma parte, que diz respeito ao QREN e ao financiamento, acabou, a partir daí já não há problemas de financiamento, a partir daí é a câmara municipal que começa a pagar. É-lhes dito, tudo bem, acreditam que sejam assim, mas gostavam e ficavam mais confortáveis se recebessem esse cronograma. ----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo também gostariam de analisar o ponto 8 juntamente com o ponto 12, porque uma coisa tem a ver com a outra, e as suas questões residem precisamente nos 75 dias a mais que se estarão agora a aprovar. ----------

Parece-lhes, segundo a leitura do ponto, que 50 dias terão a ver com a negociação da câmara municipal com a REFER, pretendiam saber se assim é, e que os 25 dias a mais, que perfazem no conjunto os 75 dias, terão a ver com as condições meteorológicas adversas, nomeadamente a chuva que se fez sentir. ----------

Queriam perguntar, para já, se assim é, se leram bem e se interpretaram bem este ponto. Por outro lado, se estes 25 dias têm a ver com as condições meteorológicas, uma pergunta desde logo os assalta, quando o empreiteiro diz qual é o prazo para

terminar a obra não tem em conta estas condições meteorológicas? A obra deveria terminar em novembro de 2013, segundo a nota que tem, sendo as condições meteorológicas fáceis de ver, até na Internet, portanto é fácil verificar se vai haver chuva ou não e propor um prazo correspondente a isso, até porque esta situação acarreta custos para a câmara municipal, nomeadamente os 13 622,40€. Os membros da Coligação Novo Rumo têm alguma dúvida, se os 25 dias têm a ver com condições meteorológicas, por que é que se está a imputar este custo à câmara municipal e não ao empreiteiro, porque efetivamente não lhes parece que não possa ter previsto a situação quando indicou o prazo para termo da obra. --------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo crer que a questão de aprovação do seguro está contemplada no prazo que agora vai ser mais dilatado, de qualquer modo pede ao Sr. Vereador António Oliveira e à Engª Rosário Ferrão que depois se possam pronunciar.----------

Relativamente às penalizações e ao ponto 12, há duas questões que foram colocadas, uma não tem a ver propriamente com este trabalho, que é uma atitude diferente relativamente à fiscalização. Na sua opinião, tirando algumas obras de grande vulto que exijam para conforto técnico da câmara municipal fiscalização externa, há determinado tipo de obras que poderia ser fiscalizado internamente, para isso teriam que se encontrar soluções de abertura de concursos para admissão de mais engenheiros técnicos, porque os que existem são insuficientes. No entanto, em relação ao princípio, está de acordo com aquilo que o Sr. Vereador referiu, crê que desta forma se poderia ser mais ágil e financeiramente também se poderia ter algum proveito. ----------

Quanto ao acréscimo de tempo da fiscalização, vai haver na conta final um acerto de contas onde a empresa vai ter que suportar estes custos, porque efetivamente é assim que tem de ser, na medida em que não foi o dono de obra que provocou este atraso. ----------

Sabe-se que este atraso, no que diz respeito ao ponto 12, decorre das dificuldades que a empresa tem revelado ao longo de todo este tempo para concluir a obra, a câmara municipal está perante situações, não só desta, como de outras obras, em que se avançar com as penalizações que o Sr. Vereador referiu ficará a meio e não será concluída, com todas as dificuldades daí inerentes, de passagem da posição

para outra empresa, cujo valor contratual certamente será muito superior, e com o prejuízo daí decorrente. Neste caso inclusivamente tinha a ver com fundos comunitários que se perdiam, de modo que o município tem vindo, relativamente ao centro cultural, a tentar por todos os meios que a obra termine. ----------

Em termos gerais, o que pode dizer relativamente às penalizações é que seria mais uma situação de dificuldade para se acabar a obra. ----------

Quanto à prorrogação da fiscalização, tem de haver um acerto de contas.----------

Sobre a questão do cronograma financeiro das intervenções, irá fazê-lo chegar, para que o Sr. Vereador também tenha a noção de como é que obras estão, do que já foi pago e do que ainda falta ser pago através dos respetivos programas comunitários.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, mencionando que o Sr. Presidente praticamente disse tudo, e sublinha que efetivamente, em relação à passagem superior, na reunião de câmara do dia 27 de novembro de 2013 foi aprovada a minuta da celebração do protocolo com a REFER, e só após essa aprovação é que foi feita a subscrição do seguro de responsabilidade civil e respetiva caução. Foi transmitido à REFER, com toda esta tramitação documental, e posteriormente teve que se aguardar autorização da mesma, o que veio a ser comunicado no dia 18 de dezembro à empresa, e daí toda esta deslocação, que muito bem a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus e o Sr. Paulo Rodrigues fizeram referência. Quanto ao resto, o Sr. Presidente já focou. ----------

O Sr. Vereador João de Carvalho interveio, referindo que o adiantamento da intervenção do Sr. Vereador Paulo Rodrigues, em relação ao ponto 9, roubou-lhe um pouco a palavra, porque eram exatamente algumas das preocupações dos membros da Coligação Novo Rumo.----------

Basicamente as suas preocupações estão na base daquilo que disse o Sr. Vereador da CDU, e têm a ver um pouco com a fiscalização e aquilo que pode ser onerar em termos finais, e também com os prazos e o que o Sr. Vereador pediu. Não sabe se é um cronograma que os membros da Coligação Novo Rumo precisam para terem a certeza e ficarem descansados, porque todos percebem o problema da empresa, e o próprio pensa que esse não será o problema. Todos acompanharam esta obra e querem-na ver o mais rapidamente pronta, mas, por uma questão de segurança,

gostariam também de ter conhecimento do protocolo que foi celebrado, com os "timings" certos. ----------

Percebe que o Sr. Vereador António Oliveira já tenha feito alguma explicação, mas ainda não conseguiu perceber muito bem se a obra não tem que estar completa para o financiamento ser integrado completo, e não sabe se é parcelar dessa forma. Se os membros da Coligação Novo Rumo tiverem acesso ao protocolo poderão descansar definitivamente as suas mentes, como também pensam que o Grémio estará descansado a partir do dia 28 de fevereiro, e ainda bem que não é ano bissexto. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, acrescentando que independentemente de se poder ou não compreender a situação em concreto da própria empresa, ou as situações em concreto relativamente à candidatura, nunca se poderá ficar descansado, porque o estado da economia tem vindo a introduzir uma dificuldade de funcionamento e de "arcaboiço" financeiro nas próprias empresas que torna muito imprevisível no concreto o desenvolvimento dos seus trabalhos. Houve de facto uma alteração muito profunda na relação económica entre os diversos agentes, porque não basta quem encomenda a obra ter o dinheiro para a pagar, que é o caso da câmara municipal, é preciso que a empresa tenha condições para desenvolver o trabalho no âmbito da economia local e da sua capacidade financeira. Essa relação foi profundamente alterada pela crise que hoje se vive, pelo que diria que o município nunca pode estar descansado em nenhuma operação que faça e em todas as adjudicações que faz, e isso tem a ver com a conjuntura atual, que é de facto muito complicada. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------

---

---

1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA – ALTERAÇÃO DA DATA DE CONCLUSÃO DA OBRA----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 115/14, de 27/01, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da alteração da data da conclusão dos trabalhos da empreitada de adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural, na Póvoa de Santa Iria, até ao dia 28/02/2014, de acordo com o plano de trabalhos apresentado pelo empreiteiro, consórcio Constrope – Congevia, Engenharia e Construção, SA / Gigabeira – Instalações Especiais, Lda, sem aplicação de multas ao mesmo e sem encargos para o dono de obra, bem como do plano de trabalhos e cronograma financeiro, também apresentados pelo consórcio, ficando este vinculado aos novos documentos, não decorrendo qualquer prorrogação do prazo do contrato, reservando a câmara municipal o direito de exigir o pagamento de eventuais danos decorrentes do não cumprimento do prazo e do plano de trabalhos, fazendo valer os seus direitos de indemnização no caso de vir a ser prejudicada, nomeadamente pela perda de financiamento da empreitada, decorrente da candidatura ao PORLISBOA/QREN.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 115/14, de 27/01, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------
A análise deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 8 da ordem do dia.-----
---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.----------

1. Assunto: REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB 2,3 DR. VASCO MONIZ – VILA FRANCA DE XIRA – REVISÃO DE PREÇOS DEFINITIVA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1369/13, de 30/12, do DOVI/DOVI, para aprovação do processo de revisão de preços definitiva, no valor de 75 751,77€, acrescido do IVA, referente à empreitada de requalificação e ampliação da EB 2,3 Dr. Vasco Moniz, na freguesia de Vila Franca de Xira, adjudicada à Luseca, SA. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1369/13, de 30/12, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO NOVO BLOCO PARA O 1º CICLO NA EB 2,3 D. ANTÓNIO DE ATAÍDE – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 121/14, de 27/01, do DOVI/DOVI, para aprovação da liberação de 15% da caução total da obra, no valor 12 262,50€, referente à construção do novo bloco para o 1º ciclo na EB 2,3 D. António de Ataíde, na Castanheira do Ribatejo, adjudicada à Novopca – Construtores Associados, SA. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 121/14, de 27/01, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
---

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------
---

---

1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 113/14, de 27/01, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à celebração do contrato de aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança da empreitada de execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 113/14, de 27/01, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   A análise deste ponto foi efetuada em conjunto com o ponto 8 da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 086
Reunião de 2014/02/05
Procº _____
Deliberação nº_____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA MARINA TIAGO NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SR. PRESIDENTE ----------
---

2. Resumo: Presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no período compreendido entre 2014/01/13 e 2014/01/24, referentes à emissão de horário de funcionamento e à emissão de 2ª via de licença de utilização específica de restauração e/ou bebidas.----------
---
---

3. Informações/pareceres:----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: ----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

---

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL-----
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 66/14, de 27/01, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2014/01/13 e 2014/01/24.----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 66/14, de 27/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----------
---

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que este ponto já foi um pouco dissecado hoje, no período antes da ordem do dia, quando o próprio levantou a questão da integração da discussão da proposta da CDU na ordem de trabalhos, mas gostaria de dizer mais duas pequenas coisas. O Sr. Presidente informou de que foram deferidas algumas mobilidades, outras foram indeferidas, e os membros da CDU gostariam de saber quais os critérios que foram utilizados, em particular para os trabalhadores que não foram contemplados, se não for hoje, solicitam ao Sr. Presidente que lhes envie esses critérios para o seu gabinete.--------
Terminou, referindo-se de passagem às 28 situações de mobilidade que foram discutidas anteriormente e que por despacho do Sr. Presidente foram inicialmente rejeitadas, dizendo que nesta relação de despachos há uma mobilidade, e sem pôr em causa quem está nessa mobilidade, não houve qualquer problema em ser deferida. ----------
Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vereador está-se a referir aos concursos que entretanto aconteceram, em que depois de todo o procedimento as pessoas foram nomeadas.----------
Interrompeu o Sr. Vereador Aurélio Marques, esclarecendo que só falou da mobilidade, em relação às outras situações da nomeação em comissão de serviço

não está a colocar qualquer questão, está apenas a referir, ou então está enganado, a solicitude do Sr. Presidente em despachar, e compreende, porque as outras 28, e mais outras e outras, é que normalmente davam problemas para serem despachadas, e iam ao encontro da proposta dos membros da CDU.----------
Não sabe se se está a fazer entender, se calhar não está, mas a questão nem é importante, é só dizer que para uns é tudo rapidamente, para outros nada, e não está a fazer qualquer processo de intenção com esta mobilidade ou com as outras.-
O Sr. Presidente interveio, dizendo não saber o que há de responder ao Sr. Vereador, porque efetivamente o critério é encontrar boas soluções para o desenvolvimento eficaz do serviço, não tem mais nada a acrescentar relativamente a isso, não há nenhuma motivação de prejudicar ou beneficiar seja quem for, é um quadro mais amplo de análise no sentido de colocar as pessoas no sítio certo, de modo a elas poderem, de acordo com a sua formação e potencialidade, desenvolver as suas funções. ----------
Não tem muito mais a acrescentar, e o que diz ao Sr. Vereador é que vai fazer-lhe chegar os processos individuais de cada um, no sentido de dizer quais foram as observações e avaliações feitas pelo chefe direto, corroboradas pela hierarquia política, e deste modo o Sr. Vereador ficará a conhecer os critérios.----------
As pessoas que não foram contempladas naturalmente no quadro daquilo que lhes é permitido poderão requerer ou expor as suas razões, que serão analisadas, sendo isto o que pode dizer. ----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo uma questão que gostava que ficasse clara para o Sr. Presidente e para o Partido Socialista. Doravante, sempre que o Sr. Presidente, por sua iniciativa, ou algum dos vereadores do PS, tomarem a iniciativa arbitrária de não propor para agendamento uma faculdade e um direito que assiste a qualquer vereador da câmara municipal, designadamente da CDU, deve fazer o favor, em nome da boa relação institucional que todos têm, de lhes fazer chegar essa informação, para terem direito a responder no âmbito do estatuto da oposição que lhes assiste. ----------
Interveio o Sr. Presidente, respondendo que concorda.----------
Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que não vai fazer mais comentários sobre se assiste ou não legalidade à decisão que o Sr. Presidente

tomou, na opinião dos membros da CDU não lhe assiste legalidade nem moral absolutamente nenhuma, mas o que diz ao Sr. Presidente é que é de profundo mau gosto os membros da CDU saberem pela comunicação social aquilo que souberam hoje, na reunião, pelo presidente da câmara municipal. ----------

Como segundo ponto, o seu camarada fez questão de mostrar ao Sr. Presidente, porque, se houvesse dúvida, a proposta dos membros da CDU deu entrada nos serviços a tempo e horas do Partido Socialista poder dizer que não havia necessidade ou que o processo estava em marcha, portanto, deve dizer que muito lhes apraz, depois deste "folhetim" todo ter sido "desdobrado", finalmente terem acesso a essa informação.----------

Querem também deixar claro que não estão na câmara municipal a "dividir para reinar", sempre disseram que sejam privilegiados, porque é um direito que lhes assiste do ponto de vista da lei de enquadramento do Orçamento de Estado, todos os trabalhadores que preencham esses requisitos, ou seja, pressupõe-se que da parte dos membros da CDU não haveria qualquer tentativa de preconceito ou de ideias feitas sobre todo o universo de pretensões individuais, deixam isso para o critério de quem gere a câmara municipal e para a matéria de recursos humanos propriamente dita. ----------

Deste modo, esperam que este incidente que aconteceu com a CDU não se volte a repetir, e é um desejo que muito gostariam que o Sr. Presidente tomasse em linha de conta. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que não há incidente nenhum, há de facto interpretações diferentes sobre a mesma matéria e o próprio quis evitar que os Srs. Vereadores da CDU cometessem uma ilegalidade. De qualquer modo podia, isso sim, ter telefonado ao Sr. Vereador Nuno Libório, no sentido de lhe expor aquilo que pensava sobre o assunto, e numa próxima oportunidade em que uma situação destas aconteça fica o compromisso que irá telefonar-lhe para conversarem, para que não haja sobre esta matéria ou outras nenhum equívoco. ---

Para si ficou claro que o compromisso foi de que até terça-feira, que foi ontem, este assunto estivesse reanalisado, foi o que fez, se a CDU soube pela comunicação social, o próprio é absolutamente alheio a essa matéria, são questões de caráter interno de gestão de pessoal e não tem que se fazer acerca disso nada

a não ser aquilo que fez, reanalisar e decidir.----------

Reconhece e concorda que em situações futuras explicará em tempo oportuno o porquê de uma situação ou de outra, porque aquilo que se pretende é que as coisas se desenvolvam, que o trabalho do executivo municipal seja o mais eficaz possível e para isso é preciso que tanto quem gere a câmara municipal como a oposição naturalmente tenha a informação atempada sobre diversas matérias, é isso que procurará fazer, no quadro do respeito que tem e que todos têm, e que assim deve ser, pelas oposições.----------

Naturalmente que há um período já alargado de tempo desde que o executivo tomou posse, e pode dizer que muito do trabalho que foi desenvolvido, que foi muitíssimo, na medida em que esteve envolvido em muitas situações legislativas e preocupações diversas, tem sido frutuoso, muito também da responsabilidade de algumas observações que a oposição num momento ou noutro vai colocando aos membros do PS, que permitem que se corrija este ou aquele aspeto, que se melhore esta ou aquela solução. ----------

É nesta perspetiva que o trabalho se faz e não noutra, pelo que há afinações que têm de se fazer. Decorre pouco tempo desde o início do mandato, e aquilo que diz aos Srs. Vereadores da CDU é que está tão interessado como os Srs. Vereadores em que estas arestas se vão limando ao longo do tempo.----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo, quanto a esta questão que os membros da CDU levantaram, que os membros da Coligação Novo Rumo têm estado calados, até porque foi levantada pela própria no período antes da ordem do dia. Efetivamente não lhes interessa saber quem disse à comunicação social, se foi o Sr. Presidente, algum vereador, algum trabalhador, se a comunicação social teve algum vislumbre ou iluminação e adivinhou, o que lhes interessa é que o Sr. Presidente sabia que era um assunto que os preocupava, no qual estavam interessados, e tinham dito que iriam também apresentar uma proposta, e que tenham sabido por outros, que não o Sr. Presidente ou alguém do executivo da câmara municipal, isso é que os preocupa. ----------

Tal e qual como o Sr. Presidente informou no período antes da ordem do dia, já sabiam essa informação por via de terceiros que não têm nada a ver com a câmara municipal, pelo que pediam ao Sr. Presidente que numa próxima vez os

informasse, porque são apanhados de surpresa num assunto que lhes reveste de interesse. Efetivamente o Sr. Presidente disse que até ao dia 4 de fevereiro reanalisava, e segundo o que disse nas suas palavras fê-lo, portanto cumpriu com aquilo que disse, só que não informou os vereadores da Coligação Novo Rumo. ------

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que, ou num primeiro momento telefonava aos Srs. Vereadores, ou informava num momento formal para o efeito, que é a reunião de câmara de hoje, em relação a um acontecimento de ontem, e está a fazê-lo, informou a câmara municipal no sítio certo.----------

Poderia obviamente fazer um telefonema, só que esteve a tarde toda em Lisboa, em várias reuniões, não teve grandes possibilidades de o fazer, mas no momento formal, que é a reunião de câmara, informou do que aconteceu. Se a comunicação social "agarrou" neste assunto, não sabe de que forma, reafirma que da parte do executivo do PS não houve nenhuma informação nesse sentido, não houve nenhum comunicado, nem coisa nenhuma, o próprio está a fazê-lo no quadro daquilo que deve fazer, na reunião de câmara informou os Srs. Vereadores, no dia a seguir às decisões que foram tomadas sobre a matéria. ----------

Interveio de novo a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que a sensação com que os vereadores ficam, pelo menos os da bancada da Coligação Novo Rumo, é que efetivamente o Sr. Presidente só dá essa informação porque os próprios levantaram a questão, se não o tivessem feito o Sr. Presidente não dava essa informação.----------

Sabem que o Sr. Presidente tem uma agenda pesada e isso não está em causa, não teria que ser propriamente o Sr. Presidente a fazer o telefonema, alguém que lhes fizesse chegar a informação, que pelos vistos deve estar por escrito, porque se há uma reanálise feita, que ainda por cima incluiu mais 15 trabalhadores, há de haver uma informação escrita que facilmente lhes fariam chegar, em mão, por e-mail ou qualquer outra via, sendo só isso que lamentam. ----------

Não quer mais repisar o assunto, porque efetivamente não tem a ver propriamente com o ponto em questão.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que de facto cada um faz a interpretação que quiser, aquilo que quer dizer à Srª Vereadora, para fechar o ponto, é que a sua intenção era referir esta questão hoje e considera que a

questão de fundo era aquela que referiu da reanálise, e ao fim ao cabo ninguém foi prejudicado, porque todas as decisões têm retroatividade a 1 de janeiro, parecendo-lhe que é absolutamente justo que assim seja.----------

No seu ponto de vista, sem pôr em causa e registar o que foi dito, o que importa é que o processo foi resolvido a contento e com justiça relativamente aos trabalhadores em causa.----------

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que na altura própria levantou todas estas questões, referindo, sem qualquer processo de intenção, que houve já duas situações idênticas, esta agora e aquela que o Sr. Presidente protagonizou quando não respondeu às questões levantadas no período antes da ordem do dia de uma reunião atrasada que os membros da CDU levantaram. Depois, e sabe que o direito à informação é uma coisa importantíssima, na sua opinião, quando a comunicação social perguntou ao Sr. Presidente sobre assuntos relacionados com os pontos levantados pela CDU, o mesmo, institucionalmente, deveria ter dito que primeiro respondia à CDU e mais tarde responderia à comunicação social. ----------

O Sr. Presidente abriu um precedente, e não está a pôr em causa e acredita naquilo que o Sr. Presidente disse, tanto há pouco como agora, que não partiu de si, mas há um precedente, e os membros da CDU podem interrogar-se, pois "gato escaldado de água fria tem medo". ----------

O Sr. Presidente tomou a palavra, dizendo que não vai comentar. ----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE ----------

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: ----------

Decreto-Lei nº 15/2014, de 23 de janeiro, I série, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 39/2008, de 7 de março, que aprova o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos; ----------

Despacho nº 1390-A/2014, de 28 de janeiro, II série, que fixa os prazos para consulta dos programas operacionais de aplicação dos Fundos Europeus e de Investimento relativos ao período de programação 2014-2020; ----------

Portaria nº 20-A/2014, de 30 de janeiro, I série, relativa à segunda alteração à Portaria nº 204-B/2013, de 18 de junho, que cria a medida Estágios Emprego; --------

Portaria nº 20-B/2014, de 30 de janeiro, I série, relativa à quarta alteração à Portaria nº 128/2009, de 30 de janeiro, que regula as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-inserção»; ----------

Declaração de Retificação nº 2/2014, de 31 de janeiro, I série, que retifica a Portaria nº 353-A/2013 de 4 de dezembro, dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes, e a respetiva metodologia de avaliação, publicada no Diário da República nº 235, I série, suplemento, de 4 de dezembro de 2013; ------

Declaração de Retificação nº 3/2014, de 31 de janeiro, I série, que retifica a Portaria nº 349-D/2013, de 2 de dezembro, dos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes, publicada no Diário da República nº 233, I série, 2º suplemento, em 2 de dezembro de 2013; ----------

Declaração de Retificação nº 4/2014, de 31 de janeiro, I série, que retifica a Portaria nº 349-C/2013, de 2 de dezembro, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que estabelece os elementos que deverão

constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização, publicada no Diário da República nº 233, I série, 2º suplemento, em 2 de dezembro de 2013. ----------

Tomado conhecimento.----------

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/01/16 e 2014/01/29, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
---

3. Informações/pareceres:----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas:----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 096
Reunião de 2014/02/05
Procº _____
Deliberação nº_____

1. Assunto: BALANCETES ----------

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: ----------

   Câmara Municipal:----------

   Dotações Orçamentais----------20 408 315,92€

   Dotações não Orçamentais---------- 2 427 782,88€

   Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:----------

   Dotações Orçamentais---------- 2 853 483,31€

   Dotações não Orçamentais----------569 213,21€

3. Informações/pareceres:----------

4. Dotação orçamental: Plano ----------Orçam.----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: ----------

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

1. Assunto: LISTAGEM DOS CONTRATOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO ----------
---
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 19/14, de 28/01, do DGAFJ/DPFCI, para conhecimento da listagem dos contratos ao abrigo da autorização genérica para dispensa de parecer prévio vinculativo na celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços, referente ao mês de dezembro de 2013. ----------
---
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 19/14, de 28/01, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---
4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---
5. Disposições legais aplicáveis:----------
---
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para conhecimento.----------
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU vão colocar algumas questões, começando o próprio por colocar algumas e os seus camaradas colocarão também outras.----------
Interveio o Sr. Presidente, perguntando se as questões são sobre o ponto, ao que o Sr. Vereador Nuno Libório respondeu afirmativamente e solicitou ao Sr. Presidente que depois faça o favor de concordar se são ou não referentes ao ponto. ----------
Gostaria de colocar uma questão muito simples sobre a reparação do robotarium, em que aparece mais uma verba, mas antes disso, no âmbito das contratações ao abrigo da dispensa de parecer prévio vinculativo, já vieram a reunião de câmara anteriores desenvolvimentos. A pergunta que fazem é muito simples, quando é que a câmara municipal dá por terminada a obra de instalação ou de reinstalação pela segunda vez do robotarium, porque a cada dia que passa é cada vez mais aflitivo ver o estado de degradação daquele equipamento, que seguramente já

custou à autarquia mais de 120 000,00€, entre construção e reparações? ----------
É uma pergunta muito simples, imagina que o Sr. Presidente tenha alguma dificuldade em responder-lhe, mas alguma decisão haverá por bem esta câmara municipal de tomar sobre esta matéria. ----------
Gostariam também de perguntar, porque tiveram o cuidado de o fazer por escrito, mas entretanto tiveram a confirmação que a situação não está resolvida, e também ainda não lhes foi respondida, sobre a contratação de serviços para a manutenção das instalações municipais do Porto da Areia. Têm informação de fonte segura que os trabalhadores há 4 meses não recebem o seu salário, portanto há uma violação do princípio contratual com a câmara municipal por parte desta empresa. Não são apologistas de se romper o contrato, o que acham é que devem tomar-se por parte da câmara municipal todas as iniciativas no sentido da defesa e proteção dos trabalhadores que asseguram, por via desta adjudicação de serviços, um serviço imprescindível ao município de Vila Franca de Xira.----------
Aqueles trabalhadores já levam 4 meses, e a informação que os membros da CDU tinham era da semana passada, sem direito ao respetivo salário. ----------
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que há uma verba de 3 600,00€ para som nas ruas, com música ambiente de Natal, e pergunta se foi em todo o concelho ou em que locais, sendo que num local sabe porque vive lá.----
Há outra verba de 4 740,00€ para aquisição de assistência técnica ao tratamento da água das piscinas municipais, pergunta quais, e se foram todas.----------
O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, mencionando que gostava de saber em concreto a que se destinou uma verba que julga exagerada para a obra que foi, 3 000,00€ para aquisição de serviços para a relocalização de bancos no recreio da EB1 da Póvoa de Santa Iria. Não percebe, e ou os bancos são muito pesados, e foi necessário contratar uma grua, ou então não se chega a perceber porquê uma verba tão elevada, e de que bancos se está concretamente a falar. ----------
Outra questão tem a ver com o abate e tratamento de palmeiras na praceta do Desporto, em Alverca do Ribatejo. ----------
Os membros da CDU sabem que todas as juntas de freguesia estão a desenvolver este trabalho nas palmeiras, principalmente por causa da crise do escaravelho, algumas fazem abate, outras fazem podas, outras uma espécie de tratamento, se

não o fazem todas, pelo menos naquilo que têm capacidade de fazer, vão fazendo, e fazem-no a título gratuito. Deste modo, gostavam de perceber por que razão nuns lados se faz a título gratuito pelas juntas de freguesia e noutros são contratados serviços a pagar para que sejam executados, se as juntas de freguesia não poderiam ser parceiras da câmara municipal nesta matéria. ----------

Outra situação que gostavam de colocar não tem a ver com a verba em si, mas com o ato, é a reparação da máquina de gelo no Mercado Retalhista de Alhandra, e gostavam de saber se a máquina de gelo no Mercado Retalhista do Forte da Casa, que está avariada há bastante tempo, já foi reparada.----------

Referiu-se ainda à verba despendida para o Pavilhão Multiusos das Cachoeiras, trabalhos de manutenção de equipamentos na instalação elétrica existente, quando sabem que o pavilhão já há bastante tempo que está fechado, sem qualquer uso, pelo que gostavam de perceber se este pavilhão vai finalmente ter a utilidade para a população que deverá ter. ----------

Uma verba que também consideram exagerada face àquilo que já foi feito há anos, é a verba de 1 000,00€ para a divulgação do Guia Autarcas e Autarquias. Tendo em conta o guia que foi editado há 4 anos, julgam que, se for exatamente o mesmo guia, a verba é mais uma vez exagerada, para aquilo que é apresentado depois como trabalho final.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que há uma série de questões a que o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador António Oliveira responderão, o próprio vai só responder à questão da música ambiente, que foi colocada em Vila Franca de Xira, na sequência de reuniões que se têm vindo a fazer com a ACIS – Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, no sentido de encontrar soluções para dinamização do comércio. Aquilo que se conseguiu ainda, porque as conversas já foram muito próximas da data natalícia, foi apoiar a associação em algumas das suas ações, tal como a junta de freguesia também fez, e uma dessas ações foi justamente a música ambiente que aconteceu na cidade de Vila Franca de Xira. ----------

Está-se a pensar verificar se há condições no futuro de alargar este apoio, porque se entende que a revitalização e apoio ao comércio tradicional também se faz com estas ações, e de acordo com o relatório que a própria ACIS fez chegar e da

conversa de balanço que foi feita, a associação está satisfeita com os resultados. É sempre possível fazer mais, naturalmente, mas as questões financeiras são as que são. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo-se a três questões concretas que foram levantadas. Relativamente ao Guia Autarcas e Autarquias, encarregou a Drª Filomena Serrazina de fazer um contacto no sentido de perceber a situação, de qualquer forma o custo está definido para o conjunto das câmaras municipais e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira não estará a pagar mais do que o que está na tabela deste guia. ----------

Quanto aos bancos da escola, efetivamente é por o Sr. Vereador não estar a ver exatamente do que se está a falar, e eventualmente não conhecer no concreto. São muitos bancos de betão que estavam espalhados em diversos locais do terreno exterior da escola básica da Póvoa de Santa Iria, são bancos de grande dimensão que foram precisos deslocar, tendo sido necessária inclusivamente uma obra de adaptação e uma grua para os levantar, porque efetivamente são muito grandes. ----------

Foi preciso fazer este trabalho de relocalização na sequência de um pedido da diretora da escola e de uma análise que a câmara municipal fez em visita à escola. Relativamente ao robotarium, o que consta não é nenhuma reparação, as reparações aliás já terminaram e não são feitas pela câmara municipal, que não tem custos com essas reparações, uma vez que o Professor Leonel Moura é o responsável por toda aquela infraestrutura e as reparações têm vindo a ser feitas pela sua equipa.----------

Na documentação não está nenhuma reparação do robotarium, o que está é uma coisa diferente, a demolição, a retirada e transformação do espaço original onde ele se encontrava, no jardim-central do Bom Sucesso, que hoje em dia o Sr. Vereador dará conta que é um espaço verde, com plantação de árvores.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo saber bem o que perguntou, e pede ao Sr. Vice-Presidente que faça o favor, se souber, de responder à seguinte questão: Quando é que termina a obra de reparação e de reinstalação do robotarium em Alverca do Ribatejo? Recorda-lhe que foi adjudicado um valor de cerca de 50 000,00€ no sentido de proceder à mudança de instalação, sendo

dentro desse contrato e serviço que fez estritamente a pergunta.----------

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que efetivamente já tinha respondido ao Sr. Vereador Nuno Libório, as indicações que a câmara municipal tem é que a reparação ficou pronta a semana passada. ----------

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo querer dar ao Sr. Vice-Presidente a seguinte informação, não passou no local depois de sábado, mas nesse dia aquilo estava inundado, havendo alguma dificuldade da sua parte em perceber aquilo que o Sr. Vice-Presidente o está a informar. ----------

O Sr. Vice-Presidente referiu que a informação que o executivo do PS tem é que o assunto está resolvido, de qualquer maneira terá ocasião de na próxima reunião de câmara dar ao Sr. Vereador a confirmação em absoluto. A indicação que tem é a de que está tudo tratado, com os robots lá colocados, mas se o Sr. Vereador lá passar, o próprio Sr. Vereador ou os membros do PS darão conta dessa situação muito em breve.----------

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo-se à questão colocada pelo Sr. Vereador Nuno Libório quanto à empresa de segurança no Porto da Areia, não pondo em causa, de maneira nenhuma, as informações de que o Sr. Vereador é portador e transmitiu à câmara municipal pela segunda vez. ----------

A empresa que fiscaliza as instalações no Porto da Areia é a Previcol e já da primeira vez o próprio, no âmbito dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, consultou o processo, procurou ser esclarecido e efetivamente a empresa tem a Segurança Social em dia, sem a qual não poderiam ser feitos pagamentos, e os serviços têm uma indicação das Finanças de retenção de 25% na faturação. ----------

Não pondo em causa a informação do Sr. Vereador, longe de si tal ideia, há um facto estranho, porque a execução do serviço de vigilância às instalações nunca foi colocada em causa pelos próprios funcionários. ----------

Interveio o Sr. Vereador António Félix, respondendo que sim à questão colocada pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, quanto à assistência técnica ao tratamento da água das piscinas municipais. É para todas.----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo terem ficado algumas respostas por dar, não sabe se por falta de tempo, mas também não há uma hora

estipulada. ----------

Perguntou o Sr. Presidente quais são as questões. ----------

Respondeu a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso que não foram respondidas as questões relativas às palmeiras, ao Pavilhão Municipal das Cachoeiras e à máquina de gelo, e os membros da CDU gostariam que as suas questões fossem respondidas, sob pena de talvez na sexta-feira poderem todos comprar "O Mirante", com muito gosto, mas se fossem respondidas hoje seria melhor. ----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que "O Mirante" é um dos melhores jornais regionais do país, e é natural que possa falar sobre isso e sobre outras coisas mais. ----------

Interrompeu a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, referindo não duvidar que o Sr. Presidente tenha essa opinião, e se estivesse no seu lugar também teria. ----------

Respondeu o Sr. Presidente que não é por isso, é pelos índices de vendas, não é por mais nada. Sobre essa matéria cada um tem as razões de queixa que tem, e não vale a pena.----------

Relativamente às três questões, há uma que efetivamente não terá condições de responder, a das palmeiras, não sabe se é por uma questão de dificuldade do serviço em causa, e não sabe se o Sr. Vice-Presidente tem informação sobre o assunto. ----------

No que se refere ao pavilhão das Cachoeiras, efetivamente para fechar aquele processo havia problemas ligados à instalação elétrica e era necessário fazer essa reparação, estando o pavilhão absolutamente disponível para as atividades que bem se entender. ----------

Num determinado contexto o presidente da junta de freguesia de então e o executivo desenvolviam ali algumas atividades, e está convicto que também é intenção do atual presidente de junta da união de freguesias que abrange as Cachoeiras desenvolver ali atividades. ----------

Há dinâmicas que se poderão desenvolver no sentido de dar aproveitamento àquele espaço.----------

No que se refere à máquina de gelo do mercado, não tem de momento resposta, vai tentar saber, não sabe se o Sr. Presidente da junta tem alguma informação sobre a matéria. Resolveu-se o problema de Alhandra, e relativamente à máquina

de gelo do Mercado Retalhista do Forte da Casa recorre ao Sr. Presidente da junta para dar essa resposta. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, referindo que a junta está a ver essa questão, já mandou arranjar a máquina, que voltou a avariar, e o próprio pensa que o problema só se resolve inteiramente com uma máquina nova. ----------

A máquina produz gelo mas não na quantidade que uma máquina nova produziria, vai produzindo pouco a pouco, em menos quantidade, já se tentou arranjar, mas é um problema do desgaste que a máquina tem tido ao longo dos anos, que julga que só se resolverá efetivamente com uma máquina nova.----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo-se à questão levantada relativamente às palmeiras, dizendo que depende da dimensão da palmeira e das condições que as diversas juntas vão tendo. Há situações em que as juntas de freguesia conseguem desenvolver esse trabalho, há algumas em que isso não é possível e em que a câmara municipal tem de intervir, foi esse o caso que apareceu nesta listagem e haverá de aparecer mais um ou outro que já estão combinados com os presidentes de junta para situações mais complexas.----------

Está-se a recordar de uma que vai acontecer numa das próximas semanas, de arranque de algumas palmeiras que estão numa escola, em Vialonga, cuja retirada é complexa e o Sr. Presidente da junta não tinha condições para tratar do assunto. É esse tipo de situações que vem na listagem, que resulta da colaboração habitual entre a câmara municipal e as diversas juntas de freguesia. ----------

---

7. Deliberação: Tomado conhecimento. ----------

Pelas 12h30, após a discussão do ponto 18 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos restantes pontos da ordem do dia. ----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------

CNE – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - ALHANDRA----------

Interveio o munícipe, o Sr. Osvaldo Pires, cumprimentando todos os presentes, dizendo ser dos escuteiros de Alhandra e vem agradecer ao Sr. Vice-Presidente a ajuda que lhes tem dado, nomeadamente no terreno que está a tardoz da sede, pois já deu o "ok" para poderem começar a preparar o campo-escola para os miúdos, um pequeno terreno que está mesmo por detrás da sede dos escuteiros, que estava cheio de mato. ----------

Há ano e meio houve um incêndio que perigou a sede, que é de madeira, foi inaugurada, na altura, pela Srª Presidente, e viram realmente alguma dificuldade em manter aquela zona. Pediram ao Sr. Vice-Presidente para poderem limpar o terreno, e criaram um pequeno campo-escola, para que os mais pequenos pudessem aprender a acampar e cuidar da natureza. O Sr. Vice-Presidente disse que sim, entretanto já lá estiveram os técnicos a limpar o terreno, a explicar qual era o mato que poderiam retirar e o que poderiam pôr, semeando o que lhes deram.----------

Esse trabalho está a ser feito, só que, efetivamente, só tiveram o "ok" verbal, não têm nenhum papel que lhes diga "ok, sim senhor". Estão num terreno que é camarário, da mesma forma que a sede também está num terreno camarário, mas precisavam de alguma coisa escrita, e vem pedir isso, se for possível. ----------

Sabe que o processo está a andar, mas gostaria que pudesse ser um pouco mais acelerado, para que os escuteiros consigam, ainda nesta primavera, fazer o resto do plantio e tratamento do terreno. ----------

Interveio o Sr. Vice-Presidente, cumprimentando o Sr. Osvaldo Pires, referindo que para a câmara municipal esta colaboração foi importante, e é uma colaboração habitual que se faz com as associações. Havia duas preocupações, uma na relação institucional e associativa, que é mais fácil, e a segunda tinha a ver com o tipo de plantações e utilização que se pode fazer ali, uma vez que há, até por via do regulamento municipal de espaços exteriores, uma preocupação que toda essa flora possa ser autóctone e devidamente adequada.----------

Está nos serviços jurídicos a proposta para um protocolo, que depois venha a formalizar a presença ali do agrupamento de escuteiros, e é uma questão que, em

breve, assim pensa, se resolverá. O fundamental era estarem lá devidamente acompanhados e organizados, e depois, formalmente, virá o assunto à câmara municipal. ----------

Há algumas questões jurídicas que estão a ser vistas por causa do tipo de propriedade sobre aquele espaço, se é domínio público, se é domínio privado, porque os termos que depois tem de ter são diferentes, e em breve será um assunto que virá à câmara municipal. ----------

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO ----------
QUIOSQUE BAR 115 – JUNTO AO POLÍGONO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS - UNIÃO DE FREGUESIAS DA PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA ----------

Interveio o munícipe, Sr. Carlos do Vale, dizendo ser proprietário do quiosque Bar 115, que se situa no polígono das atividades económicas junto à EN 10, referindo que antes de a junta ter passado para a Póvoa de Santa Iria pagava uma renda de 412,00€ mensais, e ontem, quando foi pagar a renda à junta de freguesia, apresentaram-lhe uma renda de mais de 580,00€. ----------

Desta forma, como é que a situação da transferência de uma junta para a outra levou a uma renda, salvo erro, de 63% ou 64% por mês. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que esta é uma questão que só a junta poderá responder. Se o Sr. Presidente da junta estiver em condições de responder, muito bem, senão sugere que marquem uma reunião, que pode ser já, para se poder explicar, pois sobre essa matéria não tem naturalmente, nem competência, nem resposta.----------

Assim sendo, sugere que reúnam de imediato, pois pensa que deve haver alguma explicação plausível.----------

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL – FIEL DE ARMAZÉM – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 28/14, de 13/01, do DGAFJ/DRH, com proposta de envio à assembleia municipal para aprovação da renovação do prazo, por mais seis meses, para homologação da lista de classificação final do procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para Assistente Operacional (Fiel de Armazém).----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 28/14, de 13/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo pediram para falar sobre o ponto 19, mas, ao fim ao cabo a questão que se coloca tem a ver com os três pontos, 19, 20 e 21, porque são precisamente iguais, embora o ponto 21 esteja, salvo erro, numa fase diferente do procedimento.----------

   Do que leram, perceberam que a abertura dos três procedimentos concursais se efetuou a 20 de março de 2013. Houve uma primeira prorrogação, que dará até março de 2014, e agora deveria aprovar-se uma segunda prorrogação.----------

   Ao lhe ser confirmado pelo Sr. Presidente que é isso, prosseguiu, dizendo que a dúvida que os assalta é, desde logo, por que é que estes procedimentos levam tanto tempo. Efetivamente, estiveram a ler a Lei nº 83-C/2013, que é referida na

informação dos serviços, e admite prorrogação do prazo de 6 meses. Não diz o limite de prorrogações, é certo, mas normalmente nestes procedimentos administrativos as prorrogações devem ser no limite de uma, e neste caso já se está a prorrogar pela segunda vez.----------

Há que ter em conta que as pessoas concorrem em circunstâncias determinadas, apresentam os currículos atualizados à data em causa, e depois, passado um ano e meio, ou mais, porque não sabem se virá uma nova prorrogação, é que o procedimento finaliza.----------

Ao fim ao cabo, o que querem que fique vincado é que gostariam que os procedimentos contratuais tivessem outra celeridade, se possível, porque consideram que um ano e meio é muito tempo para se decidir sobre procedimentos contratuais para contratar funcionários para a câmara municipal.---

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que não é por dificuldade interna, é por dificuldade externa. Para além do prosseguimento normal do concurso internamente, com as entrevistas, as provas e tudo isso que se tem de desenvolver, há um processo final, que é a avaliação psicológica. ----------

A avaliação psicológica que no passado era feita internamente, deixou de o poder ser, tendo que ser feita externamente, e é precisamente devido a essa dificuldade da entidade externa a quem se tem de recorrer por obrigação legislativa que estes processos estão a demorar tanto tempo. Não se consegue, por mais que queira.----

O processo interno está resolvido, a fase final é a avaliação psicológica dos candidatos, mas como este processo é feito externamente, depende da capacidade dos técnicos e da instituição em causa, de poderem em tempo oportuno resolver estas questões, de forma a se poder publicar a lista final, estando a câmara municipal um pouco manietada por essa situação.----------

Não é pelo Dr. Fernando Barreiros, a quem, com alguma insistência, pergunta "então quando é que isto avança?", as preocupações que a Srª Vereadora tem também são as suas, pois é tempo demais, porque cria expectativas nas pessoas. Está-se numa situação difícil relativamente a se conseguir um posto de trabalho, e as pessoas, quando avançam para um concurso, estão na expectativa de poderem resolver a sua vida profissional, mas depois exige-se que a avaliação psicológica seja feita externamente. Externamente a capacidade é relativamente limitada, e

isto prolonga-se no tempo. De qualquer modo, vai-se tentar ver o que se pode fazer para obviar este aspeto. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – TÉCNICO SUPERIOR – ENGENHEIRO CIVIL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 31/14, de 14/01, do DGAFJ/DRH, com proposta de envio à assembleia municipal para aprovação da renovação do prazo, por mais seis meses, para homologação da lista de classificação final do procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para Técnico Superior (Engenheiro Civil). ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 31/14, de 14/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 19 da ordem do dia.--

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO – ASSISTENTE OPERACIONAL – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 30/14, de 14/01, do DGAFJ/DRH, com proposta de envio à assembleia municipal para aprovação da renovação do prazo, por mais seis meses, para homologação da lista de classificação final do procedimento concursal comum para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais). ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 30/14, de 14/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
   A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 19 da ordem do dia.--

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ROSA MARIA LOPES PACHECO ----------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 12/14, de 17/01, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Rosa Maria Lopes Pacheco, com as funções de apoio jurídico à Divisão de Assuntos Jurídicos, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 12/14, de 17/01, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis: ----------
---

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo, tendo em conta a intervenção dos membros da CDU relativamente às avenças que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira tem, e apesar dos documentos justificativos que normalmente vêm à reunião de câmara serem sempre "chapa cinco", é "ipsis verbis" uns para os outros, o que é curioso, que este caso concreto é demonstrativo, e o Sr. Presidente há pouco também o referiu, da absoluta necessidade que a câmara municipal tem de reforço dos seus meios. ----------

   Este é um desses casos, pois se conseguiram entender na questão do advogado que tem de representar a câmara municipal nos tribunais, nesta questão não conseguem compreender por que razão esta jurista não faz parte, ou não poderá vir a fazer parte, dos quadros da câmara municipal, andando-se eternamente nesta questão das avenças. ----------

   Sabem perfeitamente qual é a resposta que o Sr. Presidente irá dar, dos concursos e das possibilidades de entrar ou não, do que está ou não congelado no

funcionalismo público, por aí adiante, mas a questão que têm não se prende tanto com a avença em si, mas com outra coisa, principalmente com a necessidade que consideram imperativa, de se verificar o trabalho que é realizado nesta área tão sensível, que são as contraordenações. Esta é a questão dos membros da CDU. -----

Aquilo que gostavam de solicitar, requerer ou propor ao Sr. Presidente, e gostavam que fosse viabilizado, é que fosse realizado periodicamente um relatório do trabalho que é desenvolvido nas contraordenações, trabalho esse com o ponto de situação do serviço em si, um pouco à semelhança daquilo que é feito para a assembleia municipal, mas noutra vertente, noutras áreas. ----------

Este relatório pode ser trimestral, estando a falar de 4 relatórios por ano, e não há de ser assim tão difícil quanto isso. No entanto, gostavam e pretendem saber, no fundo, quais são as contraordenações que estão neste momento em vigor, por que razão estão em vigor, quem é que foi alvo da contraordenação, onde é que foi alvo da contraordenação, qual o valor em causa dessa contraordenação, os prazos para ser reposta, bem como se os prazos foram cumpridos ou não, e se não foram cumpridos o porquê.----------

No fundo, é um relatório exaustivo com todos estes dados, de forma a permitir perceber-se em que "pé" e em que situação estão as contraordenações na Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, começando pelo fim, dizendo que é sempre possível fazer relatórios, são sempre bem-vindos, porque às vezes dão uma imagem e pontos de situação sempre úteis. Por isso, não sabe se é trimestral ou semestral, porque um trabalho tão exaustivo como o que o Sr. Vereador pede demora algum tempo, mas irá ver o que se pode fazer sobre isso.----------

Quanto à questão inicial, a câmara municipal, como o Sr. Vereador sabe, está condicionada, de acordo com a lei, relativamente à questão da admissão de pessoal, estando-se a aguardar a aposentação, salvo erro, e não sabe se o Dr. Fernando Barreiros tem de memória, de 28 pessoas. ----------

Interveio o Dr. Fernando Barreiros, esclarecendo que estão, neste momento, à volta de 40 pessoas para se aposentar. Está-se à espera de resposta, algumas vão saindo, há pouco tempo saiu uma funcionária do refeitório, mas ainda faltam algumas.----------

Continuou o Sr. Presidente, dizendo que enquanto este equilíbrio que a lei exige em termos de quotas não acontecer, a câmara municipal tem alguma dificuldade de lançar novos concursos para admitir determinado tipo de pessoas. ----------

Reforçando o que já disse, refere que já pediu aos serviços que digam as necessidades em termos operacionais, para admitir determinadas pessoas na área operária, porque há muita gente que se está a aposentar, é necessário haver uma renovação, para que efetivamente muitos dos trabalhos, ou pelo menos alguns, possam ser feitos internamente pelas brigadas municipais. ----------

Nos próximos tempos, dentro de um quadro de equilíbrio que é necessário ter, até mesmo em termos orçamentais, ir-se-á privilegiar a admissão de pessoal operário, o que não quer dizer que não se vá admitir outro tipo de pessoal, com outro tipo de funções, que é no caso a área do direito.----------

A câmara municipal tem bom registo profissional desta pessoa, o que diz porque já trabalhou diretamente com ela quando esteve no DOVI – Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, e este é, a breve trecho, um dos casos em que se vai ter de abrir concurso, para uma ou duas pessoas para a área do direito. Hoje em dia, como se sabe, quase não se dá um passo sem se ter um parecer jurídico, no passado as coisas tinham outra acuidade, ia-se trabalhando sem estes pareceres, mas hoje é uma exigência maior, e portanto a área jurídica também tem que ser reforçada, no campo do quadro da câmara municipal.----------

Efetivamente, depois da questão das quotas, crê que esta pessoa vai concorrer, e depois, se for admitida, entrará para os quadros definitivamente, e neste caso até lhe parece que é de toda a justiça que assim seja.----------

Falou há pouco sobre a questão dos engenheiros civis, a câmara municipal também tem esta necessidade, e também gostaria de dizer que na reunião que teve com os trabalhadores por causa da mobilidade intercarreiras disse-lhes que a questão da mobilidade é uma solução intermédia, porque a definitiva é abrir concurso para aquelas pessoas. ----------

Como se sabe a mobilidade intercarreiras tem um prazo, pode ter continuidade ou não, e as pessoas ficam sempre nalguma instabilidade, que só poderá ser resolvida com abertura de concurso para o efeito. ----------

É aquilo que pode dizer, e o que a câmara municipal pretende vir a fazer ao longo,

não deste ano, mas dos anos futuros, para se equilibrarem as necessidades que se têm de pessoas. Entretanto vão saindo muitas, e por isso têm que se encontrar alternativas. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – CONSULTORIA E DIREÇÃO CIENTÍFICA DO MUSEU DO NEO-REALISMO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 23/14, de 14/01, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e abertura de procedimento, por ajuste direto do regime geral, para prestação de serviços por avença de consultoria e direção científica do Museu do Neo-Realismo, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. ----------

3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 23/14, de 14/01, do DGAFJ/DRH, convite e caderno de encargos relativo a contratos de aquisição de serviços, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que seria benéfico, antes do pedido de intervenção da CDU, que o Sr. Vice-Presidente desse umas notas sobre a pessoa em causa. ----------
   Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo que é uma honra para o município de Vila Franca de Xira poder contar com a disponibilidade para integrar a direção científica do Museu do Neo-Realismo de uma figura tão importante como o Professor António Pedro Pita, que é hoje um dos maiores intelectuais, não só na área do neorrealismo, muito em particular, relativamente à qual ele tem trabalho escrito, pelo menos desde a década de 70, mas pelo facto de ser um dos professores da Universidade de Coimbra que mais se tem dedicado ao movimento intelectual e cultural do século XX. ----------
   Para além disso é, como todos sabem, uma pessoa que tem estado desde sempre ligada ao Museu do Neo-Realismo e à associação promotora, tendo desenvolvido

desde a sua abertura um conjunto de trabalhos importantes no próprio museu. Já comissariou algumas exposições e intervenções científicas, e tinha já este ano dois comissariados combinados, nos quais está a trabalhar com a câmara municipal. Um tem a ver com a grande exposição, um dos momentos importantes do Museu do Neo-Realismo este ano, o centenário de Joaquim Namorado, e um outro, lá para o final do ano, que tem a ver com a polémica interna do neorrealismo, que também tem vindo a ser muito desvendada pelos trabalhos que o museu tem vindo a fazer ao longo destes anos. ----------

Houve já ocasião, também, de entregar um resumo da nota biográfica do Professor António Pedro Pita, que é uma pessoa incontornável na área cultural nacional, não podendo deixar de acrescentar, neste primeiro ponto, este aspeto que lhe parece de muita justiça. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que do currículo do Professor Pedro Pita não há nada a colocar, pelo contrário, como é óbvio, é de facto uma referência do movimento neorrealista, e naturalmente que não poderia ter produzido qualquer texto antes dos anos 70, porque o neorrealismo está interligado com a resistência ao fascismo, e com outra maneira de ver a sociedade que não era, certamente, aquela que se vivia em Portugal antes de 1974.----------

É um nome incontornável do estudo do neorrealismo, essencialmente a nível literário, e será de facto uma mais-valia para o museu. Contudo, a questão que os membros da CDU querem colocar tem a ver com a forma como essa colaboração será feita, uma vez que, naturalmente, como já até foi informado em reunião anterior, o Professor Pedro Pita não estará no Museu do Neo-Realismo, continuará a sua função de docente na universidade, e portanto a questão é muito prática.--------

Quem é que fará a ligação de área, ou seja, quem ficará responsável pelo funcionamento do Museu do Neo-Realismo? Até agora tem havido um quadro permanente, neste caso o Dr. David Santos, que fazia, e já em momentos anteriores, na função de avençado, e depois como diretor do departamento de cultura, a ligação de área com o Museu do Neo-Realismo. ----------

Uma outra questão tem a ver com uma intenção, uma proposta e preocupação da CDU, que deverá ser, no entender dos seus membros, colocada desde logo ao novo diretor científico do museu, que é a ligação entre este museu e a comunidade

educativa do concelho. ----------

O Museu Municipal de Vila Franca de Xira tem tido essa preocupação no seu serviço educativo, não só organizando algumas atividades dentro do próprio museu, mas levando o museu às escolas, com malas pedagógicas, apresentações de cariz histórico e pedagógico nas escolas, e gostariam que o serviço educativo fosse um pouco mais além, englobasse o movimento neorrealista, e que o Museu do Neo-Realismo chegasse também às crianças do concelho. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente, referindo, sem entrar em grandes detalhes, que o serviço educativo do Museu do Neo-Realismo tem um conjunto de ateliês exatamente voltados para as crianças e a comunidade educativa, e tem vindo a trabalhar, tal como o serviço educativo geral do Museu Municipal, nessa interligação com as escolas, e não só, com as crianças no geral, uma vez que o número de ateliês tem crescido, sobretudo no que toca aos fins de semana.----------

Uma das estratégias tem sido, no âmbito de todos os museus do concelho de Vila Franca de Xira, a criação de pacotes fora do horário normal de expediente, no sentido das famílias poderem fruir daquele espaço, e inclusivamente a perspetiva que se tem é a realização de alguns "workshops", alguns ateliês, que envolvam os filhos e pais ao mesmo tempo. Isso tem vindo a ser feito, e ainda bem.----------

No caso específico do neorrealismo, e do Museu do Neo-Realismo muito em particular, há inclusivamente no próprio museu a disponibilidade muito regular para a realização de festas de aniversário, em que a animação é toda ela feita em torno dos conteúdos do próprio museu. Portanto, é uma preocupação também da câmara municipal, que está em curso. ----------

Relativamente à prestação, em concreto, do Professor António Pedro Pita, enquanto diretor científico, e a questão colocada é uma preocupação que também foi da câmara municipal, desde a primeira hora, basicamente o que se passará é o que está definido em termos orgânicos e funcionais. ----------

A câmara municipal tem neste momento uma diretora do departamento de cultura, que aliás está fisicamente no Museu do Neo-Realismo, e assegurará o dia à dia do funcionamento logístico do museu, tal como dos restantes museus e serviços da câmara municipal, e articulará, diariamente também, com o Professor António Pedro Pita, as questões científicas e estratégicas do próprio museu. ----------

A diretora do departamento é a Drª Fátima Faria, que já estava envolvida no Museu do Neo-Realismo, já vinha de lá, e será esse o modo de funcionamento, que é aliás habitual, recordando que o diretor do Museu do Neo-Realismo, o Dr. David Santos, durante muitos anos não esteve a tempo inteiro no museu. Como se sabe, tal como o Professor António Pedro Pita, também dava aulas no ensino superior, e continuou a dar aulas no ensino superior, acumulando a direção.----------

Estes cargos de direção estratégica e científica não são incompatíveis, antes pelo contrário, com a continuidade da investigação e da docência, aliás ela pode até enriquecer, e não tem dúvidas que enriquecerá. ----------

Haverá ocasião, já no mês de março, de arrancar com as atividades deste ano do Museu do Neo-Realismo, e haverá ocasião, conforme espera, de poder também ouvir o Professor António Pedro Pita a falar do museu e destas áreas de que é realmente um apaixonado.----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.----------

---

---

1. Assunto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA A NOVA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – RELATÓRIO FINAL, ADJUDICAÇÃO E MINUTA DO CONTRATO-------
---

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 30/14, de 28/01, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação do relatório final, com proposta de adjudicação à Culturalis e Borgeaud – Equipamento de Biblioteca, Lda, no valor de 185 741,80€, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, bem como da minuta do contrato, referentes à aquisição de serviços de mobiliário para a nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira. ----------
---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 30/14, de 28/01, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------
---

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------
---

5. Disposições legais aplicáveis:----------
---

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------
Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que apenas quer apresentar o sentido de voto dos membros da CDU, que é contra. ----------
---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------
---

---

1. Assunto: ALUGUER OPERACIONAL DE 2 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS TOYOTA PRIUS – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 32/14, de 28/01, do DGAFJ/DFPCO/SC, para remessa à assembleia municipal, com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02, relativa ao aluguer operacional de 2 viaturas ligeiras de passageiros Toyota Prius.----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 32/14, de 28/01, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

   Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que se interroga sobre o porquê deste aluguer operacional das viaturas, e pergunta por que não adquirir por compra estas viaturas. Ao fim de 36 meses gastam-se 40 320,00€, sem IVA, e pensa até que nestes 3 anos, uma vez que fez agora as contas, serão à volta de 50 000,00€, contemplando o IVA. ----------

   Ao fim do tempo útil, que é subjetivo, das viaturas, não vão ficar por esse valor, ficarão por duas ou três vezes mais, se não for mais. Portanto, pergunta por que não adquirir as viaturas? ----------

   Não diz que são coisas complicadas, mas é sempre aborrecido estar-se a questionar isso: Porquê Toyota Prius, que é dos mais caros da marca? Não diz que é uma gama alta, ou um topo de gama, não diz nada disso, e até sabe o que lhe vão dizer a seguir, que não o diz, mas escreveu, por que não adquirir viaturas com custo muito inferior, mais baratas? Há viaturas com dignidade, outro tipo de

viaturas que fazem a mesma função, e a câmara municipal tem algumas. ----------
Considera que em tempo de crise a câmara municipal deverá dar o exemplo, e está convencido que os eleitos não teriam qualquer problema em viajarem noutras viaturas de custo inferior, e adquiridas. Poderão dizer-lhe que é para ficar tudo igual, para os Srs. Eleitos terem os carros iguais, mas é evidente que quando os carros que existem acabarem, compram-se mais baratos, e doutras gamas. Não diz que é por ser a Toyota, pois não está a defender outra qualquer marca. ----------
Pode-se dizer que isto inclui tudo, tem assistência, e a câmara municipal só paga, e o resto quem fornece é que se preocupa, mas a autarquia também tem as suas oficinas municipais, com capacidade de darem a devida assistência e manutenção, com a competência que se reconhece. ----------
Os membros da CDU também sabem que a política ou opção dos executivos socialistas tem sido no sentido de desativar as ditas oficinas municipais e outros. Têm-se em "casa" as coisas que se podem fazer, mas não se faz, essa é que é a questão do fundo, e a câmara municipal deveria fazer. ----------
Também, e com um pouco de graça, embora o Sr. Presidente possa não achar graça, como o povo diz, e até coisas que já foram faladas anteriormente, "para uns unhas de fome, para outros mãos-rotas". ----------
Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que tem três questões muito concretas sobre este ponto. Em primeiro lugar, estas duas viaturas são para substituir quais? Sabem os membros da Coligação Novo Rumo que todos, Srs. Vereadores e Sr. Presidente, tinham viatura, portanto são para substituir quais? ----------
Porquê, efetivamente, a escolha desta marca e modelo, sem prejuízo de acharem correto, o que não está em causa? Houve algum procedimento, algum juízo feito sobre várias marcas? ----------
Por último, qual o "stand" onde se vão adquirir estas viaturas, porque presumem que vai ser indicado o "stand" pela câmara municipal, e depois a locadora pagará e fará o contrato com a autarquia? ----------
Respondeu o Sr. Presidente que são várias as questões, e tentará responder a todas. Quanto ao porquê deste veículo, não sabe se está anotado, provavelmente estará, e se se forem ver as frotas que estão adstritas à administração dos vários

municípios vão-se ter grandes surpresas, mas de facto procurou-se encontrar uma solução de um veículo híbrido. Há pois questões de preocupação ambiental, que não são despicientes do ponto de vista do executivo.----------

Por outro lado, não se adquire o carro por capricho, decorre da avaliação feita pelos técnicos, nomeadamente pelo responsável da frota, dizendo quais os prós e contras de uma viatura ou outra, tendo sido com base nessa avaliação que se decidiu fazer este aluguer.----------

O próprio também se interrogou por que não se comprava, e aquilo que lhe dizem, e tem naturalmente que acreditar, é que é mais desvantajoso comprar do que fazer este tipo de aluguer. Porquê? Pelas razões que o Sr. Vereador acabou há bocado de referir, está englobada no pacote uma série de situações, como o seguro, pneus, inspeções e outras. Assim, da avaliação que foi feita, foi-lhe dito que financeiramente é mais vantajoso, e não tem razões para não acreditar, porque também fez essa mesma observação. ----------

Adquirir os carros é uma possibilidade, mas essa situação não engloba aquele pacote que está associado ao aluguer operacional, de maneira que, perante estas questões que estão sobre a mesa, pareceu que esta seria a melhor opção.----------

Os carros que estão em questão são os que estão distribuídos ao próprio e ao Sr. Vice-Presidente, sendo que, quanto aos outros vereadores, o Sr. Vereador António Oliveira socorre-se da viatura que já existia nos SMAS, um carro já com algum tempo mas que ainda está em boas condições; a Srª Vereadora Marina Tiago mantém o carro que era da sua antecessora; e ao Sr. Vereador António Félix foi-lhe distribuída uma viatura que julga, essa sim, ser propriedade da câmara municipal, e é já um carro com algum tempo, mas ainda oferece todas as condições de segurança para poder circular.----------

Respondendo ao Sr. Vereador Aurélio Marques e à Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, o que está presente é uma proposta daquilo que resulta da avaliação técnica que foi feita. Se os Srs. Vereadores querem que seja feita uma avaliação, e não tem problemas que se faça, de reanalisar no sentido de adquirir o veículo, poder-se-á verificar se é ou não vantajoso para a câmara municipal, não existindo, sobre essa matéria, nenhuma questão. ----------

A câmara municipal não está presa a nenhum veículo em particular, a única

característica que foi colocada, já há algum tempo, em mandatos anteriores, foi que fosse um carro híbrido, que em termos ambientais oferecesse outras condições que os veículos normais não têm, e foi só essa imposição que foi colocada. No âmbito da análise de veículos do mercado foi escolhido este, como podia ter sido escolhido outro qualquer. ----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que às vezes há certos "fait divers" paralelos, que não abonam em nada a discussão que se quer ter do assunto, sendo que o que está em causa não é propriamente se se trata do "carro de linhas", de um "carrinho de esferas", e sinceramente não quer saber, nem os membros da CDU querem saber disso. ----------

A questão não está aqui, nem para quem vão os carros ou deixam de ir os carros, nem se são ou não necessários, a questão está na transparência que o processo tem de ter. ----------

Querem-se carros híbridos, ecológicos? É ótimo e fantástico, mas está presente um processo de concurso para 3 locadoras, e questiona por que razão se limitaram as locadoras a indicar especificamente qual o carro e o modelo que a câmara municipal quer. Por que razão não se diz às locadoras qual é a gama, que se quer um carro híbrido, e deixa-se que as locadoras apresentem o preço mais barato e o carro mais barato?----------

Por que razão é que a câmara municipal tem que limitar? Por que razão é que tem de ser a câmara municipal a dizer, concretamente, qual é que é o carro? Não é possível? Se se lança um concurso para fora, a questão está em ir ver, e não está a falar de "stands".----------

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que tem de confiar nas análises que são feitas pelos técnicos que são especialistas nesta área, que neste caso é o responsável pela frota municipal, ou então não tem condições de dizer se é desta ou daquela forma. Pode ter dúvidas, como o Sr. Vereador tem, mas não põe nunca em causa questões de transparência ou seja do que for. ----------

Respondeu o Sr. Vereador Paulo Rodrigues que também não está a colocar em causa a questão dos técnicos, nem a avaliação que os mesmos fazem. A pergunta que se coloca, e depreendeu o mesmo da bancada da Coligação Novo Rumo, quando se fala em concreto do modelo do Toyota Prius, é o porquê o Toyota Prius?

Os técnicos dizem que sim, se calhar é o carro mais económico e não poluente do mercado, está tudo bem, pode-se ver, mas o preço de mercado destes carros, preço de compra, chave na mão, é caríssimo, o mais barato vai aos 28 000,00€ e o mais caro aos 34 000,00€ ou 35 000,00€.----------

A questão que coloca é, não há no mercado, mesmo em AOV – Aluguer Operacional de Viaturas, nos alugueres de "leasing", viaturas ecológicas, elétricas? Se se vai para a ecologia então vai-se também para as elétricas. A questão está em deixar ao arbítrio de quem concorre apresentar a melhor proposta, e depois os serviços analisarão essa melhor proposta. ----------

Interveio a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, dizendo que pensa, com o devido respeito, e alguém a corrigirá se estiver errada, que a locadora não escolhe a viatura, quem escolhe é quem a quer, e a locadora substitui-se à câmara municipal, neste caso, compra a viatura e aluga-a à câmara municipal. A locadora não tem viaturas, tem viaturas em segunda mão, tem viaturas em primeira mão, não é nenhum "stand". A locadora só pode apresentar propostas sobre viaturas concretas e específicas que lhes sejam perguntadas, não inventa viaturas.----------

A câmara municipal é que pode perguntar quanto custará o aluguer do Toyota Prius, do Toyota "não sei quantos", do Nissan "não sei quantos", mas para isso pensa que neste caso houve uma pré-escolha da câmara municipal pelo Toyota Prius, e era só essa a dúvida da Coligação Novo Rumo, por que é que se escolheu o Toyota Prius, sem prejuízo de acharem que é um carro excelente, o que não está em questão. ----------

O Sr. Presidente já explicou, e satisfazem-se com a explicação, não é isso que está em questão, só queriam, de facto, esclarecer que quando a própria perguntou qual era o "stand" onde se iam adquirir as viaturas, a autarquia há de ter indicado um "stand" onde as mesmas vão ser adquiridas, e só querem saber, porque gostariam que, pelo menos, fosse um "stand" do concelho de Vila Franca de Xira.----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, perguntando ao Sr. Vereador António Oliveira se tem alguma informação adicional sobre a matéria, mas se não houver nenhum prazo, e não sabe se tem um prazo para se poder avançar, pois não tem esse registo, se a câmara municipal está folgada em termos de prazo, não tem problemas em retirar o ponto para melhor avaliação às questões que foram

colocadas. A última coisa que quer é que os Srs. Vereadores fiquem com ideias erradas sobre esta matéria. ----------

Desta forma, pergunta ao Sr. Vereador António Oliveira se se está perante uma situação de dificuldade de prazo? ----------

Respondeu o Sr. Vereador António Oliveira que, só para reforçar, e concordando com o que foi exposto pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, na cláusula 6, no ponto 1, fala-se num prazo de entrega de 60 dias das viaturas de que se fala, e pode dizer que neste momento seria conveniente que a aprovação desta documentação fosse feita hoje, sob pena destas 2 viaturas que estão ao serviço terem que ser devolvidas à entidade.----------

Recorda também que existe uma alínea, logo no início, que diz que o contrato é feito com a LeasePlan Portugal, Lda, e poderá, se for assim entendido, fazer-se a recomendação à empresa que adquira estes Toyota Prius, modelo Luxury, como é mencionado, através de "stands" existentes no concelho. Pensa que é plenamente pacífico, através das compras, fazer-se essa recomendação junto da entidade. Face ao resto, pensa que já foi tudo dito sobre as vantagens e desvantagens.--------

Chama novamente à atenção, se o Sr. Presidente o permitir, para as cláusulas finais, na última página, onde se fala nas informações necessárias para o AOV, além dos 22 000 km, pensa que deverão estar todos um pouco, e não quer dizer que não seja o caso, conscientes do que estão a ler. ----------

Efetivamente os serviços negociaram junto da entidade estes 22 000 km, e quem está junto da entidade de gestão de frotas operacionais sabe que é extremamente difícil negociar os quilómetros percorridos por viatura, pois quem aluga tenta reduzir o número de quilometragem. ----------

Quanto às outras 5 alíneas, pessoalmente, e como responsável, tendo os técnicos feito esta proposta, teve que a discutir com eles antes de a apresentar ao Sr. Presidente, e há uma situação a ter em conta. Além dos 22 000 km e da substituição dos órgãos em caso de avaria, existe uma alínea d) que descansa quem utiliza, que é a câmara municipal, e imediatamente a viatura tem que ser substituída por outra igual. Assim sendo pensa que, neste momento, a análise está feita.----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que quando ouviu o Sr.

Vereador António Oliveira falar numa empresa, a LeasePlan, e por uma questão de conhecimento pessoal, que vale o que vale, questiona se não seria possível, à câmara municipal, adquirir as viaturas que estão neste momento ao serviço da câmara municipal? ----------

Refere-se às viaturas que são hoje utilizadas pelo Sr. Presidente e pelo S. Vice-Presidente, porque se conseguia modernizar a frota, sob pena de um dia destes só se terem clássicos no pátio da câmara, resolvendo também o problema de alguma falta de viaturas. Quando se pede alguma viatura, às vezes há problemas de carros, e portanto, se calhar, seria uma boa solução a aquisição destas 2 viaturas. Será certamente um preço mais reduzido, e se os serviços se queixam de falta de viaturas, era uma boa solução.----------

Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, agradecendo a gentileza do Sr. Presidente em lhe dar a palavra, e referindo que não queria, de maneira nenhuma, quando falou dos eleitos, quaisquer que fossem, muito menos afrontar a dignidade institucional do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente, em terem as viaturas. -------

Em tempos, se a memória não lhe falha, mas com a idade as coisas podem falhar, também numa aquisição de viaturas, não deste sistema, doutro idêntico, da área do anterior Sr. Vereador Vale Antunes, ficou dito, e na altura o Sr. Vereador concordou, mas depois estas coisas não ficam escritas, que quando houvesse situações idênticas viriam sempre as duas situações, o AOV ou a compra.----------

Era isso que a câmara municipal devia ter feito e, sem porem em causa os técnicos ou quem quer que seja, também sabem, e ia dizer que era como os advogados, mas não diz, pois estão vários presentes, como é que isso é feito. -------

De qualquer das maneiras há material para analisar, não quer dizer que sejam meses e meses a analisar a situação. Não é vendedor de carros, não é perito nestas situações, mas até que lhe provem o contrário, com todas essas coisas da assistência e manutenção, pensa que é mais vantajoso a aquisição das viaturas, e as viaturas podem andar 6, 7, 8, 9, 10 anos. O fim do mandato será daqui a 3 ou 4 anos, mas também não quer os outros presidentes, vice-presidentes, e outros eleitos, andem sempre com o mesmo carro. ----------

O Sr. Presidente também falou que se vão ter surpresas de outras câmaras, não sabe, se calhar vão-se ter, pois ninguém é "virgem" nestas coisas, mas a câmara

municipal deveria começar a dar o exemplo. Foi o que quis dizer, e não é por não estar nas funções do executivo ou não ter carro que defende isto. Não é só o híbrido, e todos defendem o ambiente, mas coloca as questões, e até se deve começar a pensar, quando aos híbridos ou não híbridos, que também há outros carros dignos que cumpririam a função institucional do Sr. Presidente e do Sr. Vice-Presidente, ou dos outros eleitos. Era importante, e ficaria mais barato à câmara municipal. ----------

Está de acordo, ou melhor, secunda o Sr. Presidente, de que o processo venha posteriormente, com a análise devida, pela aquisição por AOV ou compra das viaturas.----------

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que considera que a reflexão que foi feita sobre esta matéria não se circunscreve a estas viaturas, é uma avaliação muito mais lata, e aliás num ou outro momento a câmara municipal já adquiriu carros, tendo esta solução já sido adotada noutro tipo de viaturas. ----------

Para que, de facto, não restem dúvidas nenhumas sobre o processo, e o rigor que o mesmo deve ter, retira o ponto. Se calhar vai andar de bicicleta, isso também lhe faz bem, mas aquilo que entende é que tem de haver uma nova análise do processo, pondo em consideração as várias questões que foram colocadas. Num próximo momento esta matéria será vista, e espera que haja condições para a próxima. Portanto, as pessoas devem pronunciar-se. ----------

Tomou a palavra o Dr. Rui Galhardo, querendo apenas alertar para uma situação, ou seja, este assunto vem à reunião de câmara por causa da autorização prévia de compromisso plurianual, sendo este procedimento da competência do Sr. Presidente. ----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o assunto é presente por causa da autorização para remessa à assembleia municipal, de qualquer forma o ponto suscitou dúvidas. Se suscitou dúvidas, o melhor é retirar as dúvidas todas, porque de facto, sobre esta matéria em particular, também se sente desconfortável em não aprofundar as coisas. ----------

Efetivamente anda com um carro qualquer, desde que tenha condições de segurança, o que não aconteceu no passado, já que teve um carro que teve de abandonar, pois ia dando cabo de si. De qualquer forma, concorda com as

questões que foram colocadas, não só da economia local, que não sabe se é possível ou não, quanto às condições em que se podem adquirir as viaturas, e se é ou não vantajoso, tendo em vista o pacote que está incluído, ou se não há outras viaturas que, em termos económicos, sejam mais vantajosas, apesar daquela premissa, que acha ser importante dar um sinal, quando se fala nas questões do ambiente. Considera que se devem dar sinais, e já há muitos municípios que só têm carros deste tipo, conhecendo uma ou duas em que são só carros deste tipo.-- Contudo, para que também não fiquem dúvidas o porquê do Prius, da Toyota e não outra marca, tudo será equacionado, os Srs. e Sras. Vereadores irão pronunciar-se, e depois decidir-se-á da forma que parecer mais adequada. Portanto, o ponto é retirado. ----------

A Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus interveio, dizendo, só para ajudar na reanálise, que pensa que as 3 alíneas que devem ser analisadas são o valor do veículo, se a câmara municipal o adquirisse; o valor do aluguer operacional da viatura com opção de compra, em quanto ficará à câmara municipal no final, porque tem de pagar um valor residual; e, se não optar pela compra, se entregar o veículo, e nessa altura, passado o prazo do contrato, adquirir outro sob esta forma ou outra qualquer. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que essa análise vai ser feita, pedindo ao Sr. Vereador António Oliveira para dar instruções nesse sentido para, rapidamente, o processo vir novamente a reunião de câmara. ----------

---

---

7. Deliberação: Retirado da ordem do dia. ----------

---

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E ACABAMENTO DE CATÁLOGOS ASSOCIADOS ÀS EXPOSIÇÕES AGENDADAS PARA O ANO DE 2014 NO MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA E MUSEU DO NEO-REALISMO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 33/14, de 29/01, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de impressão e acabamento de catálogos associados às exposições agendadas para o ano de 2014, para o Museu Municipal de Vila Franca de Xira e Museu do Neo-Realismo, não se aplicando a redução remuneratória, nos termos da lei. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 33/14, de 29/01, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis: ----------

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. ----------

1. Assunto: RESTITUIÇÃO DE RENDA PAGA INDEVIDAMENTE – LUDOVINA MENDES ROSA ----------

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 2496/13, de 30/12, do DASDEDS/DDS, para aprovação da restituição de renda paga indevidamente, no valor de 86,81€, relativa ao mês de dezembro de 2013, por Ludovina Mendes Rosa, relativa a uma habitação camarária. ----------

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 2496/13, de 30/12, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----------

4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam. ----------

5. Disposições legais aplicáveis:----------

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. ----------

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. ----------

1. Assunto: RIFFEST – CONCURSO DE BANDAS JOVENS DO CONCELHO – NORMAS DE PARTICIPAÇÃO ----------
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 11/14, de 23/01, do DASDEDS/GAMAJ, para aprovação das normas de participação no RIFFEST – Concurso de bandas jovens do concelho. ----------
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 11/14, de 23/01, do DASDEDS/GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----------
4. Dotação orçamental: Plano ---------- Orçam.----------
5. Disposições legais aplicáveis: ----------
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.----------

   Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que ao ler a normas de participação há algumas questões que os membros da CDU gostariam de colocar. -- Fala-se em bandas, e gostariam de saber que estilo musical, se se fala só de bandas rock, se são todos os tipos de música.----------

   Depois, há uma questão que lhes parece também muito importante. Fala-se na necessidade de reportórios só de originais, e está-se a falar de elementos que não podem ter mais que 30 anos, e naturalmente que estas bandas, o que tocarão, na maior parte das vezes, são "covers". São obrigadas a tocar 40 minutos, e não lhes parece que seja muito fácil encontrar este tipo de bandas no concelho, com estes critérios tão diminutos. ----------

   Depois, também não é possível ter qualquer tipo de gravação, e sabe-se perfeitamente que, nalguns casos, os próprios jovens pagam do seu bolso para terem uma edição limitada das músicas que tocam, para também fazerem alguma divulgação.----------

   O número de elementos da banda também é importante, os elementos de uma banda não podem pertencer à outra, e às vezes isso acontece, os jovens, às vezes,

tocam guitarra, bateria, ou que for, em vários grupos. ----------

Para além destas questões, também gostariam de questionar a câmara municipal da razão pela qual se justifica que o concurso de bandas seja apresentado só em 3 das 6 freguesias do concelho de Vila Franca de Xira. Poder-se-ia estar a falar da necessidade da existência de auditórios, mas por aquilo que leem estas bandas vão atuar ao ar livre, e então entendem que o concurso de bandas deveria ter uma maior abrangência, para que as outras freguesias, que não são cidades, também possam assistir a este concurso. ----------

Tomou a palavra a Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo têm duas questões, que têm a ver com o regulamento do concurso. ----------

Nas condições de admissão, consideram que poderia ser acrescentado um ponto em que não é permitida a participação no concurso de um membro que faça parte de uma banda, mas também faça parte da organização do próprio concurso. ---------

Depois, no final, no ponto 17, refere-se "os comportamentos em palco considerados indevidos poderão ser causa de desqualificação", sendo que em palco as bandas vão estar minutos, e sabe-se que às vezes os comportamentos que se verificam de forma indevida são fora do palco, pelo que deveria ser acrescentado que os comportamentos em palco, e fora dele, por parte das bandas concorrentes, seriam causa de desqualificação. Portanto, não só no palco mas fora dele.----------

O Sr. Vice-Presidente interveio, realçando que esta iniciativa foi pensada a partir do setor de juventude da câmara municipal, e procurou-se, acima de tudo, encontrar um formato que fosse o mais abrangente possível, relativamente às possibilidades de participação por parte das bandas existentes. ----------

O concurso está organizado no sentido das chamadas "bandas de garagem", que tocarão vários tipos de música, e portanto não haverá um confinamento específico ao género musical que optem por apresentar. No fundo, isso acaba por ser uma liberdade criativa de quem quer concorrer, e depois o júri terá que fazer uma pré-seleção. ----------

A ideia que presidiu foi a de que as bandas jovens pudessem apresentar-se com a composição que entenderem, e a única limitação é que pelo menos um membro

tenha de ser do concelho, permitindo que haja membros de outros concelhos, ou até ser de Vila Franca de Xira e estar a viver fora. Esta questão diz muito respeito, sobretudo aos músicos que estão na universidade, e até é natural que haja uma grande mistura, no bom sentido, de proveniências e influências. A ideia é que cada músico se possa apresentar dentro de uma determinada composição de banda, e não haja depois alguns que apareçam com várias candidaturas ao mesmo tempo. Por isso é que consta a norma que os músicos só podem participar, no fundo, numa banda concorrente. ----------

Quanto às questões levantadas pela Srª Vereadora Helena Pereira de Jesus, parece-lhe que são perfeitamente integráveis neste regulamento, que já foi visto com o parceiro da câmara municipal no processo, que é a ACIS – Associação Empresarial dos Concelhos de Vila Franca de Xira e Arruda dos Vinhos, sendo que a ideia é também favorecer esta dinâmica local, quer em termos de atividade cultural, quer nos prémios que são traduzidos em aquisições ao comércio local.------

Desta forma, sugere uma formulação de análise deste documento, que depois fechará em absoluto com a ACIS, e remeterá para os gabinetes a versão final.--------

Relativamente à questão de quem organiza não poder concorrer, é mais que óbvio, está já inerente ao pensamento do regulamento, mas pode constar de forma expressa, e pede ao Dr. Pedro Montes que organize a inclusão dessa regra. ----------

Quanto à preocupação relativa aos comportamentos indevidos, de facto pensou-se mais durante a atuação, mas pode acontecer alguma questão que tenha influência durante o evento, eliminatória ou final, e por isso também se fará uma alteração que dê conta de que a questão do comportamento é durante este momento todo, de preparação, organização e apresentação de eliminatória. ----------

O concurso de bandas está organizado com quatro eliminatórias, e procuraram-se, fundamentalmente, zonas de grande utilização por parte das pessoas no geral, e da juventude muito em particular, uma delas inserida no Festival da Juventude, que seria, no fundo, o primeiro arranque do processo, e depois aproveitando a época de verão nos grandes espaços exteriores das três cidades, quer o jardim municipal de Vila Franca de Xira, quer o jardim-parque em Alverca, quer também a Quinta Municipal da Piedade, na Póvoa de Santa Iria, preenchendo as três cidades neste processo, nestas quatro eliminatórias. ----------

No que respeita à final, não está mesmo definido onde será, pode ser fora das três cidades, num outro local ou não, dependendo um pouco do tipo de bandas que chegar à final, e do tipo de evento que depois se pense produzir, existindo uma certa liberdade criativa para o júri. ----------

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, dizendo que as questões que os membros da CDU colocaram têm a ver, por exemplo, com a existência de bandas jovens dentro das bandas filarmónicas do concelho. Podem ou não as bandas juvenis que estão agregadas às bandas filarmónicas, apresentarem-se a concurso? Não são "bandas de garagem". Podem ou não, por exemplo, os jovens da Associação Orquestra de Vialonga, que têm quintetos de violino ou sopros, apresentarem-se a concurso? São jovens, pelo que podem ou não fazê-lo? Não são "bandas de garagem". ----------

Parece-lhes um pouco limitativa esta forma do concurso, e gostariam que ela contemplasse todos os jovens, independentemente dos estilos musicais. ----------

Em relação ao número de elementos e aos originais, o Sr. Vice-Presidente não disse, compreendem a questão de não poder ser mais do que um grupo, mas a questão dos originais pode levar, por exemplo, no caso de bandas juvenis de bandas filarmónicas, a anular a possibilidade de inscrição, e naturalmente que estas bandas vão tocar reportório que não é seu, que não é original. ----------

É importante que haja, de facto, este tipo de festivais, que deveria, no entender da bancada da CDU, ser mais alargado do que às três cidades, faz parte de uma política cultural, e não conseguem compreender por que é que é sempre assim. O Partido Socialista lá terá as suas razões, mas não lhe parece que seja correto retirar a possibilidade, por exemplo, destes dois tipos de música. ----------

Assim, sugere que possam fazer chegar também algumas propostas, e depois o Partido Socialista entenderá se as coloca ou não. ----------

Respondeu o Sr. Vice-Presidente que lhe faltou referir uma questão que foi levantada pela Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso. O que consta do regulamento, quando se fala da não existência de gravações, claro que não inclui, e não é isso que se pretende com o regulamento, aquelas gravações, e hoje em dia é muito fácil fazer gravações, que são feitas ou eventualmente até estejam disponíveis no YouTube ou outros. O que foi pensado para colocar como limitação tem a ver com

aquelas bandas que já têm gravações feitas com objetivos comerciais, essas estão "noutro campeonato", e o interesse não é estar a misturar com este tipo de concurso. ----------

Sem embargo de poder haver outras atividades, e elas estão também pensadas, sobretudo em articulação diretamente com as coletividades que, no fundo, são as proprietárias das bandas e das diversas formações que andam à volta delas, isso já é uma interseção com a juventude, e sobretudo com os serviços de cultura da câmara municipal, na relação que têm com as coletividades de cultura, sendo este um concurso com umas características da conhecida "banda de garagem", e é esse o objetivo, sem embargo de poder aparecer qualquer produção musical original com outro tipo de características. Hoje em dia o espectro também é muito largo, de música moderna, mas o que se pensa é o favorecimento da criação artística original. ----------

Ao contrário do que a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso referiu, as "bandas de garagem", por natureza, são bandas que procuram, desde o primeiro momento, a realização de originais. É muito mais difícil juntarem-se para tocar "covers", há bandas de "covers" que têm outro tipo de finalidade, e o que se pretende são bandas de originais, que pretendam inovar no quadro musical. ----------

Ir-se-á ver, este é um ano de experiência, espera que seja um bom ano, sobretudo que haja muita gente a concorrer e a aproveitar o concurso, e ter-se-á com certeza durante este ano oportunidade de avaliar como correu, e depois introduzir as alterações, até para o próximo ano. Quanto às alterações que referiu antes, irá introduzi-las, e depois remete o documento final para conhecimento dos Srs. Vereadores, mas era importante que se considerasse aprovado, enquanto princípio, para se poder dar andamento e falar também com a ACIS. ----------

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo julgar, com estas recomendações que foram colocadas, e considerando que se está perante uma iniciativa que, nos anos futuros, certamente vai ter outra avaliação e outras alterações que se venham a considerar ajustáveis, que se está em condições de aprovar este ponto. ----------

---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente, com as recomendações que foram colocadas. ----------

Assunto: PROLONGAMENTO DO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a ordem do dia está terminada, mas ainda falta um quarto de hora até às 14h00, e considerando que os membros da CDU pediram, no âmbito do período antes da ordem do dia, para colocar mais uma outra questão, julga que se tem algum tempo para poder falar sobre essas matérias. ----------

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, dizendo que não vai apresentar nenhuma questão nova, nem tão pouco questionar respostas do Sr. Presidente sobre a sua intervenção no período antes da ordem do dia, porque acha que a mesma, acredita que por esquecimento, foi votada ao ostracismo, não teve qualquer resposta àquilo que levantou, mas se não for hoje, levanta de certeza a questão na reunião de câmara daqui a 15 dias.----------

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que a situação de se remeter para o final as questões do período antes da ordem do dia perde-se um bocadinho do raciocínio, nem da parte dos membros do PS existe já certamente a disponibilidade para responder, nem da parte dos membros da CDU a objetividade necessária para esclarecer mais algumas questões. ----------

O Sr. Presidente interveio, respondendo que da parte dos membros do PS existe toda a disponibilidade para responder, no início ou no fim, pelo que o Sr. Vereador não se preocupe com essa matéria, porque o próprio considera que é desta forma que se consegue de facto tentar corresponder às questões que são colocadas.-------

---

Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 139
Reunião de 2014/02/05
Procº _____
Deliberação nº 069

Assunto: ATA EM MINUTA DA REUNIÃO DE CÂMARA ----------

Presente para aprovação a ata em minuta da presente reunião de câmara, com dispensa da sua leitura. ----------

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. ----------

Encerramento às 14h05. ----------

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara 2014/02/19, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. ----------

---

E eu, _____, Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. ----------

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita –